

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA**

FERNANDO JORGE DE CASTRO RAMOS

**INDICADORES SOCIOECONOMICOS LOCAIS PARA A CIDADE DE BAURU:
UM DIAGNÓSTICO SOB A ÓTICA DA
COMPETENCIA EM INFORMAÇÃO E MIDIÁTICA**

**Bauru
2020**

Ramos, Fernando Jorge de Castro.

Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática / Fernando Jorge de Castro Ramos, 2020.

200 f.: il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Regina Celia Baptista Belluzzo.

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2020.

1. Agenda 2030. 2. Políticas públicas. 3. Competência em informação e midiática. 4. Indicadores socioeconômicos. I. Universidade Estadual Paulista - FAAC. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de FERNANDO JORGE DE CASTRO RAMOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 06 dias do mês de março do ano de 2020, às 14:30 horas, no(a) auditório do prédio da Seção Técnica de Pós-graduação da FAAC/Unesp/Bauru, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professora Assistente Doutora REGINA CÉLIA BAPTISTA BELLUZZO - Orientador(a) do(a) Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia, Curso de Mestrado Profissional, da FAAC/Unesp/Bauru / Universidade Estadual Paulista, Profª. Drª. SONIA APARECIDA CABESTRÉ do(a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas / Centro Universitário Sagrado Coração, Professora Associada VÂNIA CRISTINA PIRES NOGUEIRA VALENTE do(a) Departamento de Artes e Representação Gráfica da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de FERNANDO JORGE DE CASTRO RAMOS, intitulada **Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professora Assistente Doutora REGINA CÉLIA BAPTISTA BELLUZZO

Profª. Drª. SONIA APARECIDA CABESTRÉ

Professora Associada VÂNIA CRISTINA PIRES NOGUEIRA VALENTE

FERNANDO JORGE DE CASTRO RAMOS

**INDICADORES SOCIOECONOMICOS LOCAIS PARA A CIDADE DE BAURU:
UM DIAGNÓSTICO SOB A ÓTICA DA
COMPETENCIA EM INFORMAÇÃO E MIDIÁTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Mídia e Tecnologia sob a orientação da Prof^a Dr^a Regina Célia Baptista Belluzzo.

**BAURU
2020**

FERNANDO JORGE DE CASTRO RAMOS

**INDICADORES SOCIOECONOMICOS LOCAIS PARA A CIDADE DE BAURU:
UM DIAGNÓSTICO SOB A ÓTICA DA
COMPETENCIA EM INFORMAÇÃO E MUDIATICA**

Área de concentração: Ambientes Midiáticos e Tecnológicos

Linha de pesquisa: Gestão Midiática e Tecnológica

Banca Examinadora:

Presidente/Orientadora: Prof. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo
Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/UNESP)

Profª Drª Sônia Aparecida Cabestré
Instituição: Centro Universitário Sagrado Coração – Unisagrado - Bauru

Profª Drª Vânia Cristina Pires Nogueira Valente
Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/UNESP)

Resultado: _____

Bauru, 06 de fevereiro 2020.

Dedico este trabalho aos meus pais, Ranulfo e Neusa, que sempre desejaram para mim um caminho de aprendizado. Aos meus filhos, Maria Fernanda e Luiz Eduardo, pelo apoio muitas vezes inconsciente, mas que me fortaleceram. E especialmente à minha esposa, Maria Lucia, que foi minha principal incentivadora, e cujo apoio permitiu a concretização de um sonho.

“O conhecimento emerge apenas através da invenção e da reinvenção, através da inquietante, impaciente, contínua e esperançosa investigação que os seres humanos buscam no mundo, com o mundo e uns com os outros.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Não se dá um passo sequer, ou se chega até a lua, sozinho. No mundo dos saberes, somos seres moldados para caminhar juntos. E foi por isso, somente por isso, que consegui chegar até aqui.

Devo um especial agradecimento à Universidade Estadual Paulista, a Unesp, nas figuras de seus professores e colaboradores, pela oportunidade da convivência, e por todo o ensinamento e aprendizado que pude absorver.

Dedico este trabalho a todos os amigos e amigas que aqui fiz, e aos que reencontrei. Tornou tudo muito especial!

Dedico à inúmeras pessoas, amigos e amigas, que fazem parte da minha vida por todos os encontros e desencontros que ela proporciona, e que em toda oportunidade me transmitiram força e confiança para que chegasse até aqui.

Eu, sinceramente, não sei como agradecer, ou a melhor forma de agradecer à minha querida orientadora, Professora Regina Belluzo, que com enorme paciência e tamanha generosidade, me trouxe até esse momento. Acredito que jamais saberei como agradecê-la da forma que merece. Por hora, o meu mais singelo e profundo Muito Obrigado!

E, claro, agradeço especialmente a minha adorada Família, que soube compreender as minhas ausências (mesmo quando estávamos lado-a-lado), e que soube entender as minhas idas e vindas. Amo vocês!

A todos e todas, minha eterna gratidão!...

RAMOS, F.J.C. **Indicadores socioeconômicos locais para a cidade de Bauru**: um diagnóstico sob a ótica da competência em informação e midiática, 2020, 201 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – FAAC – UNESP, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo, Bauru, 2020.

RESUMO

A estruturação, análise e fomento de diretrizes em prol da sociedade é fundamental para que o poder público cumpra sua função social. Resulta que possuir instrumentos adequados e dinâmicos para este propósito se faz essencial. Um importante e significativo norteador para o planejamento das ações de desenvolvimento dos municípios é a Agenda 2030, definida pela ONU como sendo um plano de ação que busca erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade até o ano de 2030. A agenda inclui metas e os 17 ODS, que são os objetivos de desenvolvimento sustentável, sendo um plano de governo para toda a sociedade. O município de Bauru está localizado geograficamente no centro do estado mais populoso do Brasil, com população estimada de 344 mil pessoas, e com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,801, segundo o site do IBGE (2010). Esses indicadores macroeconômicos permitem formar uma ideia de desenvolvimento socioeconômico da cidade. No entanto, a cidade não possui plataforma própria que evidencie suas reais demandas, tornando relevante a geração de dados mais específicos e que sejam de seu domínio, possibilitando formular a qualquer tempo, as suas estratégias de desenvolvimento local. Os principais conceitos que permeiam este trabalho são políticas públicas, indicadores socioeconômicos e competência em informação e midiática, com o objetivo de oferecer elementos para a produção de informação de interesse do município e divulgação midiática para os diversos setores sociais. A presente dissertação foi realizada de forma exploratória e qualitativa, compreendendo pesquisa bibliográfica e estudo de caso, e desenvolvida por meio de pesquisa de campo, contemplando pesquisa documental, observação direta e entrevista. Para sua realização houve a conexão e apoio entre Universidade e Setores Público e Privado, e foi possível estabelecer uma interligação de fatores e padrões de competências que culminaram com a proposição de uma modelagem conceitual, favorável à construção de indicadores próprios e, por consequência, à elaboração e formulação de políticas públicas coadunadas com os anseios da cidadania local.

Palavras-chave: Agenda 2030. Políticas Públicas. Competência em Informação e Midiática. Indicadores socioeconômicos.

RAMOS, F.J.C. **Local socio-economic indicators for the city of Bauru: a diagnosis from the perspective of information literacy and media literacy**, 2020, 201 sheets, Work Conclusion (Master in Media and Technology) – FAAC – UNESP, under the guidance of the Teacher Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo, Bauru, 2020.

ABSTRACT

The structuring, analysis and promotion of guidelines in favor of society is essential for the government to fulfill its social function. It follows that having adequate and dynamic instruments for this purpose is essential. An important and significant guide for planning municipal development actions is the 2030 Agenda, defined by the UN as an action plan that seeks to eradicate poverty, protect the planet and ensure that people achieve peace and prosperity up to 2030. The agenda includes objectives and the 17 OSGs, which are the objectives of sustainable development, being a governance plan for the entire society. Bauru is located geographically in the center of the most populous state in Brazil, with an estimated population of 344,000 inhabitants, and the Municipal Human Development Index (HDI) of 0.801, according to the IBGE website (2010). These macroeconomic indicators allow us to form an idea of the socio-economic development of the city. However, the city does not have its own platform to clearly highlight its needs, which makes it more relevant to generate more specific data found on its domain, allowing its local development strategies to be formulated at any time. The main concepts that permeate this work are public policies, socioeconomic indicators and media information and competence, with the aim of providing elements for the production of information of interest to the city and the dissemination of media for the various social sectors. The following research was done in an exploratory and qualitative manner, including bibliographic research and case studies, and developed through field research, including documentary research, direct observation and interview. For its accomplishment, there was a connection and support between the University and the public and private sectors, and it was possible to establish an interconnection of factors and competence standards that culminated in the proposal of a conceptual shaping, favorable to the construction of own indicators and, consequently, to the elaboration and formulation of public policies aligned with the aspirations of local citizens.

Keywords: 2030 Agenda. Public policies. Competence in Information and Media. Socio-economic indicators

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição dos municípios nas faixas de vulnerabilidade social (2000 – 2010)	28
Figura 2	Ampulhetas em paralelo de ciclo e os atores da política pública	32
Figura 3	Modelo de múltiplos fluxos de Kingdon	34
Figura 4	Ciclo das Políticas Públicas	35
Figura 5	Etapas de processos participativos de avaliação e monitoramento	43
Figura 6	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	72
Figura 7	Síntese dos procedimentos metodológicos	97
Figura 8	Slide com demandas da SEDECON, em 09 de novembro de 2018	102
Figura 9	Organograma principal da Prefeitura Municipal de Bauru	105
Figura 10	Organograma SEDECON	106
Figura 11	Diagrama Belluzzo®	110
Figura 12	Nuvem de palavras	119
Figura 13	Etapas da pesquisa	123
Figura 14	Infográfico da inter-relação entre variável de análise, objetivos de desenvolvimento sustentável e padrões de competência em informação e midiática sob a gestão pública	132
Figura 15	Exemplo de inter-relação a partir da variável Demanda Socioeconômica	133
Figura 16	Exemplo de inter-relação a partir da variável Cidadania	133
Figura 17	Exemplo de inter-relação a partir da variável transparência	133
Figura 18	Modelagem Conceitual para a Construção de Indicadores Socioeconômicos sob a ótica da Competência em informação e Midiática, Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Princípios fundamentais para os dados governamentais abertos	17
Quadro 2	Cinco estágios do ciclo de políticas públicas	31
Quadro 3	Atividades e atores no processo formulação de políticas públicas	33
Quadro 4	Fases do ciclo de políticas públicas	35
Quadro 5	Propriedades desejáveis dos indicadores sociais	39
Quadro 6	Propriedades dos Indicadores	41
Quadro 7	Taxonomia de indicadores	41
Quadro 8	Resumo das etapas de processos participativos de avaliação e monitoramento	44
Quadro 9	Inter-relação entre as três principais esferas sociais, os padrões e indicadores de competência em informação e midiática e as ações do cidadão	55
Quadro 10	Padrões e Indicadores de competência em informação e midiática adaptados para a área de gestão pública	65
Quadro 11	Indicadores aplicáveis em governos municipais por ODS	77
Quadro 12	Metas e indicadores – Campo Mourão/ PR	89
Quadro 13	ODS: síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil	92
Quadro 14	Variáveis de análise	99
Quadro 15	Variáveis de inter-relação – Agenda 2030 (2015)	100
Quadro 16	Cronograma de exposições – Audiências Públicas – Projeto Gestão Pública Municipal	101
Quadro 17	Círculo – as citações e suas ocorrências	112
Quadro 18	Quadrado – citações e ocorrências	114
Quadro 19	Triângulo – todas as citações	116
Quadro 20	Consolidação das palavras-chave	118
Quadro 21	Variável demanda socioeconômica e a inter-relação com os ODS e padrões de competência em informação e midiática	129

Quadro 22	Variável cidadania e a inter-relação com os ODS e padrões de competência em informação e midiática	130
Quadro 23	Variável transparência e a inter-relação com os ODS e padrões de competência em informação e midiática	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Círculo – assuntos com mais de uma citação	113
Gráfico 2	Quadrado – assuntos com mais de uma citação	115
Gráfico 3	Triângulo – assuntos com mais de uma citação	117

LISTA DE SIGLAS

ALA	American Library Association
ASSERTI	Associação de Empresas de Serviços de Tecnologia da Informação de Bauru
CITeB	Centro de Inovação Tecnológica de Bauru
C&T	Ciência e Tecnologia
CNODS	Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNM	Conselho Nacional dos Municípios
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COINFO	Competência em Informação e Midiática
DNT	Doenças não transmissíveis
DOU	Diário Oficial da União
FEBAB	Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FLACSO	Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales
FPE	Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GEPICC	Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana – da sigla em inglês.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAP	Programa Informação para Todos (Information for All Programme)
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
ISO	International Standardization for Organization
MCTI	Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação
MCTIC	Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde

OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Políticas Públicas
PPA	Plano Plurianual
SCONUL	Society of College, National and University Libraries
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SEDECON	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
SEGES	Secretaria de Gestão
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da informação e comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A GESTÃO PÚBLICA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: UM PANORAMA ...	24
2.1	Gestão pública e políticas públicas no Brasil	24
2.2	Indicadores socioeconômicos e competências para a sua construção	37
3	A COMPETENCIA EM INFORMAÇÃO E MUDIATICA E POLÍTICAS PUBLICAS: DIFERENCIAIS À CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	50
3.1	Das origens da competência à sua conceituação	50
3.2	Competência em informação	52
3.3	Competência midiática	59
3.4	Coinfo e políticas públicas	64
4	A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CENÁRIO DE MUDANÇAS E NOVAS DEMANDAS SOCIAIS	71
4.1	Inter-relação da competência em informação e midiática com a gestão pública	71
4.1.1	Indicadores socioeconômicos: uma construção sob a ótica da Agenda 2030 / Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS)	76
5	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	95
5.1	Procedimentos metodológicos da pesquisa	95
5.1.1	Desenvolvimento das etapas e passos da pesquisa	96
5.2	Estudo de Caso	100
5.2.1	Definição do universo da pesquisa e da população de interesse e pesquisa documental	100
5.2.2	Resultados e interpretação	122
5.2.3	Modelagem conceitual para o desenvolvimento do processo de pesquisa simplificado para construção de indicadores socioeconômicos locais	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICES	162
	ANEXOS	191

1 INTRODUÇÃO

É grande e cada vez mais crescente o volume de informações com as quais os seres humanos se deparam diariamente, marcando como principal característica o início deste milênio, mas que já se evidenciava especialmente na segunda metade do século XX, demonstrando um outro lado da tratativa de dados e de informações. Outrora, as fontes escassas de informação demandavam esforço e dedicação para se consolidarem como conhecimento. A passagem para uma era de grandes volumes informacionais é o que marca o fim da era industrial para o início da era da informação.

Castells, desde o final do século XX, assinalava que

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de variável (CASTELLS, 1999, p. 39).

Por consequência, o exercício do poder passou a ser ditado pelo controle da informação, e não mais apenas pelo acúmulo de riquezas. Posteriormente, ainda em Castells (2011, p. 60), encontramos que “o surgimento da sociedade em rede é resultado da interação de duas forças relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias e a tentativa da sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder”.

Assim, quanto mais informação, mais poder para tomadas de decisões estratégicas, para quaisquer fins. O desafio então passou a ser não apenas o controle, mas a capacidade de filtrar informações com base em objetivos estabelecidos. Como expôs Varela (2006, p.18-19):

Diante da proliferação de fontes e recursos informacionais, bem como do volume de informações disponibilizadas, um pensamento torna-se frequente: o simples acesso à informação não é mais suficiente. Buscam-se, então, formas e processos que permitam filtrar toda esta informação – avaliação crítica, critérios de relevância, pertinência, interpretação, organização, etc. [...] o diálogo entre profissionais que planejam e desenvolvem ações pedagógicas e ações informacionais, assumindo o papel de mediadores do conhecimento, torna-se um imperativo para que as pessoas estejam preparadas para viver no mundo onde a informação e o conhecimento assumem destaque.

Complementarmente, Thomas P. Clancy, vice-presidente da *EMC Education Services Corporation*, no Prefácio do livro de G. Somasundaram (2011), diz que “não estamos apenas na era da informação, estamos na era da explosão do

volume de informações em um universo digital que requer tecnologia aperfeiçoada e uma nova geração de profissionais capazes de gerenciar, potencializar, e otimizar soluções de armazenamento e gerenciamento de informações” (tradução nossa).

É neste sentido que se encontram as premissas deste trabalho, que procura abordar os preceitos da competência não apenas para o acesso à informação, mas também o uso e tratamento das informações, especificamente a modelagem de indicadores para direcionamento de tomadas de decisões na gestão pública.

Destaca-se que Castells (2000) reforçou este momento paradigmático, ao dizer que “o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informações, mas a aplicação deste conhecimento e desta informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso”.

Portanto, caracteriza-se assim um ambiente de exploração e análise dessa nova era, que permita a construção de fluxos informacionais para a devida compreensão e utilização da informação, desde o cidadão comum até grandes organizações, em seus mais diferentes espectros.

Neste sentido, este trabalho se insere na tratativa destas questões mais amplas, que interferem diretamente na vida em sociedade, tendo-as como um contexto dinâmico dos desafios informacionais que se apresentam. Assim, circunscrevemos a nossa pesquisa em uma área de estudo que contempla a esfera pública, mais precisamente a cidade e seus desafios permanentes de conhecer, interpretar, atender e fomentar o conjunto da sociedade, através de políticas claras e objetivas, baseadas em informações reais, concretas e atualizadas, obedecendo a própria dinâmica social, e assim concretizar os próprios fundamentos da sua existência. Como definiu Seabrook (1996 apud HARVEY, 2013, p. 47) “a cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e onde visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam”.

Ainda que o tema seja complexo, procuramos trazer elementos que possam contribuir para o avanço do processo de interação entre o poder público e a cidadania, no que diz respeito ao processo comunicacional e informacional, como

formas de construção do conhecimento coletivo da cidade, tema este que nunca se exaure.

Essa via de inter-relação entre estes dois entes é objeto de constantes estudos, pelo fato de um (poder público) ser derivado do outro (cidadania), e sua coexistência depender de fundamentos harmônicos.

Para citar um exemplo, Silva (2010) apresenta um importante encontro realizado na cidade de Sebastopol, na Califórnia, em 2007. O objetivo deste encontro foi “desenvolver um entendimento mais robusto de por que dados governamentais abertos são essenciais para a democracia”. A proposta do encontro relata que:

a internet é o espaço público do mundo moderno, e com ela os governos agora têm a oportunidade de entender melhor as necessidades dos seus cidadãos, e os cidadãos podem participar mais completamente do seu governo. A informação se torna mais valiosa quando é compartilhada, e menos valiosa quando é guardada. Dados abertos promovem mais debate cívico, melhor bem-estar público e um uso mais inteligente dos recursos públicos (SILVA, 2010, p. 127).

Em continuidade, o grupo de trabalho formulou “princípios fundamentais para os dados fundamentais abertos”, argumentando que “ao adotar esses princípios, os governos do mundo poderiam se tornar mais efetivos, transparentes e relevantes para as nossas vidas. No Quadro 1, os 8 princípios resultantes deste encontro são descritos:

Quadro 1: Princípios fundamentais para os dados governamentais abertos

Completo	Todos os dados públicos são disponibilizados. Dados públicos são dados que não se submetem a limitações válidas de privacidade, de segurança ou de privilégio.
Primários	Os dados são coletados na sua fonte, com o maior nível possível de granularidade, não estando em formas agregadas ou modificadas.
Atualizados	Os dados são disponibilizados tão rápido quanto seja necessário para preservar seu valor.
Acessíveis	Os dados estão disponíveis para o maior escopo possível de usuários e para o maior escopo possível de finalidades.
Legíveis por máquina	Os dados estão razoavelmente estruturados para permitir processamento automatizado.
Não-discriminatórios	Os dados estão disponíveis para todos, sem necessidade de registro para acessá-los.
Não-proprietários	Os dados são disponibilizados num formato sobre o qual nenhuma entidade tem controle exclusivo.
Livres de licenças	Os dados não estão sujeitos a nenhuma forma de direito autoral, patente, propriedade intelectual ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, de segurança e de privilégio podem ser permitidas.

Fonte: Silva (2010, p. 119)

Importante ressaltar que não se trata aqui de corroborar ou não com tais princípios, mas destacar a existência de fóruns que debatem a temática, dada a sua importância. Até porque há que se observar as legislações vigentes de cada país. No Brasil, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, em seu inciso XIV, prevê que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988).

Outro exemplo, mais amplo e de maior repercussão, são os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que compõem a Agenda 2030 (2015), referendada pelos países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU). No item 15 de sua Declaração, destaca-se que “a disseminação da informação e das tecnologias da comunicação e interconectividade global tem um grande potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas tão diversas como medicina e energia” (ONU, 2015).

Portanto, o estudo de processos comunicacionais, e o entendimento de como estes se inserem no cotidiano das cidades e da vida em sociedade, se coloca como fator primordial para a própria dinâmica existencial das cidades. E assim, ressalta-se a importância da compreensão do poder público, em todas as suas esferas, para que convertam suas ações em objetivos concretos, claros e efetivos, no cumprimento de sua missão.

Neste sentido, a elaboração de políticas de alcance social por agentes públicos pressupõe o conhecimento ou reconhecimento sobre o meio onde elas serão efetivamente aplicadas, contemplando espaço (*locus*), os estratos sociais a serem alcançados e as ferramentas de aplicação para este fim. Vale lembrar também que a formatação de um conjunto de dados estruturados, e que resultem em processos cognitivos claros para a definição de indicadores que nortearão as estratégias de atuação e ações decisórias surgem a partir da construção deste conhecimento.

Souza (2006) afirma que a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Assim, a autora resume política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

A possibilidade de monitoramento de ações desenvolvidas no âmbito público deve significar a promoção de uma aproximação com a realidade social, utilizando-se de competências em construção e análise de indicadores.

Nesta linha, destacamos a área de estudo da comunicação denominada como Competência em Informação e Midiática no Brasil, e também conhecida pelo acrônimo Coinfo.

Esta área de estudo é diferente e mais ampla do que “comportamento informacional”. Enquanto os modelos de Comportamento Informacional descrevem as etapas do processo de busca da informação a partir da identificação das necessidades, os modelos de Competência em Informação estão direcionados para as características que qualificam os processos de busca e uso (LINS; LEITE, 2011). Neste sentido, a adoção de boas práticas para sua aplicação proporciona benefícios para a sua implementação, para a eficácia e eficiência da atuação das organizações no cumprimento dos seus objetivos legítimos, além de promover a cidadania e o aprendizado ao longo da vida (BELLUZZO, 2018b).

A Competência em Informação aparece refletida principalmente nas questões que envolvem a cidadania, a educação e a tecnologia, fatores que aproximam os indivíduos comuns à área de estudo restrita ao âmbito científico e acadêmico. Os organismos internacionais, como Associação Bibliotecária Americana (ALA), Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), Sociedade de Bibliotecas Universitárias, Nacionais e Escolares (SCONUL), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e os nacionais, como o Ministério de Educação e Cultura (MEC), o Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação (FEBAB), entre outros, buscam expandir a aplicação e a apropriação dos preceitos da Competência em Informação e Midiática, por meio da implementação de programas e ações em todo o mundo (FURTADO; ALCARÁ, 2015).

Neste contexto, tem importância destacar que em novembro de 2018 foram realizadas audiências públicas promovidas pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Municipal de Bauru, sob a ementa “apresentação de demandas das Secretarias Municipais às Instituições de Ensino Superior de Bauru para possível

produção científica e tecnológica na área de gestão”. O objetivo das audiências foi criar canais de comunicação entre estes dois entes públicos, o poder público municipal e as universidades locais, e que culminassem em projetos de interesse da sociedade.

Em decorrência dessas ações, surge a propositura desta dissertação, de forma que permitisse elaborar e apresentar uma metodologia de pesquisa específica, possibilitando à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (SEDECON – Bauru) suprir a necessidade exposta nas referidas audiências. O estudo da complexidade utilizando os preceitos já mencionados, bem como a construção de conhecimento e definição de plataformas de aplicação para o projeto, constitui fator preponderante para a obtenção dos resultados almejados.

Inicialmente, apresenta-se a reflexão sobre a questão: “Por que usar indicadores?” Considera-se que os avanços obtidos nos processos de coleta, organização e disseminação de dados e informações, viabilizados, entre outros aspectos, pela tecnologia da informação, permitem seu uso de forma muito mais estratégica e precisa e por muito mais organizações e pessoas, do que era possível há poucos anos atrás. Assim, pode-se dizer que os indicadores precisam estar presentes em todas as etapas de qualquer trabalho que se quer realizar, ou seja, desde a formulação e planejamento, até a implementação e gestão de programas e projetos de qualquer natureza. As informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisões, viabilizando maior efetividade nas atividades a serem desenvolvidas. O seu conceito envolve entendê-los como sendo variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse.

A principal razão de se estabelecer indicadores consiste em poder analisar e interpretar as informações obtidas com a pesquisa, comparando-as com os objetivos e metas que forem estabelecidos. Devem ser considerados também outros parâmetros que forem julgados relevantes, de forma a verificar o alcance dos mesmos e identificar as necessidades de redirecionamentos.

De forma específica, este trabalho aponta para a necessidade de se compreender melhor:

- a) O que é necessário para obter indicadores socioeconômicos (estrutura física; recursos humanos; investimentos; logística, e etc.);
- b) Como se estrutura um conjunto de indicadores socioeconômicos que seja passível de aplicação a qualquer tempo e para qualquer segmento da sociedade;
- c) Por que é necessária a aplicação de indicadores socioeconômicos sob a ótica da competência em informação e midiática e quais são as vantagens para o município e sua cidadania.

Por fim, será possível também apontar os fatores críticos de sucesso no estabelecimento de parcerias entre as universidades, os setores de governança municipais e a sociedade de forma geral.

Entendendo que respostas poderão trazer contribuições à compreensão das temáticas envolvidas, surgiu a propositura de uma dissertação, orientada sinteticamente pela pergunta central: **É possível construir indicadores em inter-relação com a competência em informação e midiática que permitam visualizar demandas socioeconômicas concretas que contribuam com a elaboração de planos de ação e mesmo políticas públicas duradouras por parte do poder público?**

E ainda, de forma complementar e derivativa, mas objetiva: **como elaborar indicadores que possibilitem o reconhecimento de demandas locais específicas de um município com o apoio das abordagens de competência em informação e midiática?**

Tais questionamentos se basearam inicialmente na análise dos seguintes pressupostos:

- a) O poder público de Bauru não possui ferramentas próprias de mapeamento de dados, de construção de indicadores e cenários, que permitam visualizar demandas socioeconômicas concretas e conceber planos de ação e mesmo políticas públicas duradouras. Tal condição foi exposta em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Bauru, promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia de Bauru, no projeto Gestão Pública Municipal. O objetivo do evento foi obter as principais demandas das secretarias municipais que pudessem ser apoiadas pelas

universidades, e teve um público constituído, majoritariamente, por diretores, pesquisadores, docentes e discentes de instituições de ensino superior da cidade de Bauru.

- b) Há a necessidade de se mapear dados e informações sob a ótica da competência em informação e midiática para que o poder público de Bauru possa construir indicadores e cenários voltados à visualização das demandas socioeconômicas locais e regionais, a fim de que possam conceber planos de ação estratégicos e construir políticas públicas com efetividade.
- c) O mapeamento de dados e informações, acerca das demandas socioeconômicas de Bauru e região, deverá ser realizado em parceria com a universidade, o que propiciará compreender melhor as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral desta pesquisa elaborar e propor modelagem conceitual para a construção de indicadores socioeconômicos apoiada em abordagens da competência em informação e midiática a fim de que possam ser aplicados às políticas de desenvolvimento do município de Bauru (SP).

Por sua vez, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e sistematizar os conceitos, modelos, padrões e indicadores sobre competência em informação e midiática a fim de elaborar referencial teórico de apoio à construção de indicadores socioeconômicos;
- Desenvolver estudo exploratório-descritivo junto à SEDECON – Bauru-SP a fim de verificar os seguintes aspectos: reconhecer necessidades informacionais; buscar e acessar informação; analisar e organizar informação; apropriar informação; compartilhar novo conhecimento; usar/aplicar informação;
- Contribuir com a apresentação de metodologia apoiada em modelagem conceitual para a construção de indicadores de interesse da sociedade local, possibilitando a sua utilização pelo poder público e municipalidade em geral na formulação de estratégias, no planejamento de ações e na implementação de políticas de alcance social e econômico.

Por fim, para melhor compreensão das temáticas que abarcam esta dissertação, segue breve descrição dos tópicos que a compõe:

- **Introdução:** texto introdutório que abrange os temas delimitados e explorados pela pesquisa, as questões que a envolvem, os pressupostos, os objetivos gerais e específicos, justificativa e estruturação da mesma;
- **A gestão pública e indicadores socioeconômicos – um panorama:** uma análise que aborda em linhas gerais a gestão pública e com esta se utiliza de indicadores socioeconômicos para desenvolvimento de suas ações;
- **A Competência em Informação e Midiática e Políticas Públicas – Diferenciais à construção de indicadores socioeconômicos:** apresentação do campo de estudo da Competência em Informação e Midiática (Coinfo), seu histórico e suas área de abrangência, e como a exploração dessa área de conhecimento pode ser um diferencial para a construção de indicadores socioeconômicos;
- **A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – um cenário de mudanças e novas demandas sociais:** discorre sobre a importância da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nela contidos podem ser um importante referencial para elaboração de ações governamentais concretas em forma de políticas públicas;
- **Desenvolvimento da Pesquisa:** descrição da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, desde o referencial teórico, o estudo do universo de pesquisa (observação *in loco/workshops*, entrevistas, pesquisa documental) e apresentação dos resultados, e o modelagem conceitual, resultante do trabalho de pesquisa;
- **Considerações Finais:** relata as conclusões obtidas por meio do processo de pesquisa e demonstra, considerações sobre o modelo de pesquisa proposto, e como se dá a sua inter-relação com a área de conhecimento da Competência em Informação e Midiática, principal norteador deste trabalho de dissertação.

Conclui com as Referências utilizadas, Apêndices e Anexos, que compõem a estrutura final deste trabalho de dissertação.

2 A GESTÃO PÚBLICA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: UM PANORAMA

2.1 Gestão pública e políticas públicas no Brasil

A construção de bases sólidas de informações é uma necessidade do Estado para a composição de cenários e direcionamento de esforços no atendimento das demandas sociais por meio de políticas públicas efetivas.

As políticas públicas começaram a se destacar sob o *status* de ciência em meados do século XX. Na Europa, os estudos tinham por fim analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações na produção de tais políticas. O advento do fortalecimento do Estado de bem-estar social (*welfare state*) foi o grande impulsionador da geração de políticas públicas, quando os países ocidentais se organizaram pra reestruturar a economia, devastada após a II Guerra Mundial, como forma de promover o desenvolvimento econômico e social, assumindo o Estado o papel de garantidor das relações sociais e promotor de incentivos. “Onde antes havia Estados vigilantes, Estados de lei e ordem, Estados militaristas e até mesmo órgãos repressivos de governos totalitários, passou-se a ter então instituições predominantemente preocupadas com a produção e a distribuição de bem-estar”. (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 17). Para tanto, valeu-se da elaboração sistemática de políticas públicas, como resposta efetiva às demandas sociais. Já nos EUA, a área surgiu no mundo acadêmico, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, ficando a ênfase sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006).

No Brasil, as primeiras atividades sistemáticas, de mobilização de conhecimento de base científica, para subsidiar a formulação de políticas públicas ocorreram a partir de 1930, com a implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (VAITSMAN, RIBEIRO; LOBATO, 2013). A Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944 e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), em 1964, são também dois expoentes amplamente conhecidos. Melo (1999), apontou que “ocorreu uma incipiente institucionalização do campo de política pública no Brasil, sob liderança da ciência política”, fazendo com que a área de estudo de “públicas” passasse a ocupar uma posição de centralidade.

Substancialmente, no período de redemocratização do Brasil, principalmente após a promulgação da atual Constituição Federal (BRASIL, 1988),

representou não apenas uma quebra paradigmática para as instituições brasileiras, mas trouxe com ela um rol de novas perspectivas para o país, no sentido de contemplar as diversas demandas sociais existentes. De acordo com Farah (2001), até os anos 80, as políticas públicas promovidas pelo estado eram marcadas pela centralização decisória e financeira na esfera federal, cabendo aos estados e municípios apenas a execução dessas.

Já em 1990, de acordo com Fioravante (2013),

começou a ganhar impulso no Brasil a proposta descentralizadora. Essa proposta tinha o objetivo de restaurar a federação através do aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais e de consolidar a democracia por meio da concessão de maiores poderes e autonomia às comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas.

A Carta Constitucional reformulou a organização do sistema federativo brasileiro, cabendo ao governo federal a coordenação das políticas públicas sociais, e aos municípios, definidos como entes federativos autônomos, assumirem, em grande parte, a execução dessas políticas, possibilitando assim a participação popular.

Para Cunha e Cunha (2002, p. 16), “o processo de redemocratização do Estado brasileiro consagrou a participação popular na gestão ‘da coisa pública’ ao fundar as bases para a introdução de algumas experiências que contribuíram para a ampliação da esfera pública no país”. As autoras ainda definem esfera pública como sendo a “arena na qual as questões que afetam o conjunto da sociedade são expressas, debatidas e tematizadas por atores sociais.” (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 16).

No entanto, outros fatores impactaram tais mudanças. Para Soares e Machado (2018), o processo de descentralização territorial, confundido com o de redemocratização do país, foi marcado por incongruências, principalmente em suas dimensões fiscal e administrativa. Não houve preocupação por parte dos constituintes em compatibilizar maior descentralização fiscal com descentralização administrativa e responsabilização fiscal. Com isto, descentralizaram-se recursos sem uma definição clara de competências sobre políticas públicas para os entes subnacionais, principalmente em relação ao provimento de políticas para garantir os direitos sociais estabelecidos constitucionalmente.

As inúmeras etapas que envolveram os ajustes necessários, principalmente ao longo dos anos 1990, e início dos anos 2000, em que pese as disputas político-partidárias e ideológicas, configurou-se positiva, se se considerar que, ao longo desse tempo, obteve-se o mais longo período de vigência da democracia no Brasil.

No entanto, ao contrário de outros momentos que marcaram a experiência democrática brasileira, havia a necessidade de conferir um processo decisório que fosse mais ágil e mais eficiente. Assim, “sob a Constituição atual, o Executivo assumiu papel de preponderância na produção legislativa. O Poder Executivo se tornou, *de jure e de facto*, o principal legislador do país” (LIMONGI, 2008, p. 27).

Entre diversos autores encontra-se certa convergência na definição de federalismo, entre os quais podemos citar Soares (2013):

Uma forma de organização do poder político no Estado nacional caracterizado pela dupla autonomia territorial. Isto significa a existência de dois níveis territoriais autônomos de governo: um central (o governo nacional) e outro descentralizado (os governos subnacionais). Os entes governamentais têm poderes únicos e concorrentes para governarem sobre o mesmo território e povo, sendo que a União governa o território nacional e seus cidadãos, enquanto as unidades subnacionais governam uma parte delimitada do território nacional com seus habitantes. Ambos atuam dentro de um campo pactuado de competências. (SOARES, 2013, p. 3)

Mas, na definição dos entes federativos, a Carta Constitucional é ainda mais explícita, quando diz que:

Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]

Art. 18 - A Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Portanto, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que os municípios ganharam o *status* de terceiro ente federativo, aumentando expressivamente a sua participação em distribuição de receitas públicas, o que trouxe importantes consequências para o estabelecimento de políticas sociais. É imperioso dizer que houve e há inúmeras dificuldades e barreiras a se superar, principalmente nas definições do papel do poder público e dos gastos públicos, em todas as esferas da federação, e na inter-relação entre elas. Mas a perspectiva que aqui se busca é a da

efetividade da aplicação de tais gastos a partir da elaboração, definição e aplicação de políticas públicas em função e ao alcance do cidadão.

Levando em conta que no sistema democrático, a opinião do público é fundamental para o desenvolvimento de propostas governamentais, o governo deve ser capaz de fornecer à população informações que garantam a transparência de seus gastos e investimentos, permitindo que as pessoas estejam a par de onde seu dinheiro está sendo investido, o que corrobora para o exercício da cidadania. Partindo de uma perspectiva social, as políticas públicas são feitas para as pessoas (AKUTSU; PINHO, 2002).

Um exemplo da importância das definições de papéis, da visualização de demandas e de desenvolvimento de ações concretas, surge a partir dos anos 2000, quando verificou-se um aumento significativo dos programas sociais e consequentes gastos, que contribuíram para um encaminhamento no sentido de redução da pobreza e da desigualdade (Índice de GINI), e para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia,

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. (IPEA, 2008)

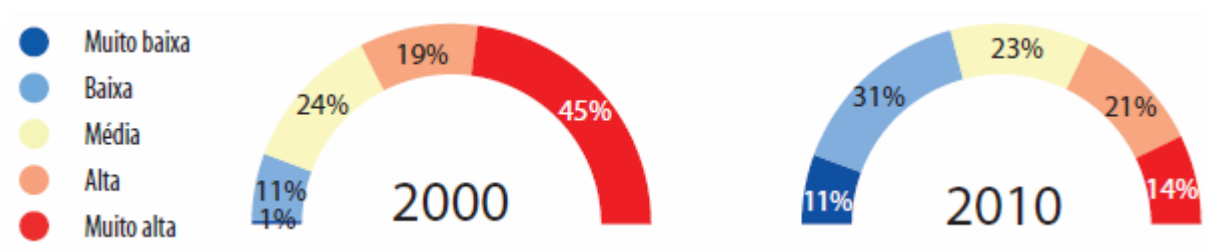
Ainda segundo o IPEA,

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. (IPEA, 2004)

Nas duas décadas subsequentes à promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), conquistas sociais importantes foram obtidas, alterando positivamente o quadro de mobilidade social.

Em 2015, o IPEA lançou a plataforma digital “Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros”¹, no qual demonstra uma redução nos índices de vulnerabilidade durante este período, conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1: Distribuição dos municípios nas faixas de vulnerabilidade social (2000 – 2010).



Fonte: IPEA (2015).

O instituto conclui que “a quantidade de municípios brasileiros com alta ou muito alta vulnerabilidade social caiu de 3.610 em 2000 para 1.981 em 2010. Já o número de municípios com baixa ou muito baixa vulnerabilidade social passou de 638 em 2000 para 2.326 dez anos depois. A evolução foi mais nítida em alguns estados das regiões Centro-Oeste (como a faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul), Norte (especialmente Tocantins) e Nordeste (com destaque para o sul da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e leste de Pernambuco).” (IPEA, 2015).

Entretanto, após este período, têm-se um movimento reverso para as evoluções obtidas. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicado em setembro de 2018, que colocou como título a questão “Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?”, existiam “23,3 milhões de **peças vivendo abaixo da linha de pobreza**, com rendimentos abaixo de R\$ 232 por mês; cerca de 11,2% da população. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos. São 6,3 milhões de **novos pobres** — mais do que a **população do Paraguai** — adicionada ao estoque de pobreza.” (FGV Social, 2018).

Prossegue ainda a pesquisa:

Do final de 2014 até junho deste ano (2018), o **Índice de Gini** subiu a uma velocidade 50% maior do que vinha caindo na época de queda

¹ IPEA – Atlas da Vulnerabilidade Social – www.ivs.ipea.gov.br

da **desigualdade brasileira**, iniciada em 2001. Perfazendo quase quatro anos consecutivos de aumento de concentração de renda. Isso não acontecia desde a derrocada do **Plano Cruzado** de 1986 até 1989, o recorde de desigualdade nas séries brasileiras. (FGV Social, 2018)

Há outros índices que oferecem visão ampliada e detalhada dos movimentos de progresso, mas a partir destes dois indicadores podemos traçar variáveis de relação entre concentração de renda e desigualdades sociais, fatores determinantes na escala de medição de avanço ou retrocesso social.

Sob esse aspecto, ainda considerando o texto constitucional de 1988, cabe ressaltar que a configuração de mecanismos de democratização da gestão do Estado pode ser observada na consideração dos direitos individuais e direitos sociais. No primeiro caso, por exemplo, se faz claro o inciso XXXIII do Art. 5º, que define: “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.” (BRASIL, 1988)

A evidenciação destes movimentos se faz necessária, no sentido de compreender a importância e a necessidade da efetivação de políticas públicas, amparadas em estudos e pesquisas, e que tenham métodos eficazes de detecção de prioridades e correta aplicação, de forma que venham a mitigar continuamente o espectro de desigualdades vigente.

No que concerne aos tipos de políticas públicas, podem ser três, de acordo com Azevedo (2003 apud NORONHA, 2006): Políticas redistributivas, cujo objetivo é promover a diminuição da desigualdade social, beneficiando grandes grupos sociais; políticas distributivas, que atendem a demandas específicas de determinados grupos; e por fim, as políticas regulatórias, que regulamentam um setor determinado e criam normas para os funcionamentos dos serviços públicos, incluindo os inseridos nas políticas redistributivas e distributivas.

Na sua definição, para Martins (2007), políticas públicas “são um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos” (MARTINS, 2007). Dispõem usualmente sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (princípios e macro

estratégias de ação) (MARTINS, 2003). Política Pública diz respeito, portanto, “à mobilização político-administrativa para articular e alocar recursos e esforços para tentar solucionar dado problema coletivo” (PROCOPIUCK, 2013).

Para Teixeira (2002), Políticas Públicas são:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e Sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientem ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestações de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p 2).

Por fim, existem várias outras definições do quem vem a ser “políticas públicas”, e sobre isso Souza (2006) oferece a seguinte reflexão:

As definições de políticas públicas guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e os indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (SOUZA, 2006, p.25)

Na busca de estabelecer pontos norteadores rumo a um Estado de bem-estar social, onde as políticas públicas se inserem com sobeja importância, Soares e Machado (2018) colocam pontos importantes a serem trabalhados, de forma a alcançá-lo. São eles:

- 1) reformar o sistema tributário para diminuir sua regressividade, aumentando a receita disponível nos estratos mais baixos da população;
- 2) definir critérios mais redistributivos para as transferências intergovernamentais, destaque para o Fundos de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) e Fundos de Participação dos Municípios (FPM);
- 3) prover políticas sociais mais equitativas e eficientes;

- 4) enaltecer o papel dos estados na dinâmica federativa, melhorando sua capacidade de atuação em políticas sociais como saúde, educação, assistência social, segurança pública e outras;
- 5) rediscutir o papel do Judiciário na garantia dos direitos sociais;
- 6) promover o crescimento econômico em bases sustentáveis e inclusivas;
- 7) avançar na coordenação federativa e cooperação intergovernamental no provimento das políticas sociais.

Em livro publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2014, intitulado “Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas” (BRASIL, 2014), são destacados alguns direcionamentos que possibilitam começar a traçar o processo de composição de políticas públicas, desde os estágios que a compõem até os atores envolvidos.

No que se refere aos estágios, o texto destaca a formação representada no Quadro 2:

Quadro 2: Cinco estágios do ciclo de políticas públicas

Resolução Aplicada a Problemas	Estágios do ciclo da política pública
1 Reconhecimento do Problema	1 Formação de Agenda
2 Propostas de Solução	2 Formulação da Política
3 Escolha da Solução	3 Tomada de Decisão Política
4 Efetivação da Solução	4 Implementação da Política
5 Monitoramento dos Resultados	5 Avaliação da Política

Fonte: HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política Pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. 2013. p. 16.

Já na Figura 2, além dos estágios, o texto propõe os principais atores envolvidos no processo:

Figura 2: Ampulhetas em paralelo de ciclo e os atores da política pública



Fonte: HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política Pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. 2013. p. 16.

O texto explica a imagem:

De acordo com essa representação, na forma de ampulheta: no estágio 1 do ciclo de políticas públicas todos os atores (universo da política pública) podem estar envolvidos na montagem da agenda; no estágio 2, apenas um subconjunto desse universo participa das discussões mais especializadas relativas à discussão de alternativas que compõem o processo de formulação da política; e no estágio 3 o número de atores é reduzido ainda mais, restringindo-se aos tomadores de decisões governamentais oficiais. Posteriormente, o leque de atores volta a se abrir a partir do estágio 4, na medida em que a implementação da política geralmente envolve uma considerável constelação de atores públicos e privados; por fim, no estágio 5 o rol de atores se expande ainda mais, a ponto de contemplar, novamente, todo o universo da política pública na avaliação da política. (BRASIL, 2014)

Complementando o processo, se faz necessário considerar a diversidade dos interesses envolvidos, além das intenções dos governos, a dinâmica mercadológica, as demandas da sociedade civil e as relações internacionais. Assim, conceitualmente, as políticas públicas, segundo Fonseca (2013), se caracterizam como:

[...] um processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com “recursos de poder” assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados. (FONSECA, 2013, p. 405).

Desse modo, dentro do processo de formulação de políticas públicas, considerando as atividades a serem desenvolvidas, as etapas e os atores a exercê-las, surge a composição de um quadro propositivo (Quadro 3):

Quadro 3: Atividades e atores no processo formulação de políticas públicas

ETAPAS	Formulação			Implementação	Avaliação
	Identificação e institucionalização do problema	Formulação de soluções e ações	Tomada de decisão		
ATIVIDADES	Valores; acontecimentos; interesses; demandas e agenda públicas.	Elaboração e avaliação de respostas. Seleção de critérios.	Encontrar uma coalizão majoritária, legitimação	Execução, gestão, efeitos concretos	Reações, julgamento sobre os efeitos, medição, avaliação, propostas de reajuste.
ATORES	Partidos, movimentos sociais, associações, mídia, administração pública, ONGs, etc.	Parlamentos, associações, administração pública, organizações políticas e sociais, ONGs, etc.	Parlamento, presidente, ministros, governadores, prefeitos, etc.	Administração pública, ONGs, empresas privadas	Mídia, especialistas, administração pública, responsáveis políticos, organizações políticas e sociais, associações, destinatários, ONGs.

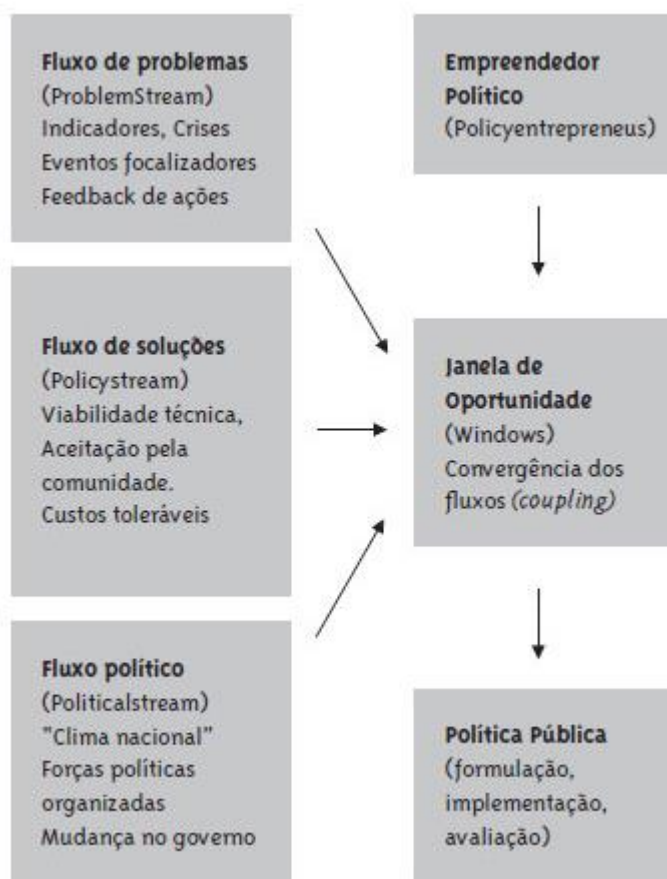
Fonte: Adaptado de Deubel (2008, p. 79).

Tendo um processo de formulação definido, desde a concepção, com a distribuição de atividades e funções, é preciso iniciá-lo, antes, com o entendimento de uma necessidade e a proposição de uma agenda. Souza (2006), diz que é importante saber por que se escolhe determinada política pública ou ainda como determinado tema é inserido na agenda.

Pensando nesta questão, Kingdon (2003) desenvolveu um modelo denominado ‘múltiplos fluxos’ (Figura 3), que tem por objetivo “[...] examinar os processos subjacentes ao reconhecimento de determinados problemas, como e quando eles passam a despertar a atenção dos líderes políticos e gestores de políticas públicas e quando passam a efetivamente ser incorporados à agenda governamental” (CALMON; COSTA, 2007, p. 4).

Tal agenda compreende 3 etapas: “1) surgimento ou reconhecimento de um problema pela sociedade em geral; 2) existência de ideias e alternativas para conceituá-los – originadas de especialistas, investigadores, políticos e atores sociais, dentre outros; 3) contexto político, administrativo e legislativo favorável ao desenvolvimento da ação” (GOTTEMS et al., 2013, p. 513).

Figura 3: Modelo de múltiplos fluxos de Kingdon



Fonte: Adaptado de Capella, 2007, p. 98.

Em contraponto, Pereira e Teixeira (2011 p. 910), afirmam que o modelo de Kingdon “[...] não dá conta de explicar as complexas relações entre Estado e sociedade civil na realidade brasileira”. Porém, tal ferramenta se coloca como importante apoio ao gestor público, e nada impede de associá-la a outros modelos existentes e igualmente importantes.

Rua (2014), por exemplo, reconhecendo esta complexidade, oferece uma outra concepção. Segundo esta autora, políticas públicas

ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (politics), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia. (RUA, 2014, p. 33)

Assim, a autora propõe que “uma forma de lidar com essa complexidade, sem descartar a dinâmica sistêmica, é associar o modelo sistêmico com o modelo do ciclo de política (*policy cycle*), que aborda as políticas públicas mediante a sua divisão em etapas sequenciais” (RUA, 2014, p. 33). Na figura 4 podemos observar este ciclo.

Figura 4: Ciclo das Políticas Públicas

Fonte: Rua (2014, p. 33)

A autora identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política, como segue no Quadro 4.

Quadro 4: Fases do ciclo de políticas públicas

FORMAÇÃO DA AGENDA	Ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo.
FORMAÇÃO DAS ALTERNATIVAS	Ocorre quando, após a inclusão do problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados, de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas.
TOMADA DE DECISÃO	Não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada. Quando a política é pouco conflituosa e agrega bastante consenso, esse núcleo pode ser bastante abrangente, reunindo decisões sobre diversos aspectos. Quando, ao contrário, são muitos os conflitos, as questões são demasiado complexas ou a decisão requer grande profundidade de conhecimentos, a decisão tende a cobrir um pequeno número de aspectos, já que muitos deles têm as decisões adiadas para o momento da implementação.
IMPLEMENTAÇÃO	Consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade. Normalmente, a implementação se faz acompanhar do monitoramento: um conjunto de procedimentos de apreciação dos processos adotados, dos resultados preliminares e intermediários obtidos e do comportamento do ambiente da política. O monitoramento é um instrumento de gestão das políticas públicas e o seu objetivo é facilitar a consecução dos objetivos pretendidos com a política; e
AVALIAÇÃO	É um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos.

Fonte: Adaptado de Rua (2014, p. 34 e 35)

A autora explica que “as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e as atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas” (RUA, 2014).

Estes são alguns exemplos, dentre inúmeros outros, de ferramentas que podem auxiliar tanto o gestor público quanto os demais atores políticos (indivíduos, grupos ou organizações) também chamados de *stakeholders*, desde a identificação até a efetivação de uma política pública.

De todo modo, no processo de pesquisa bibliográfica para este trabalho, verificou-se a existência de vasto material, entre livros artigos, estudos acadêmicos, com alto grau de cientificidade a partir de vários autores e inúmeras entidades públicas e privadas, que versam sobre o tema – entre os quais retiramos os excertos para a composição desta dissertação, demonstrando assim a importância e a relevância do tema. Portanto, o aprofundamento do conhecimento na área de públicas está ao alcance do gestor público, como uma ciência a ser constantemente explorada e atualizada, para que se atinja os propósitos de existência do poder público em direção ao conjunto da sociedade e à cidadania.

Como pontuou Barreto (1994, p.1), a informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive.

Em consonância, como também destacou Belluzo (2007, p.23), a questão central na sociedade contemporânea não é mais apenas o acesso à informação, mas o uso da informação para fazer o quê? Como questionar essa informação onipresente? Isto porque saber questionar um estoque de informações requer previamente uma competência específica, existindo uma estreita especialização para que a troca de informações seja possível com a facilidade de acesso. Vale destacar que disso também depende a construção de indicadores socioeconômicos para a efetividade da gestão pública.

2.2 Indicadores socioeconômicos e competências para a sua construção

O desenvolvimento de modelos e padrões de indicadores que demonstrem a realidade social e suas variantes, assim como evidencie o seu processo histórico, deve se configurar uma prática corrente, se compreendidos como ferramentas primordiais para o campo da gestão pública, sendo o seu principal subsidio. Tal construção deve levar em conta e em especial a tomada de decisão e a formulação de políticas, mas também a implementação e a avaliação (FARAH, 2013).

Nesse sentido, a possibilidade de monitoramento de ações desenvolvidas no âmbito público deve significar a promoção de uma aproximação com a realidade social, utilizando-se de competências em construção e análise de indicadores.

Considerando em princípio a importância de uma descrição conceitual dos indicadores, Minayo (2001, p.19-21) afirma que:

[...] conceitos são construções de sentido. As funções dos conceitos podem ser classificadas em cognitivas, pragmáticas e comunicativas. Eles servem para ordenar os objetos e os processos e fixar melhor o recorte do que deve ou não ser examinado e construído. Em seu aspecto cognitivo, o conceito é delimitador. [...] Enquanto valorativos, os conceitos determinam com que conotações o pesquisador vai trabalhar. [...] Na sua função pragmática, o conceito tem que ser operativo, ou seja, ser capaz de permitir ao investigador trabalhar com ele no campo. Por fim, no seu caráter comunicativo, o conceito deve ser de tal forma claro, específico e abrangente que permita sua compreensão pelos interlocutores participantes da mesma área de interesse.

Portanto, apresenta-se a reflexão sobre a questão: “Por que usar indicadores?” Considera-se que os avanços obtidos nos processos de coleta, organização e disseminação de dados e informações, viabilizados, entre outros aspectos, pela tecnologia da informação, permitem seu uso de forma muito mais estratégica e precisa e por muito mais organizações e pessoas, do que era possível há poucos anos atrás. Assim, pode-se dizer que os indicadores precisam estar presentes em todas as etapas de qualquer trabalho que se quer realizar, ou seja, desde a formulação e planejamento, até a implementação e gestão de programas e projetos de qualquer natureza. As informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisões, viabilizando maior efetividade nas atividades a serem desenvolvidas. O seu conceito envolve entendê-los como sendo variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse. Existe um volume de conceitos sobre indicadores, que pode ser

considerado expressivo, porém, apresenta grande variação conceitual de autor para autor. Desse modo, serão apresentados aqueles que foram considerados como sendo mais representativos para efeito de melhor compreensão do significado e dos potenciais de cada conceito, e também o foco de atenção desta dissertação.

Em termos mundiais, a origem dos indicadores retroage aos anos 1940, com o relatório *Science: the endless frontier*, apresentado por Bush (1945), o qual serviu como subsídio para o estabelecimento de uma política científica e tecnológica nos Estados Unidos, estendendo-se posteriormente a outros países sob influência dos interesses dos EUA.

Outro conceito para os indicadores é apresentado pela *International Standardization for Organization* (ISO,1998) e que pode ser sintetizado como sendo a expressão numérica, simbólica ou verbal empregada para caracterização de atividades em termos quantitativos ou qualitativos, cujo objetivo é determinar seu valor.

No início dos Anos 2000, destaca-se que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) identificou como sendo indicadores uma série de dados definidos para responder a perguntas sobre um fenômeno ou um dado sistema. Já a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP, 2002) considera que os indicadores devem ser entendidos como uma especificação quantitativa e qualitativa para medir o atingimento de um objetivo.

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi a primeira instituição que procurou gerar indicadores de Ciência e Tecnologia (C&T) para o país e iniciou a coleta desses indicadores a partir dos Anos de 1980. Mais recentemente, foram desenvolvidos os chamados indicadores de resultados, inicialmente limitados à produção científica e que, posteriormente, incorporam a produção de patentes e a transferência de tecnologia entre países. Entretanto, os indicadores de impacto na dimensão científica e tecnológica são os mais desenvolvidos (BRASIL, 2002).

Para Población e Oliveira (2006), no que se refere à geração de conhecimento científico, deve-se considerar os *inputs* e *outputs* envolvidos. Os primeiros constituem uma combinação dos fatores que viabilizam a produção de

determinada quantidade de bens e serviços, dando origem aos segundos, respectivamente. Em decorrência, entendeu-se que esses dois aspectos constituem a base para a elaboração dos indicadores científicos.

Já no campo aplicado às políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático (JANNUZZI, 2005, p.138). Parahos (2013) afirma que os indicadores sociais têm um papel fundamental no desenho, na implementação e na avaliação de políticas públicas. Não obstante, neste projeto de pesquisa, adotou-se a definição proposta por Jannuzzi.

A literatura especializada aponta a **confiabilidade** e a **validade** como termos essenciais da linguagem básica da mensuração (ZELLER; CAMINES, 1980, grifo nosso). Dentre outras definições para estes termos, Everitt e Skrondal apontam confiabilidade como “a medida em que medições repetidas em unidades (p.ex., pessoas) produzem resultados semelhantes” (EVERITT; SKRONDAL, 2010, p.365, tradução nossa). Já sobre a validade, Jannuzzi, afirma que “é outro critério fundamental na escolha de indicadores, pois é desejável que se disponha de medidas tão próximas quanto possível do conceito abstrato ou da demanda política que lhes deram origem” (JANNUZZI, 2005, p.139).

A partir destes conceitos, Jannuzzi (2005) sugere doze propriedades desejáveis na construção dessas medidas. O quadro 5 reproduz essas informações.

Quadro 5 – Propriedades desejáveis dos indicadores sociais

PROPRIEDADES	INDICADOR 1	INDICADOR 2	INDICADOR 3
Relevância para agenda política	●	●	●
Validade de representação do conceito	●	●	●
Confiabilidade da medida	●	●	●
Cobertura populacional	●	●	●
Sensibilidade às ações previstas		●	●
Especificidade ao programa		●	●
Transparência metodológica na construção		●	●
Comunicabilidade ao público		●	●
Factibilidade operacional para sua obtenção			●
Periodicidade de sua atualização			●
Desagregabilidade populacional e territorial			●
Comparabilidade da série histórica			●
Total	4	8	12

Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2005).

Quanto mais propriedades o indicador apresentar, tanto melhor é a medida. Assim, o indicador 1 (escore 4) prescinde de várias características desejáveis, como por exemplo a transparência metodológica na construção.

Para Jannuzzi (2005), “a boa prática de pesquisa social recomenda que os procedimentos de construção dos indicadores sejam claros e transparentes, que as decisões metodológicas sejam justificadas, que as escolhas subjetivas – invariavelmente frequentes – sejam explicitadas de forma objetiva” (JANNUZZI, 2005, p.141).

Desse modo, a principal razão de se estabelecer indicadores consiste em poder analisar e interpretar as informações obtidas com a pesquisa, comparando-as com os objetivos e metas que forem estabelecidos. Devem ser considerados também outros parâmetros que forem julgados relevantes, de forma a verificar o alcance dos mesmos e identificar as necessidades de redirecionamentos.

Considera-se que os avanços obtidos nos processos de coleta, organização e disseminação de dados e informações, viabilizados, entre outros aspectos, pela tecnologia da informação, permitem seu uso de forma muito mais estratégica e precisa e por muito mais organizações e pessoas do que era possível há poucos anos atrás (BELLUZZO, 2018b).

Segundo o guia “Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública”, desenvolvido pelo extinto Ministério de Planejamento² em 2012, o monitoramento de uma atividade que diz respeito ao processo de implementação, execução e gestão das ações de governo, necessita ser prática de natureza contínua, cumulativa e coletiva para viabilizar-se como atividade que agrega valor ao campo de compreensão das políticas públicas, respeitadas suas dinâmicas e especificidades (BRASIL, 2012).

Ainda no referido guia, tais elementos apontam o monitoramento como atividade regular de Estado, capaz de produzir:

- i) conhecimentos densos e aprofundados das realidades, com ênfase às dimensões estratégicas e críticas da implementação e gestão cotidianas das políticas públicas, e

² Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (2012).

ii) informações harmonizadas e indicadores úteis ao gerenciamento tempestivo das ações de governo, este o sonho e a meta de toda e qualquer estratégia ou sistema de monitoramento já pensado ou implementado.

Seguindo estes conceitos, os quadros 6 e 7 referenciam os principais pontos a serem considerados na elaboração dos indicadores:

Quadro 6: Propriedades dos Indicadores

Essenciais	Utilidade
	Validade
	Confiabilidade
	Disponibilidade
Complementares	Simplicidade
	Clareza
	Sensibilidade
	Dasagregabilidade
	Economicidade
	Estabilidade
	Mensurabilidade
	Auditabilidade
Aspectos a considerar	Publicidade
	Temporalidade
	Factibilidade

Fonte: Adaptado de BRASIL (2012)

Quadro 7: Taxonomia de indicadores

Indicadores de Gestão do Fluxo de Implementação de Políticas Públicas	Insumo (antes)	
	Processo (durante)	
	Produto (depois)	
	Resultado (depois)	
	Impacto (depois)	
Indicadores de Avaliação de Desempenho	Economicidade	
	Eficiência	
	Eficácia	
	Efetividade	
	Complexidade	Analíticos
		Sintéticos

Fonte: Adaptado de BRASIL (2012)

E ainda:

- Limitações a serem consideradas
 - A medição interfere na realidade a ser medida;
 - Parcimônia e confiança são necessárias;
 - Não se deve subestimar o custo da medição;
 - A medição não constitui um fim em si mesmo;
 - Indicadores são representações imperfeitas e transitórias;
 - O indicador e a dimensão de interesse não se confundem.
- Atributos dos indicadores
 - Fonte;
 - Unidade de Medida;
 - Índice de referência.
- Aspectos relevantes na construção/utilização de indicadores
 - Qualidade de um indicador
 - Dimensão territorial
 - Transversalidade
 - Fonte
- Observações que podem contribuir na construção de indicadores de Políticas Públicas (PP):
 - Entender o conteúdo e a forma de operação da PP;
 - Observar as necessidades dos decisores e possibilidades dos executores;
 - Identificar outros interesses;
 - Mapear indicadores candidatos;
 - Realizar análise de *trade-off* (conflito de escolhas entre diversas opções);
 - Aproximar é preciso;
 - Validar os indicadores selecionados.

Esse contexto permite observar a importância do tratamento adequado de informações socioeconômicas para melhor concepção de ações e formulação de políticas públicas, bem como o acompanhamento contínuo de sua efetividade.

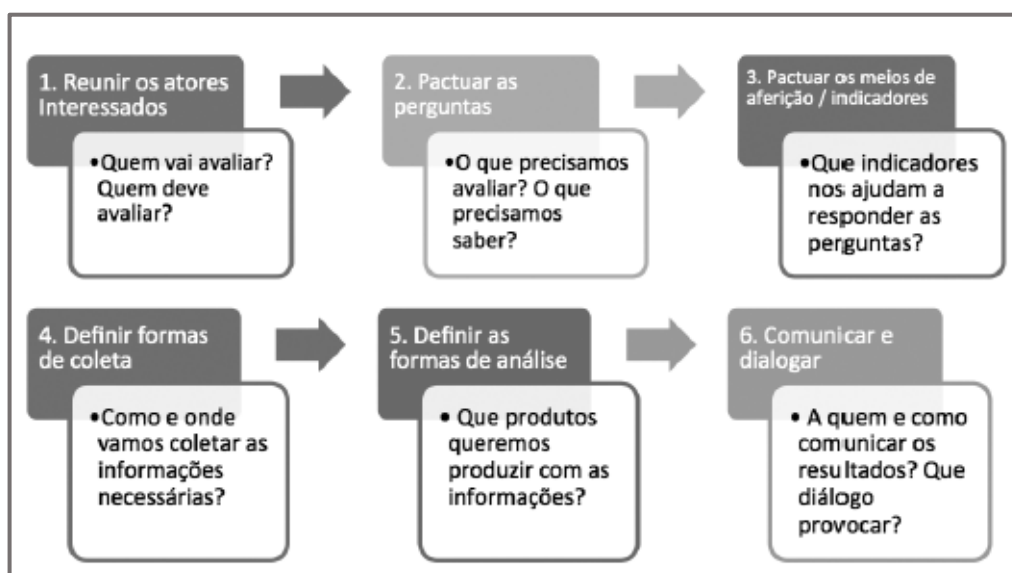
Em outro guia, também de 2012, denominado “Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais”, elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é encontrado um modelo com etapas metodológicas definidas para a formulação de indicadores, ressaltando que “a participação é um valor democrático que embasa práticas consistentes de transformação da sociedade e, nesse sentido, embasa também os processos de monitoramento e avaliação” (JOPPERT; SILVA, 2012). Segundo os autores deste guia

os indicadores podem ser capazes de nos ajudar a perceber se algo vai bem ou vai mal, se é muito ou pouco, se é forte ou fraco, se é grande ou pequeno, sendo formas auxiliares para medir as coisas. Muitas vezes, pensamos apenas nos indicadores como conceitos quantitativos, tais como o grau de alfabetização, a evasão escolar, a mortalidade proporcional, o número de casos de HIV positivo, o IDH, a taxa de desemprego, a taxa de homicídios, entre tantos outros. Mas podemos também trabalhar com indicadores qualitativos, já que variáveis qualitativas nos ajudarão a compreender uma situação, tais como: vínculo com o projeto, autoestima dos participantes, habilidades de gestão etc. (JOPPERT; SILVA, 2012, p. 43).

Para estes mesmos autores, para se definir um indicador é necessário “formular boas perguntas e ir atrás do que realmente é necessário para respondê-las. Quando fazemos perguntas que queremos responder, passamos imediatamente a pensar em como iremos respondê-las, e é nesse momento que podemos pensar em indicadores” (JOPPERT; SILVA, 2012, p. 45).

O guia apresenta a sequência representada na Figura 5:

Figura 5: Etapas de processos participativos de avaliação e monitoramento



Fonte: JOPPERT; SILVA (2012, p. 38)

No Quadro 8 descreve-se um breve resumo de cada uma das etapas apresentadas acima, destacando a premissa de que “cada uma delas é fruto de construção coletiva” (JOPPERT; SILVA, 2012, p. 37).

Quadro 8: Resumo das etapas de processos participativos de avaliação e monitoramento

1 – REUNIR OS ATORES INTERESSADOS	Os atores interessados são as pessoas e as organizações que possuem relações diretas com o projeto, programa ou política em questão, que podem ser positiva ou negativamente afetados por eles, que os financiam ou os apoiam tecnicamente e que são capazes de influenciar sua sustentabilidade.
2 – FORMULAR PERGUNTAS	As perguntas podem estar voltadas a diferentes focos e podem estar tanto mais relacionadas àquilo que se planejou (os objetivos, as estratégias e as metas), quanto a outros conteúdos que emergiram ao longo do desenvolvimento do trabalho.
3 – CONSTRUIR E ELEGER INDICADORES	Indicadores em geral estão relacionados às metas que foram compromissadas ou a alguns aspectos da programação do projeto, programa ou política que se quer investigar. Indicadores são informações que demonstram o estado de determinada situação que se deseja diagnosticar.
4 – DEFINIR FORMAS DE COLHER INFORMAÇÃO	É nessa etapa que aquilo que se deseja saber poderá ser conhecido na realidade. É a fase de pesquisa no campo, de escuta, de leitura. A fase de coleta possui dois componentes: a) as fontes de informação; e b) as técnicas de coleta de informações. As fontes de informação são o que ou quem pode revelar aquilo que é preciso saber, podendo ser pessoas, relatórios ou objetos inanimados (um prédio abandonado, por exemplo). As técnicas de coleta de informações são as maneiras mais adequadas para que as fontes de informação revelem aquilo que se deseja saber
5 – ANALISAR AS INFORMAÇÕES	Diz respeito a transformar as informações coletadas em conclusões ou juízos que tragam respostas diretas, consistentes e cuidadosas para as perguntas de avaliação. Gráficos, tabelas, fotografias, vídeos e textos de diferentes orientações (mais descritivos ou mais analíticos, mais jornalísticos ou mais literários) poderão ser definidos como os produtos da análise. Sejam quais forem os produtos da análise, é fundamental que se leve em conta quatro questões. a) As análises das informações e dos dados respondem às perguntas de avaliação? b) Elas estão bem organizadas, com clareza e objetividade? c) Elas são consistentes e trazem segurança para os interessados? d) Elas são cuidadosas com as pessoas e as organizações envolvidas?
6 – COMUNICAR RESULTADOS	A comunicação de resultados é uma atividade bastante relacionada à fase de análise. À medida que a análise precisa saber que produtos irá produzir para poder ser realizada e à medida que esses produtos estão voltados a produzir conhecimento, diálogo e apoio à tomada de decisão pelos atores Interessados, é fundamental que os produtos e as estratégias de comunicação sejam pensados em razão dos atores interessados, de suas demandas, expectativas, interesses geopolíticos e sejam trabalhadas concomitantemente com as atividades de análise.

Fonte: Adaptado de JOPPERT; SILVA (2012).

A produção e avaliação de indicadores para a elaboração de políticas públicas se insere diretamente na qualidade do manejo da informação, levando-se em conta desde a obtenção (coleta) até o armazenamento de dados. Assim, é importante considerar os métodos e práticas de avaliação de desempenho através de indicadores.

Dentre outras iniciativas ao longo da história brasileira, uma das mais importantes foi a criação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, a Gespública³ (BRASIL, 2005). Criada a partir do Decreto Presidencial nº 5.372, de 23 de fevereiro de 2005, a Gespública, como definiu Manoel Henrique Martins, Bacharel em Administração Pública pela UNESP e Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela *Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales* (FLACSO), “era, acima de tudo, uma sistemática de gestão do conhecimento entre, nada menos que 1.265 órgãos públicos do país, um local de referência técnica e, por conseguinte, de isonomia federativa, já que os mais qualificados tecnicamente qualificavam os menos preparados”⁴.

O Portal Gespública permanece acessível, mas não recebe atualizações desde a publicação do Decreto Presidencial Nº 9.094, de 17 de julho 2017, que o encerrou.

Pode-se considerar como um repositório, onde é possível encontrar inúmeros documentos produzidos ao longo de sua existência, que tratam de temas pertinentes à gestão pública.

Destaca-se uma área do Portal, denominada “Indicadores de Gestão”, cujo conteúdo apresenta links de acesso para documentos constantes em outras áreas do Portal como: Biblioteca, Tecnologias de Gestão e Estudos de Caso. Destaca-se também a exposição de 3 documentos, disponíveis para *download*. São eles:

- Mapeamento bibliográfico sobre o estado da arte sobre indicadores de gestão;
- Indicadores – Orientações básicas aplicadas à gestão pública;
- Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores.

Como se observa pelos títulos, os referidos documentos tratam justamente de temas objetos de estudo para este trabalho.

Segue um breve descritivo de cada um deles:

³ <http://www.gespublica.gov.br/>

⁴ <http://gestaopublica.net/blog/fim-do-gespublica-temer-revogou/>

- **Mapeamento bibliográfico sobre o estado da arte sobre indicadores de gestão:**

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para a melhoria da gestão por meio da definição de um Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão, que consiste em um conjunto de indicadores para as diversas dimensões da gestão, que possam ser utilizados por todas as organizações públicas brasileiras, bem como o controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. O estudo também contempla os seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer um panorama nacional e internacional do estado da arte na utilização de indicadores para medir o desempenho da gestão;
- Obter descrições e realizar um levantamento prévio do conjunto de princípios orientadores e conceituais, objetivos específicos e metas que compõem as dimensões de gestão a serem avaliadas;
- Definir indicadores para as principais dimensões da gestão pública para servir de referencial no governo;
- Envolver e comprometer os órgãos centrais de governo na definição dos indicadores de gestão;
- Subsidiar o documento “Síntese Temática” do Departamento de Modernização Institucional, da Secretaria de Gestão, bem como para outros documentos da SEGES;
- Subsidiar a atualização dos demais instrumentos do GesPública (BRASIL, 2009).

- **Indicadores – Orientações básicas aplicadas à gestão pública**

- [...] a construção de indicadores efetivos no subsídio a tomada de decisão não pode estar descolada da realidade das políticas públicas,

sendo que há uma gama de fatores que necessitam ser considerados durante sua construção e utilização. [...] instrumento que procura retratar a complexidade que envolve essa temática e apontar caminhos e possibilidades para qualificação do processo de produção das informações. Esta iniciativa procura aproximar a metodologia de construção de indicadores do dia a dia dos gestores públicos, expondo os desafios que estão envoltos nesse processo e o risco de apropriação incorreta desta ferramenta pela burocracia. Isto auxiliará os gestores e cidadãos na compreensão dos instrumentos que de fato contribuam para atingir e compreender os resultados esperados. Finalmente, destaca-se que é o conhecimento da realidade brasileira e do contexto de implementação de cada política pública, seu conteúdo e seus desafios, que fornecerão as melhores condições para a construção e aplicação de mecanismos gerenciais mais adequados a uma gestão pública orientada para o fazer (BRASIL, 2012).

- **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores.**
 - Trata-se da proposição de uma metodologia conceitualmente embasada que para render os melhores resultados possíveis requer apropriação: deve fazer sentido para quem a aplica e, não obstante basear-se em princípios firmes, ser flexível o bastante para ser aplicada em vasta variedade de casos. É um referencial metodológico que permitirá a governos (Federal, estaduais e municipais), áreas ou domínios de políticas públicas, conjuntos de organizações, organizações públicas e suas unidades definirem e mensurarem seu desempenho – assumindo-se que este é um primeiro e decisivo passo para a gestão do desempenho, possibilitando, em bases metodologicamente análogas, sua pactuação, avaliação, divulgação em momentos posteriores. A construção da metodologia baseou-se no estado da arte da literatura gerencial sobre gestão do desempenho e buscou encontrar um difícil equilíbrio entre complexidade e simplicidade. A complexidade está, primeiramente, no tema, suscitando controvérsias sobre o conceito de desempenho e sua mensuração, questões estas que tem merecido na

literatura técnica não apenas tratamento variado, mas sujeito a razoável confusão semântica e conceitual. Mas a complexidade também está nos objetos de aplicação, de distintos portes, naturezas de atividades, públicos e contextos de atuação. A saída foi a concepção de um metamodelo, um modelo que oriente a construção de modelos específicos de definição e mensuração do desempenho caso a caso, respeitando-se conceitos e princípios básicos. Dessa forma, buscou-se ao mesmo tempo reconhecer a complexidade e perseguir a simplicidade, renunciando-se à busca de soluções exaustivas ou universalmente válidas. Ademais, esta iniciativa constitui a primeira edição do Guia, que, além das virtudes e limitações inerentes a qualquer modelo, necessita de aplicações para seu contínuo aperfeiçoamento. Buscou-se construir um texto mais sucinto possível, com exemplos de aplicação e ilustrações que possam facilitar a compreensão. O texto está dividido em 5 partes. A primeira parte é conceitual e contextual, buscando elaborar uma aproximação ao tema, situando a mensuração do desempenho na gestão para resultados e na governança contemporânea. A segunda parte apresenta o metamodelo, o conceito de desempenho elaborado e os princípios, elementos gerais e escopo da metodologia de mensuração. A terceira parte está focada na mensuração propriamente dita, concentrando-se na construção de indicadores. A quarta parte apresenta sucintamente um conjunto de questões que permitem uma rápida avaliação da aplicação da metodologia. A quinta e última parte elabora algumas considerações finais a respeito da aplicação da metodologia e os resultados esperados (BRASIL, 2009b).

Os guias destacados foram citados por se tratar do resultado de análises e estudo fundamentados, com referenciais consistentes, e que apontam justamente para as possibilidades de estruturação de processos de geração e análises de indicadores, e que estes se tornem ferramentas de apoio à tomada de decisão na gestão pública. Como já mencionado, há vasta literatura sobre o tema, por ser altamente dinâmico, uma vez que envolve o cotidiano das cidades e do cidadão e sua constante mutação. Entretanto, como não foi objetivo precípuo desta dissertação um

maior aprofundamento dessas questões e sim apenas destacar as contribuições mais significativas, recomenda-se, assim, que possam existir futuros estudos *in continuum*.

Ressalta-se, por sua vez, que de acordo com Bruce (1999) para a tomada de decisão e a solução de problemas há a necessidade de lidar com informação. Drucker (2002) explica que para alcançar uma tomada de decisão eficaz é importante organizar e coordenar a informação. Para Dias e Belluzzo (2003) as organizações necessitam de mecanismos que facilitem a busca de informações para, assim, contribuírem para a tomada de decisão. Choo (2006) apresenta a terceira arena do uso da informação defendendo que a informação é essencial para o processo decisório.

Dada a importância e a necessidade de se inter-relacionar as questões alinhadas com os indicadores socioeconômicos e o acesso e uso da informação para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos, entendeu-se ser necessário apresentar um recorte a seguir sobre essas temáticas.

3 A COMPETENCIA EM INFORMAÇÃO E MUDIATICA E POLÍTICAS PUBLICAS: DIFERENCIAIS À CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

3.1 Das origens da competência à sua conceituação

É importante estabelecer o contexto em que surge o tema ou área do conhecimento denominada Competência em Informação e Midiática (Coinfo), e como se insere no contexto atual, dada a necessidade, cada vez mais recorrente, de se desenvolver competências para o acesso e uso da informação.

Para Campello (2003) existem dois momentos importantes que influenciaram a construção inicial do sentido da competência em informação: o primeiro ocorreu nos Anos 1970, quando o empresário Paul Zurkowski (1974), enquanto presidente da organização que representava a indústria da informação nos Estados Unidos, recomendou que o governo investisse na formação da população para a *information literacy*, a fim de que as pessoas pudessem utilizar a variedade de produtos de informação disponíveis pelo setor; o segundo momento aconteceu em 1976, quando se passou a utilizar essa terminologia para indicar uma formação de cidadãos competentes no uso da informação, em condições de tomar decisões pautadas na responsabilidade social.

O objetivo era desenvolver habilidades na utilização dos recursos de informação disponíveis e que viessem a ser desenvolvidos sob o impacto das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC). Ressalte-se que a proposta de Zurkowski expandiu-se pelos Estados Unidos e, posteriormente, ganhou amplitude global, amparada, sobretudo pelo discurso da chamada Sociedade da Informação e o ideal da globalização. Após estes eventos, o objetivo da ColInfo desenvolveu-se, ganhou adeptos em todo o mundo, com diversos profissionais, instituições e políticas, debruçados sobre a questão de ensinar a acessar e usar a informação de forma inteligente, legal e ética.

A partir daí vários organismos passaram a aderir a tal concepção, embora sem questionamentos ou reflexão mais aprofundados, em um primeiro momento. Dentre eles, pode-se destacar: *American Library Association* (ALA), a *International Federation Library Associations* (IFLA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os quais assumem a *Information Literacy* (ColInfo) como “Farol da Sociedade da Informação” e que contribuem para um grande

impulso desse tema na sociedade contemporânea e leva a considerar que todo cidadão ativo e consciente deste século XXI será aquele que não se limita a absorver a imensa quantidade de informação que chega até si, mas reflete e produz pensamento crítico sobre a informação exposta em qualquer momento da sua vida, requerendo essa competência para desenvolver o processo de transformação da informação em conhecimento em duas grandes vertentes: em saber localizar e acessar a informação e saber que processos efetuar para compreender a informação e utilizá-la. Desse modo, a ColInfo é reconhecida como capacidade essencial para o aprendizado ao longo da vida, permitindo que seja efetivado o exercício da cidadania informada e interventiva na sociedade contemporânea, conforme consta na Declaração de Praga (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017).

Pode-se dizer que, a partir dos anos 1990, em escala mundial, o movimento da ColInfo ganha popularidade e se consolida nos países desenvolvidos relacionado às habilidades para acessar, usar e avaliar a informação (CUEVAS-CERVERÓ, 2005 *apud* CAMPELLO, 2003) e, mesmo suscitando debates de origem semântica sobre como denominar essa área, todos buscam um propósito comum – proporcionar às pessoas novas habilidades, conhecimentos e atitudes que facilitem a leitura e a escrita de uma linguagem cada vez mais complexa e que permitam uma integração social plena.

As iniciativas em relação à Competência em Informação (ColInfo) no Brasil foram realizadas desde o ano 2000, em especial pela área da Ciência da Informação destacando-se as atividades iniciadas pela Seção da América Latina e Caribe da IFLA (IFLA/LAC) e Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) quanto à realização de eventos, publicações especificamente voltadas para a ColInfo e lançamentos de marcos históricos como a Declaração de Maceió (DECLARAÇÃO..., 2011), Manifesto de Florianópolis (MANIFESTO..., 2013) e Carta de Marília (CARTA..., 2014), oferecendo maior visibilidade sobre a emergência de estudos e pesquisas, além de permitir a divulgação de experiências e vivências em diferentes contextos na região.

Já conceitualmente, para buscar melhor compreensão do tema Competência em Informação, ou ColInfo, é preciso se ater inicialmente ao termo “competência”, para o qual reporta-se às definições de alguns autores. Segundo Perrenoud (1999, p.7), competência é a “capacidade que se apoia em conhecimentos,

mas não se reduz a eles”. Já Xavier (2004), analisa as competências como capacidades que se estruturam na construção social – em sua estrutura coletiva, sua representação como campos de valores que as definem – e em seu espaço. As competências e habilidades, em um segundo estágio de ação, tornam-se saberes, e isso é o que se sugere para o seu desenvolvimento, dependendo do pensamento reflexivo e de práticas vivenciadas.

Para Le Boterf (1994), a competência não se reduz nem a um saber nem a um saber-fazer. [...] Ela não é da ordem da simples aplicação, mas da ordem da construção. Por fim, Belluzzo (2007) coloca a competência como sendo um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social.

Dentre as competências que são consideradas emergentes e de grande importância para a sociedade contemporânea, encontramos a competência em informação e a competência midiática que doravante serão descritas para melhor compreensão.

3.2 Competência em informação

Segundo Dudziak (2003), a competência em informação (*information literacy*) pode ser definida “como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida” (p. 28). A autora coloca ainda como principais componentes que sustentam o conceito da competência em informação “o processo investigativo, o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender; o aprendizado ao longo da vida” (p. 29-30).

Para autores como Chandra (2015) a importância da Competência em informação (CoInfo) é amplamente aceita na atualidade, sendo que por esta razão está ganhando a condição de fator essencial na Ciência da Informação, na Educação e em outros setores do cotidiano como a Comunicação e a Administração. Seu

propósito é permitir lidar com as questões de sobrecarga de informação decorrente da geração de informações a um ritmo cada vez mais rápido. Procura auxiliar a transformar a informação em conhecimento, o que capacitará as pessoas a adquirir e usar informações apropriadas para cada situação de forma inteligente.

Vale também destacar que:

[...] é importante que as pessoas possam conhecer como o conhecimento está organizado, como buscar a informação, como utilizá-la de modo inteligente e como proceder ao processo de comunicação do conhecimento gerado. [...] Assim, da mesma forma que os profissionais da informação, os cidadãos precisam aprender a acessar e usar a informação de forma inteligente. [...] Convém lembrar que a competência em informação apresenta diferentes concepções que podem ser resumidas no que segue: **Digital** – concepção com ênfase na Tecnologia da Informação e da comunicação; **Informação propriamente dita** – concepção com ênfase nos processos cognitivos; **Social** – concepção com ênfase na inclusão social, consistindo em uma visão integrada de aprendizagem ao longo da vida e o exercício da cidadania. (BELUZZO; FERES, 2015, p.16-17, grifo nosso).

Outra conceituação de interesse é oferecida por Valentim, Jorge e Ceretta-Soria (2014, p.2; 9) ao afirmarem que:

Potencializar as competências dos sujeitos sociais, tornando-os competentes em informação, é a principal função da COINFO. A sociedade contemporânea tem reconhecido a importância da competência em informação, principalmente nos países em que a exclusão social é significativa, uma vez que desenvolve ações que possibilitam aos indivíduos desenvolver a capacidade de reconhecer uma necessidade informacional, ter a capacidade de identificar e localizar uma informação, bem como avaliar e usar efetivamente essa informação [...] Considera-se que a COINFO possui uma função social importante para qualquer tipo de sociedade, bem como para qualquer tipo de organização [...].

Entretanto, convém ressaltar que a ênfase da Colnfo se direciona para o exercício da cidadania⁵, para o ser social, admitindo-se uma visão sistemática da realidade, onde as pessoas são consideradas como seres inseridos em uma dimensão social e ecológica de aprendiz, na busca de identidade pessoal e autônoma a partir de sua ação enquanto protagonistas e transformadores sociais.

Ainda nesse sentido, sempre é aconselhável contextualizar a Colnfo em um espectro maior de práticas de informação em geral, uma vez que ela envolve basicamente tais práticas, sendo que estas, por sua vez, acham-se social e

⁵ A cidadania envolve atributos que vai além de direitos políticos conseguidos com muitos esforços pelos cidadãos, mas também “[...] qualifica os participantes da vida do Estado, o reconhecimento do indivíduo como pessoa integrada na sociedade estatal (Art. 5º, LXXVII). Significa também, que o funcionamento do Estado estará submetido à vontade popular” (SILVA, 2008, p. 14).

culturalmente situadas, mediadas e construídas com outras pessoas em seus meios sociais e culturais, assumindo formas muito diferentes, dependendo do contexto. Além disso, à medida que procuramos desenvolver habilidades de ColInfo nas pessoas, precisamos lembrar que a busca de informações é um processo dinâmico - as necessidades de informação podem surgir ou se dissipar rapidamente, e a "necessidade" é mutável. Não devemos assumir modelos simples e lineares de busca de informação (CASE, 2012; COLE, 2012).

Sabe-se também que um condutor importante da tomada de decisão é a conformidade social, de modo que, se alguém está fazendo algo, outros são mais inclinados a fazer o mesmo. Isto é importante quando se considera que técnicas irão incentivar a mudança de comportamento - a ColInfo é um elemento de importância e uma base necessária, mas insuficiente, para a mudança. Portanto, se considerarmos as condições e o contexto social, a complexidade do comportamento da informação ou as práticas de informação em geral e as confusões cognitivas comuns, essa diversidade de complicações e limitações reduz significativamente o potencial reivindicado pela ColInfo, inclusive, para melhorar as relações sociais além dos desafios de ordem política.

Da mesma forma, habilidades eficazes e eficientes para encontrar informações exigem tempo e esforço para aprender. A informação é organizada de maneira complexa, e, muitas vezes, pode ser difícil de acessar, avaliar e usar de forma inteligente. Muitas pessoas não entendem o contexto da informação – como ou por que ela é produzida, nem os propósitos para os quais diferentes tipos de informação são disponibilizados (JULIEN, 2016).

Pode-se dizer que a ColInfo inclui a capacidade de encontrar e utilizar a informação, porém, implica em ir mais além dessas dimensões, pois, compreende também aspectos, tais como: a comunicação, a colaboração e o trabalho em rede, uma vez que envolve também questões como a consciência social na era digital que se vivencia, o conhecimento da segurança da informação e a criação de nova informação. É preciso destacar que a essa competência se fundamenta também no pensamento crítico e na avaliação. Assim, o domínio das atividades de ColInfo e das habilidades que a compõem, certamente, implicam na fluidez com as Tecnologias da informação e da Comunicação (TIC), com os métodos de pesquisa, a lógica, o pensamento crítico, o discernimento e a racionalidade.

No contexto de políticas públicas, objeto desta dissertação, na inter-relação com a Competência em Informação e Midiática (Coinfo), Silva, Ottonicar e Yafushi (2017) apresentaram estudo fundamentado em pesquisa desenvolvida por Belluzzo (2007), que adaptou padrões e indicadores de competência ao contexto brasileiro, relacionando padrões de Coinfo e as ações do cidadão competente. Para estas autoras os agentes sociais exercem sua cidadania nas diferentes esferas do país: a **educação** porque valoriza a informação e o conhecimento para a compreensão do país e suas dificuldades; a **econômica**, pois gera renda para a nação e estimula o emprego da população; e também na esfera **cultural/social**, já que cria condições para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos por meio dos atributos da paz, preservação do meio ambiente, do voto e da memória de um povo. A competência em informação se faz necessária nas três esferas a fim de que o exercício da cidadania em cada uma delas ocorra de maneira inteligente (SILVA; OTTONICAR; YAFUSHI, 2017), conforme demonstra o Quadro 9.

Quadro 9: Inter-relação entre as três principais esferas sociais, os padrões e indicadores de competência em informação e midiática e as ações do cidadão

Três principais esferas da cidadania	Padrões e Indicadores de Competência em informação e Competência Midiática (BELLUZZO, 2007)	Principais ações do cidadão competente em informação e midiático
Educação	PADRÃO 1 – A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação Indicador de desempenho: 1.1 Define e reconhece a necessidade de informação; Resultados desejáveis: 1.1.3 Usa fontes de informação gerais ou específicas para aumentar o seu conhecimento sobre o tópico; Indicador de desempenho: 1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária; Resultados desejáveis: 1.3.1 Determina a disponibilidade da informação necessária e toma decisões sobre as estratégias de pesquisa da informação e o uso de serviços de informação e qual a mídia adequada; PADRÃO 2 – A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade Indicador de desempenho: 2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária. Resultados desejáveis: 2.2.4 Constrói e implementa uma estratégia de busca usando códigos e comandos de acordo com o sistema de recuperação de informação utilizado (por exemplo: a lógica booleana, ordem alfabética de termos, referência cruzada, etc.); Indicador de desempenho: 2.4 A	Avaliação crítica do conteúdo midiático, envolve senso crítico quanto as funções da mídia como: pensamento crítico, construção e desconstrução de conhecimento, criação de novos conhecimentos e aprendizado ao longo da vida; Garantia do acesso e uso da informação de forma inteligente para a geração de conhecimento às comunidades assistidas e populações vulneráveis.

	pessoa competente em informação retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário; Padrão 3 – A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes Indicador de desempenho: 3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida; Resultados desejáveis: 3.1.1 Seleciona a informação relevante baseado na compreensão das ideias contidas nas fontes de informação; 3.2.5 Demonstra compreensão e habilidade para interpretar referências bibliográficas encontradas nas fontes como meios de acessar informação precisa e válida; 3.2.6 Demonstra compreensão da necessidade de verificar a precisão e completeza de dados ou fatos; Padrão 4 – A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado Indicador de desempenho: 4.1 É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto; Resultados desejáveis: 4.1.1 Organiza a informação, utilizando esquemas ou estruturas diversas; Padrão 5 – A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente Indicador de desempenho: 5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação e a tecnologia; Resultados desejáveis: 5.1.2 Demonstra compreensão acerca das questões ligadas ao direito nacional e internacional de propriedade intelectual e as leis de imprensa; Indicador de desempenho: 5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação;	
Econômica	Padrão 3 – A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes Indicador de desempenho: 3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida; Resultados desejáveis: 3.2.6 Demonstra compreensão da necessidade de verificar a precisão e completeza de dados ou fatos; Indicador de desempenho: 3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições ou outra característica da informação; Resultados desejáveis: 3.3.4 Seleciona a informação que traz evidências para o problema /tópico de pesquisa ou outra informação necessária; Padrão 5 – A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente;	Compreensão do papel e das funções das mídias na sociedade democrática – utilização das competências profissionais desenvolvidas pelos indivíduos necessárias para questionamentos, análises assertivas, transmissão de conhecimento e produção de informações pontuais e significativas. Compreensão das condições sob as quais as mídias podem cumprir suas funções – instrumento de garantia de compartilhamento de informações necessárias e transferíveis geradoras de mudanças da sociedade. Atualização de princípios e práticas de condutas de

	Indicador de desempenho: 5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação e a tecnologia; Resultados desejáveis: 5.1.2 Demonstra compreensão acerca das questões ligadas ao direito nacional e internacional de propriedade intelectual e as leis de imprensa; Indicador de desempenho: 5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação;	gestão da informação àqueles que atuam como mediadores e multiplicadores no desenvolvimento da Competência em Informação, contribuindo com a inovação e o desenvolvimento social
Social / Cultural	PADRÃO 1 – A pessoa competente em informação determina a natureza e a extensão da necessidade de informação Indicador de desempenho: 1.1 Define e reconhece a necessidade de informação; Resultados desejáveis: 1.1.2 Formula questões apropriadas baseado na informação necessária ou tópico de pesquisa; 1.1.3 Usa fontes de informação gerais ou específicas para aumentar o seu conhecimento sobre o tópico; 1.2.1 Identifica o valor e as diferenças de potencialidades de fontes em uma variedade de formatos (documentos impressos e eletrônicos, pessoas, instituições, etc.); 1.3.1 Determina a disponibilidade da informação necessária e toma decisões sobre as estratégias de pesquisa da informação e o uso de serviços de informação (por exemplo: intercâmbio, utilização de fontes locais, obtenção de imagens, vídeos, textos ou registros sonoros, etc.); PADRÃO 2 – A pessoa competente em informação acessa a informação necessária com efetividade Indicador de desempenho: 2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistemas de recuperação da informação para acessar a informação necessária; Resultados desejáveis: 2.2.3 Seleciona vocabulário controlado específico como instrumento de pesquisa e identifica quando o vocabulário controlado é usado em um item registrado e executa a pesquisa com sucesso usando adequadamente o vocabulário selecionado; 2.2.4 Constrói e implementa uma estratégia de busca usando códigos e comandos de acordo com o sistema de recuperação de informação utilizado (por exemplo: a lógica booleana, ordem alfabética de termos, referência cruzada, etc.); Padrão 3 – A pessoa competente em informação avalia criticamente a informação e as suas fontes Indicador de desempenho: 3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação obtida; Resultados desejáveis: 3.3.3 Compara a nova informação com o conhecimento próprio e outras fontes consideradas como autoridade no assunto para conclusões; 3.3.4 Seleciona a informação que traz evidências para o problema /tópico de pesquisa ou outra informação necessária; Padrão 4 – A pessoa competente em informação, individualmente ou como membro de um grupo, usa a informação com	Compromisso junto as mídias para auto expressão e a participação democrática – contexto estimulador de aprendizado, compreensão e interação entre os acontecimentos e fatos vivenciados no contexto local, regional e mundial. Reforça o pensamento racional, reflexivo e crítico mediante o acesso efetivo de informações disponibilizadas pelas TIC e em rede. Existência de espaços de intercâmbio e participação por meio do fomento de práticas pedagógicas e informacionais, tendo como base a filosofia da educação para todos. Estabelecimento de estreita relação entre as bibliotecas e as escolas, mediante trabalho integrado e conjunto, com o intuito de promover a leitura e a pesquisa.

	efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado; Indicador de desempenho: 4.1 É capaz de sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto; Resultados desejáveis: 4.1.1 Organiza a informação, utilizando esquemas ou estruturas diversas; Indicador de desempenho: 4.2 Comunica os resultados do projeto com efetividade; Padrão 5 – A pessoa competente em informação compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente Indicador de desempenho: 5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas e socioeconômicas que envolvem a informação e a tecnologia Resultados desejáveis: 5.1.2 Demonstra compreensão acerca das questões ligadas ao direito nacional e internacional de propriedade intelectual e as leis de imprensa; Indicador de desempenho: 5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação;	
--	--	--

Fonte: Adaptado de Silva, Ottonicar e Yafushi (2017), Belluzzo (2007, p. 95-103; 2013, p. 77, 164) e Wilson et al (2013, p. 18).

Assim, para que se possa estabelecer a competência em informação sustentável, é necessário compreender três requisitos fundamentais: **competência em informação para a cidadania**: reporta-se ao uso crítico de dados e informação; **competência em informação para o crescimento econômico**: refere-se ao uso criativo e intensivo do conhecimento e à combinação eficiente dos serviços de informação; e a **competência em informação para a empregabilidade**, que se relaciona ao desenvolvimento contínuo da pessoa com estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico. (BELLUZZO, 2013, grifo nosso).

Por sua vez, o comportamento informacional – como parte do comportamento humano – diz respeito às decisões e ações que as pessoas empreendem quando procuram, trocam e usam a informação. Comportamentos são, por natureza, mutantes e diferem grandemente por região e cultura, além, é claro de serem individuais em sua essência, dificultando a aferição das competências a eles inerentes. No entanto, entender os padrões comportamentais frente à informação e à comunicação é indispensável para a conformação de políticas públicas, daí a importância dos preceitos da competência em informação para a construção dos indicadores socioeconômicos para o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade contemporânea.

Ênfase é oferecida às tendências e perspectivas que têm contribuído para acelerar as transformações sociais em curso e a necessidade do desenvolvimento da ColInfo, enquanto requisito fundamental para o “aprender a aprender” e o aprendizado ao longo da vida na era digital, em meio à economia globalizada, a explosão das comunicações e os avanços das tecnologias digitais interativas. Assim, a gestão da informação e sistemas de representação, gestão de conteúdos e de conhecimento colaborativo e interfaces baseados no contexto e na semântica, incluindo o desenvolvimento de projetos mediante o aporte de conhecimento e avaliação de ferramentas de criação, organização, navegação, recuperação, compartilhamento, preservação e difusão de plataformas midiáticas e tecnológicas contemporâneas são objeto de atenção primária para novas tendências e perspectivas em ColInfo (BELLUZZO, 2008).

Por fim, a competência em informação é de fundamental importância para a vida dos indivíduos que participam da dinâmica cotidiana da sociedade. Com a crescente produção, divulgação e valorização do conhecimento e é imprescindível a capacitação no que tange ao tratamento e ao uso da informação. (PERES, MIRANDA, SIMEÃO, 2015, p. 216).

Atualmente, existe necessidade de se estabelecer um estreito relacionamento entre essa competência e a midiática, considerando-se que a informação e a comunicação são consideradas situações limítrofes na sociedade contemporânea.

3.3 Competência midiática

Santos (2009) diz que “o computador, produto do tempo real criado no laboratório, ao mesmo tempo produz o tempo real das instituições e empresas multinacionais”, sendo o tempo um fator essencial para gestão da informação. Para Albino (2007), existem vários projetos de gestão do conhecimento sendo implementados em várias organizações que procuram aumentar a eficiência e eficácia produtiva. Ainda nesta mesma linha Albino, Heinhard e Santana (2008) afirmam que as redes de computadores, situados em lugares geograficamente dispersos, permitem a troca de informação entre pessoas com novas possibilidades tecnológicas, delineando um novo ambiente de convivência denominado ciberespaço. Castells (2015), diz que a informação baseada na microeletrônica e nas tecnologias de

comunicação possibilita a combinação de todas as formas possíveis de comunicação de massa em um hipertexto digital, global, multimodal e multicanal. Belluzzo (2007) afirma que “em um cenário exposto, em face da mudança do físico para o virtual e da importância crescentes das interações baseadas no digital, é necessário refletir sobre quais as competências que importam desenvolver neste século XXI, tanto para os profissionais da informação e da comunicação, como para os usuários dos serviços de informação e comunicação ou congêneres”. Ainda segundo esta autora, “saber navegar na internet, buscando novas fontes de conhecimento, é uma habilidade fundamental, uma vez que temos de estar em constante aprendizagem, sob o risco de perdermos os avanços da tecnologia”.

A presença das tecnologias e das mídias nas organizações e na sociedade é hoje tão importante, que é impossível ignorá-la. As demandas do século XXI e as potencialidades da competência em informação e também da competência midiática para a geração de oportunidade de crescimento, contribui para que o indivíduo obtenha novos conhecimentos e as comunidades possam estar inseridas no desenvolvimento local, regional e global.

Para Hunt (1980), a revolução tecnológica envolve um processo de transformação estrutural das sociedades avançadas, vinculando-o à globalização econômica na produtividade e o crescimento econômico e cultural, além da habilidade de gerar conhecimento e processar informação, uma vez que a geração de riquezas e de poder estruturam-se socialmente sob o controle do conhecimento e da informação. Além disso, a disseminação e intensiva utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trouxeram novos desafios, delineando novas rotinas e relacionamentos nos consumidores e produtores de informação. Assim, há necessidade de ser competente também no uso das mídias - da competência midiática. Tecnologias como as redes sem fio, banda larga, e mesmo a banda larga transmitida via energia elétrica, potencializaram a capacidade de penetração e interiorização do desenvolvimento a partir das TIC, constituindo um ambiente propício ao acesso à informação, ao conhecimento e ao aprendizado, condições que impactam o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Convém destacar que no fenômeno da comunicação midiática atual, a linguagem, por exemplo, não pode ser entendida sem a tecnologia. Para Henry Jenkins (2008), um dos pensadores dedicados à análise das implicações sociais e educacionais do novo ambiente da

comunicação, as *new media literacies* deveriam incluir as tradicionais. Nesse novo ambiente coexistem o velho e novo. Por um lado, houve significativa expansão das possibilidades de qualquer cidadão fazer chegar sua mensagem, pessoal ou coletiva, ao resto da sociedade, ainda que, paralelamente, o poder midiático tenha alcançado níveis de concentração e acumulação nunca antes observados. Azevedo (2013) assinala que a comunicação ciberespacial apresenta uma capacidade de comunicação em massa com respostas quase instantâneas, onde o retorno é denominado por interatividade. Além disso, o poder da mídia se beneficia da transparência que caracteriza os novos sistemas de representação, causando confusão entre representação e realidade. A competência midiática confronta, portanto, essa complexidade, combinando o potencial oferecido pela cultura participativa com o desenvolvimento da capacidade crítica (FERRÉS; PISCITELLI, 2015).

Portanto, conceitua-se a competência midiática como sendo aquela que:

Envolve o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a seis dimensões básicas, a partir das quais são elaborados os indicadores. Estes indicadores estão relacionados, em cada caso, com o âmbito de participação das pessoas que recebem mensagens e interagem com elas (âmbito de análise) e das pessoas que produzem mensagens (âmbito de expressão) (FERRÉS; PISCITELLI, 2015, p.8).

Outra definição de competência em informação e midiática também é importante destacar para uma melhor compreensão de ambas:

[...] conjunto que empodera os cidadãos, permitindo que eles acessem, busquem, compreendam, avaliem e usem, criem e compartilhem informações e conteúdos midiáticos em todos os formatos, usando várias ferramentas, de forma crítica, ética e eficaz, com o objetivo de participar e de se engajar em atividades pessoais, profissionais e sociais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO..., 2016, p. 9).

Para Di Croce (2009) existem três dimensões acerca do desenvolvimento da competência midiática, a saber: **conhecimento** (envolvendo indicadores relacionados à política e indústria midiática, processos de produção, tecnologia, linguagem e acesso à informação), **compreensão** (compreendendo indicadores de recepção e compreensão de ideologia e valores) e **expressão** (referindo-se aos indicadores de comunicação, expressão e participação na sociedade), o que permite propor orientações para o desenvolvimento da competência midiática que será

adquirida (*Media Literacy*), de acordo com o contexto ao qual vai ser aplicada, para os conhecimentos prévios e as lacunas ou *gaps* que possam existir (grifo nosso).

Perez; Delgado (2012, p.14) propõem cinco dimensões para a apresentação e uso da informação na mídia, compostas, por sua vez, de cinco indicadores cada uma: **dimensão da aprendizagem** (a transformação da informação em conhecimento e sua aquisição), a **dimensão informacional** (a obtenção, a avaliação e o tratamento da informação em ambientes digitais), a **dimensão comunicativa** (a comunicação interpessoal e a social), a **dimensão da cultura digital** (as práticas sociais e culturais da sociedade do conhecimento e da cidadania digital) e a **dimensão tecnológica** (a alfabetização tecnológica e o conhecimento e o domínio dos ambientes digitais). Estas dimensões concretizam-se em cinco capacidades associadas, relativas aos meios e aos ambientes digitais: aprender e gerar conhecimento; obter, avaliar e organizar informação em formatos digitais; comunicar-se, relacionar-se e colaborar em ambientes digitais; atuar de forma responsável, segura e cívica; e utilizar e gerir dispositivos e ambientes de trabalho digitais, que servirão para elaborar atividades de ensino e de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento da competência midiática em articulação com a competência em informação (grifo nosso).

Para verticalizar a compreensão da competência em informação e midiática, o Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc)⁶ vem conduzindo pesquisas empíricas com organizações e grupos a partir da construção, aplicação e teste de indicadores que procuram identificar os componentes de cada competência considerando a sua importância para a cidadania.

Silva, Ottonicar e Yafushi (2017, p.604) mencionam que:

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possibilitaram maior transparência política nas sociedades democráticas ao possibilitar o acesso à informação em diferentes mídias e suportes. Entretanto, o acesso à informação é apenas uma etapa do processo de aplicação do conhecimento na realidade, levando em conta que, para além das TIC, existe um indivíduo capaz de interpretar e criar significados a partir da leitura e releitura que faz das informações disponíveis pela sociedade (SILVA; OTTONICAR; YAFUSHI 2017, p.604)

⁶ <http://www.gepicc.ufba.br/>

Para essas mesmas autoras, o acesso à informação governamental é apenas o primeiro passo para tornar as pessoas cidadãos, já que corrobora com o desenvolvimento da democracia ao permitir que a população saiba como interpretar e se apropriar das informações para construir conhecimento. Defendem, ainda, que o processo de uso da informação se equipara à execução da cidadania, uma vez que qualifica o indivíduo para lidar com diferentes informações transmitidas pelas mídias nas diversas esferas: social, política e profissional.

Segundo Casarin (2017, p. 305): a competência midiática "[...] abrange uma série de competências relacionadas à comunicação, incluindo a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar informações de maneiras variadas". Nesse sentido, a competência midiática possui elementos em seus conceitos que são semelhantes às definições de competência em informação, porém, envolve tanto o uso das tecnologias quanto das mídias. Sendo assim, ambas as competências se complementam e são fundamentais para o exercício da cidadania, o que implica na criação e consecução de melhores e mais adequadas políticas públicas.

Em síntese, a partir da contribuição de Silva; Ottonicar e Yafushi,(2017) pode-se dizer que

- a) A Competência midiática surge de maneira integrada à Competência em Informação, à medida que capacita os indivíduos para exercer o uso efetivo das TIC e das mídias, proporcionando compreensão consolidada e crítica de dados e informações; atribuindo aos indivíduos a devida responsabilidade pela produção e disseminação de informações, objetivando criar conhecimento ao receptor final (leitor/ouvinte/usuário); a comunicação ética e verídica pelos diversos meios tecnológicos e midiáticos, são responsáveis pela mudança de pensamento, posicionamento e desenvolvimento da consciência do cidadão.
- b) A Competência em Informação e a Competência Midiática surgem como aspecto avassalador na transformação e construção de uma cidadania mais democrática e participativa, gerando no cidadão o poder de tomar decisões em fatos reais, fazer uma análise inteligente e racional, torna o indivíduo apto para relacionar os prós e os contra das situações e

informações que acessam, usam, compartilham e descartam; propiciando o desenvolvimento e crescimento desses, enquanto profissionais, contribuintes, eleitores, cidadãos, emissores e receptores de informações.

- c) A Competência em Informação e a Midiática transformam uma sociedade, uma cidade, um estado e um país, quando esse mesmo país proporciona o ambiente e os instrumentos adequados para essa equidade educacional, econômica, social, política e cultural, ele está também promovendo a sua ascensão financeira e governamental. Dispor de dados e informações valiosas para inovação, pesquisa, agilidade, qualidade, construção de conhecimento, maior performance, melhorias contínuas e crescimento produtivo.

Observa-se, desse modo, a importância dessas competências para a elaboração e implementação de políticas públicas.

3.4 Coinfo e políticas públicas

No que diz respeito à área de conhecimento pertinente a competência em informação e midiática, no contexto apresentado até aqui, é possível asseverar a sua importância para o desenvolvimento de práticas objetivas, estruturadas e sustentáveis, nos vários aspectos da vida humana. No entanto, para a ColInfo, o que se pode inferir é que a temática de políticas públicas e de marcos históricos no Brasil nessa temática ainda é carente de mais estudos e pesquisas, embora seja norteadora de ações que possam se desenvolver no contexto brasileiro e trazer consigo a valorização e consolidação desse tema, o que requer maior reflexão e ação nesse sentido, a exemplo dos países desenvolvidos (BELLUZZO, 2018b).

A autora ainda enfatiza que as políticas públicas deveriam ser criadas para distribuir de forma igualitária os recursos de caráter individual e social. Elas seriam a garantia da qualidade de vida, uma vida desenvolvida de maneira agradável e digna. Entretanto, nem sempre existem estudos aprofundados do assunto e como esses processos podem ser implantados de maneira mais dinâmica e eficiente (BELLUZZO, 2018b).

Considerando que a Coinfo é uma área de estudo que abrange todos os aspectos da vida social, pois se insere diretamente na esfera comunicacional e informacional, pode-se afirmar que também está intrinsecamente ligada aos parâmetros procedimentais da gestão pública. Belluzzo (2007), elaborou e ofereceu uma “proposta de padrões e indicadores de performance como parâmetros norteadores à consecução de ações voltadas à inserção, desenvolvimento e avaliação de princípios e conceitos, sob o enfoque da Coinfo”. Assim, com o objetivo de amparar o *modus faciendi* do gestor público, no que se refere à comunicação e informação, apresenta-se a seguir, no Quadro 10, uma adaptação voltada para o conceito de gestão pública, e mais especificamente para o gestor público, em todos os níveis.

Quadro 10: Padrões e Indicadores de competência em informação e midiática adaptados para a área de gestão pública

PADRÃO 1: O gestor público competente em informação e em mídia determina a natureza e a extensão da necessidade de informação ou de conteúdo midiático	
Indicador de desempenho	Resultados desejáveis
1.1 Define e reconhece a necessidade de informação	1.1.1 Identifica tópicos de necessidade ou demanda ou outra informação ou conteúdo necessário.
	1.1.2 Formula questões apropriadas baseado na informação ou conteúdo necessário ou demanda.
	1.1.3 Usa fontes de informações gerais ou específicas e/ou recursos midiáticos para aumentar o seu conhecimento sobre o tópico.
	1.1.4 Adapta a informação necessária/conteúdo ou o tópico de demanda para concluir o foco sob controle.
	1.1.5 Identifica conceitos e palavras-chave que representam a informação necessária/conteúdo ou o tópico de demandas e necessidades.
1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação potenciais	1.2.1 Identifica o valor e as diferenças de potencialidades de fontes de informação e de recursos midiáticos, em uma variedade de formatos (documentos e impressos, eletrônicos, pessoas, instituições, etc.).
	1.2.2 Identifica o propósito e o tipo de informação/conteúdo a que se destinam as fontes e os recursos midiáticos.
	1.2.3 Diferencia fontes primárias de secundárias, recursos midiáticos de diferentes tipos, reconhecendo o uso e a importância para cada área específica.
1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária	1.3.1 Determina a disponibilidade da informação necessária e toma decisões sobre as estratégias de acesso à informação e o uso de serviços de informação e qual a mídia adequada (p.ex.: legislação, informes oficiais, utilização de fontes locais, obtenção de imagens, vídeos, textos ou registros sonoros, etc.).
	1.3.2 Determina um planejamento exequível e um cronograma adequado para a obtenção da informação necessária ou conteúdo midiático.

PADRÃO 2: O gestor público competente em informação e em mídia acessa a informação e ou conteúdo necessário com efetividade	
Indicador de desempenho	Resultados desejáveis
2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistema de recuperação da informação para acessar a informação e ou conteúdo necessário	2.1.1 Identifica os tipos de informação/conteúdos contidos em um sistema tradicional e ou tipos de fontes/recursos midiáticos disponíveis eletronicamente.
	2.1.2 Seleciona apropriadamente os sistemas de recuperação de informação para pesquisar a necessidade/demanda, baseado na investigação da sua abrangência, conteúdo, organização e solicita ajuda para pesquisar em diferentes instrumentos como bases de dados, periódicos oficiais, legislação e outros.
	2.1.3 Identifica outros métodos de pesquisa para obter a informação necessária e ou conteúdo, os quais podem não estar disponíveis por meios dos sistemas de recuperação da informação tradicionais e eletrônicos (p. ex.: necessidade de consultar especialistas, outros setores, etc.).
2.2 Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade	2.2.1 Desenvolve um plano apropriado de consultas aos sistemas de recuperação da informação e/ou método de busca da informação ou de conteúdo midiático.
	2.2.2 Identifica palavras-chave, frases, sinônimos e termos relacionados com a informação e/ou conteúdo necessário.
	2.2.3 Seleciona vocabulário controlado específico como instrumento de consultas e identifica quando o vocabulário controlado é usado em um item registrado e executa a busca com sucesso usando adequadamente o vocabulário selecionado
	2.2.4 Constrói e implementa uma estratégia de busca usando códigos e comandos de acordo com o sistema de recuperação da informação/conteúdo utilizado (p.ex.: a lógica booleana, ordem alfabética de termos, referência cruzada, etc.).
	2.2.5 Utiliza a autoajuda dos sistemas de recuperação e outros meios (p.ex.: especialistas, consultores, profissionais da informação) para melhorar os seus resultados.
2.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação /conteúdo necessário	2.3.1 Usa vários sistemas de recuperação da informação/conteúdo em uma variedade de formatos (impressos e eletrônicos).
	2.3.2 Distingue pelas origens os vários tipos de documentos (p.ex.: diretrizes, legislação, normativas, relatórios, manuais, etc.).
	2.3.3 Utiliza vários esquemas de classificação ou outros sistemas para localizar as fontes de informação ou recursos midiáticos.
	2.3.4 utiliza serviços on-line ou pessoas especializadas disponíveis na instituição para recuperar a informação/conteúdo necessário.
2.4 Retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário	2.4.1 Avalia a quantidade, qualidade e relevância dos resultados da busca para determinar sistemas alternativos de recuperação da informação ou novos métodos que ainda precisam ser usados para identificar conteúdos na mídia.
	2.4.2 Identifica lacunas na informação/conteúdo necessário face aos resultados da busca.
	2.3.3 Revisa a estratégia de busca se for necessário obter mais informação/conteúdo.
2.5 Extrai, registra e gerencia a informação/ conteúdo e suas fontes/recursos midiáticos	2.5.1 Registra todas as informações/conteúdos com as identificações pertinentes para futuras buscas e relacionamentos de dados.
	2.5.2 Demonstra compreender como organizar e tratar a informação/conteúdo obtidos.
	2.5.3 Diferencia os vários tipos de fonte de informação/recursos midiáticos e compreende os elementos e a forma correta de identificação, de acordo com regras ou padrões exigidos ou estabelecidos.

PADRÃO 3: O gestor público competente em informação e em mídia avalia criticamente a informação/conteúdo e as suas fontes e/ou recursos midiáticos

Indicador de desempenho	Resultados desejáveis
3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação/conteúdo obtidos	3.1.1 Seleciona a informação relevante baseado na compreensão das ideias contidas nas fontes de informação/recursos midiáticos
	3.1.2 Reformula conceitos com suas próprias palavras
	3.1.3 Identifica textualmente a informação/conteúdo que foi adequadamente transcrito ou parafraseado
3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação/conteúdo e as fontes/recursos midiáticos	3.2.1 Examina e compara a informação de várias fontes/recursos midiáticos para avaliar a sua confiabilidade, validade, precisão, autoridade, atualidade e ponto de vista ou tendências.
	3.2.2 Analisa a lógica da argumentação da informação/conteúdo obtidos
	3.2.3 Reconhece e descreve os vários aspectos de uma fonte/recurso midiático, seus impactos e valor para a necessidade/demanda, assim como as tendências e impactos relacionados a pressupostos de ordem cultural, geográfica ou histórica e/ou atualidade da fonte da informação/recurso midiático.
	3.2.4 Demonstra a habilidade de encontrar a informação/conteúdo sobre a autoridade e qualificação de acordo com as fontes/recursos midiáticos de busca.
	3.2.5 Demonstra compreensão e habilidade para interpretar autorias encontradas nas fontes/recursos midiáticos como meios de acessar informação/conteúdo precisos e válidos
	3.2.6 Demonstra compreensão da necessidade de verificar a precisão e completeza de dados ou fatos
3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições e ou outra característica da informação/conteúdo	3.3.1 Determina se a informação obtida é suficiente e adequada ou se é necessário obter mais informação
	3.3.2 Avalia se as fontes de informação são contraditórias
	3.3.3 Compara a nova informação com o conhecimento próprio e outras fontes consideradas como autoridade no assunto para conclusões
	3.3.4 Seleciona a informação/conteúdo que traz evidências para a necessidade/demanda ou outra informação ou conteúdo necessário

PADRÃO 4: O gestor público competente em informação e em mídia, individualmente ou como componente de um grupo, usa a informação/conteúdo com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado

Indicador de desempenho	Resultados desejáveis
4.1 É capaz de sintetizar a informação/conteúdo para desenvolver ou completar uma ideia ou argumentação	4.1.1 Organiza a informação/conteúdo, utilizando esquemas ou estruturas diversas.
	4.1.2 Demonstra compreender como usar a inter-relação com outras fontes/recursos midiáticos para apoiar as ideias e/ou argumentos (ver também 3.1.2 e 3.1.3).
4.2 Comunica os resultados com efetividade	4.2.1 Utiliza adequadamente as normas de documentação, formato e linguagens apropriados para a comunicação (ver também 5.3.1)

PADRÃO 5: O gestor público competente em informação e em mídia compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação/recursos midiáticos e acessa e usa a informação/conteúdo ética e legalmente	
Indicador de desempenho	Resultados desejáveis
5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas, socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação, a tecnologia e a mídia	5.1.1 identifica e discute questões relacionadas ao livre acesso <i>versus</i> o acesso restrito e aquisição de serviços de informação e comunicação
	5.1.2 Demonstra compreensão acerca das questões ligadas ao direito nacional e internacional de propriedade intelectual e as leis de imprensa
	5.1.3 Define e identifica exemplos de plágio
	5.1.4 Demonstra conhecer as políticas institucionais sobre o plágio e os direitos sobre a informação/conteúdo
5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação/recursos midiáticos	5.2.1 Utiliza adequadamente os <i>passwords</i> para acesso às fontes de informação/recursos midiáticos
	5.2.2 Obedece às políticas institucionais de acesso às fontes/recursos midiáticos e o uso da informação/conteúdo
	5.2.3 Preserva a integridade das fontes de informação, equipamentos, sistemas e recursos midiáticos disponibilizados para o acesso e uso da informação/conteúdo
	5.2.4 Demonstra conhecimento do que é plágio e como não usá-lo em suas comunicações
	5.2.5 Obtém permissão para copiar textos, imagens ou sons incluídos, se necessário
5.3 Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados	5.3.1 Utiliza estilo e forma de linguagem e de redação apropriados, com a indicação correta e consistente das fontes de informação/recursos midiáticos consultados
	5.3.2 Aponta elementos de identificação das fontes de informação/recursos midiáticos consultados em diferentes formatos
	5.3.3 Demonstra compreensão das normas de documentação e de estilo recomendadas para a sua área de atuação.

Fonte: Adaptado de Belluzzo (2007) e Ferrés; Picitelli (2015).

Ao analisar a consolidação da CoInfo no Brasil, pode-se dizer que os estudos que se iniciaram de forma muito incipiente, por meio de iniciativas individuais de bibliotecários e professores de universidades no início do século XXI, [...] permitiram a mobilização e organização desses estudiosos e de outros mais que manifestam seu interesse pela área e oferecem contribuições nessa direção. Isso consolida os grupos e linhas de pesquisa, especialmente junto aos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e em áreas correlatas, viabilizando a organização de estudos em grupos e subgrupos de temáticas afins, o que contribui com o crescimento de facilidades para o intercâmbio científico entre os pesquisadores e demais interessados (BELLUZZO, 2018b). Vislumbrar esse panorama nos permite projetar algumas tendências desse tema em situação futura:

1) ganho de espaços para melhor posicionamento e discussão dessa questão como tema central e transversal, propiciando que se caminhe para a definição de políticas públicas e estratégias de ação que são indispensáveis a um país em desenvolvimento como o Brasil, destacando-se apoios institucionais (Febab, Ibict, Universidades e outros);

2) abrangência de vários enfoques nos estudos e pesquisas, com recebimento de aportes de várias áreas, permitindo o trabalho dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a partir da abordagem de questões como as novas formas de acessar, utilizar, analisar e avaliar a informação, atendendo às exigências atuais do mundo acadêmico e profissional, considerando-se a complexidade das questões envolvidas no uso da informação na sociedade atual, o que se constitui como um grande incentivo para novas tendências e perspectivas; e

3) migração de concepção instrumental para substantiva, levando em conta nossas origens, pontos comuns e diversidades e considerando as necessidades sociais e econômicas da população brasileira em seus diferentes espaços: local, regional e nacional, congregando a interação de pessoas como agentes e protagonistas de ações educativas, sociais, empresariais, governamentais e políticas.

A informação deve ser considerada um bem social a ser compartilhado e as TIC, que a armazenam e transfere às pessoas mediante o acesso que disponibilizam, deveria ser visto como elemento fundamental nas políticas públicas (BELLUZZO, 2018b).

Certamente, é importante ressaltar também a existência do “Programa de Informação para Todos” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2001) (*Information for All Programme – IFAP*) é um programa intergovernamental bastante original, estabelecido em para que os membros governamentais e seus parceiros possam aproveitar as novas oportunidades da era da informação para criar sociedades equitativas por meio de um melhor acesso à informação, considerando-se que “a última década testemunhou o desenvolvimento tecnológico em uma escala e uma rapidez sem precedentes na história da humanidade. Um dos maiores desafios que o mundo enfrenta atualmente é garantir acesso igualitário para todas as pessoas, e aproveitar e beneficiar-se totalmente dessas novas oportunidades. O IFAP é a resposta da UNESCO às

expectativas de seus Estados-membros para construir e sustentar Sociedades do Conhecimento”.

Vale lembrar, entretanto, que os impactos e benefícios das TIC na vida e no cotidiano da sociedade são inegáveis, entretanto, é sabido que muitos ainda estão à margem de uma utilização responsável e plena desses recursos, necessitando uma mediação adequada devido à complexidade imposta pela aquisição de novas habilidades e a necessidade da existência de políticas públicas que possam garantir verdadeiramente a “Informação para todos” (BELLUZZO, 2018b). Para tanto, a UNESCO (2016) lançou o documento intitulado “Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional: disposição e competências do país” que disponibiliza aos gestores de políticas uma estrutura estratégica, com o apoio de informações baseadas em evidências, para que realizem ações concretas que garantam a todos os cidadãos a aquisição de competências midiáticas e informacionais. O Marco fornece aos Estados-membros da UNESCO ferramentas para avaliar sua capacidade de proporcionar aos cidadãos as competências necessárias de competência em informação e midiática. Portanto, a UNESCO defende que essas competências sejam uma das pré-condições do desenvolvimento sustentável, e que o uso consciente das ferramentas de informação, mídia e TIC, incluindo a internet, ajudará a garantir que todos se beneficiem da Declaração Universal dos Direitos Humanos, particularmente da liberdade de expressão e do acesso à informação, e se tornem cidadãos livres e empoderados.

Além disso, convém destacar que, atualmente, a sociedade vem sendo norteada em suas ações também por outras diretrizes que podem influenciar nas políticas públicas em inter-relação com os princípios de competência em informação e midiática. Isso nos motivou a oferecer um novo recorte desta dissertação envolvendo o tema “Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

4 A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CENÁRIO DE MUDANÇAS E NOVAS DEMANDAS SOCIAIS

4.1 Inter-relação da competência em informação e midiática com a gestão pública

Aborda-se aqui um importante referencial disponível, a Agenda 2030, que está intrinsicamente ligado aos temas tratados neste trabalho: formulação de políticas públicas, elaboração de indicadores e a inter-relação destes temas com competência em informação e midiática.

A Agenda 2030 surgiu como “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (ONU, 2015), e foi referendada pelo Brasil e por todos os demais 192 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). A agenda está pautada em cinco áreas de importância: **Pessoas** – erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; **Prosperidade** – garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; **Paz** – promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; **Parcerias** – implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e **Planeta** – proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras (ONU, 2015, grifo nosso).

A conformação da Agenda 2030 veio na esteira dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como definiu a própria ONU (2015):

A nova agenda de desenvolvimento sustentável amplia o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que ajudou mais de 700 milhões de pessoas a deixar a pobreza. Os oito ODMs, adotados em 2000, respondiam a uma gama de questões que incluíam reduzir a pobreza, doenças, desigualdade de gênero e promover o acesso à água e ao saneamento até 2015. Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a agenda mais ampla de sustentabilidade, irão além, respondendo às causas da pobreza e à necessidade universal para o desenvolvimento que funcione para todos (ONU, 2015).

A preceder este documento, outros importantes eventos serviram de plataforma para sua composição. A própria ONU os destaca em sua Declaração:

11. Reafirmamos os resultados de todas as grandes conferências e cúpulas das Nações Unidas que estabeleceram uma base sólida para o desenvolvimento sustentável e ajudaram a moldar a nova Agenda. Estas incluem a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social; o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Plataforma de Ação de Pequim; e a

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Reafirmamos também a continuidade dada a estas conferências, incluindo os resultados da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, a Terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral; e da Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Desastres (ONU – AGENDA 2030, 2015).

Portanto, a Agenda 2030 constitui-se em um importante referencial para os países e seus entes federativos, em especial os municípios, no sentido de direcionar seus esforços para o desenvolvimento e redução das desigualdades.

A Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), representadas na Figura 6, que, por sua vez, tem definidas 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis.

Figura 6: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU/Agenda 2030 (2015)

Para melhor compreensão a que se referem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, segue um breve descritivo:

- **ODS 1 – ERRADICAÇÃO DA POBREZA:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- **ODS 2 – FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- **ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
- **ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- **ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
- **ODS 7 – ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
- **ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **ODS 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

- **ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- **ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- **ODS 13 – AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- **ODS 14 – VIDA NA ÁGUA:** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- **ODS 15 – VIDA TERRESTRE:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- **ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES CONFIÁVEIS:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- **ODS 17 – PARCERIA E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (AGENDA 2030, 2015).

A ONU apontou que os objetivos da Agenda 2030 “seriam de natureza global e universalmente aplicáveis a todos os países, tendo em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, respeitando as políticas e prioridades nacionais” (ONU, 2015), e destacou a importância de se estabelecer metas globais:

Na Conferência Rio+20, ocorrida em 2012, os Estados-membros da ONU concordaram em lançar um processo para desenvolver um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, os ODS, que darão continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM têm provado

que o estabelecimento de metas pode tirar milhões de pessoas da pobreza, melhorar o bem-estar das populações e fornecer novas oportunidades para uma vida melhor.

Assim, é possível traçar uma relação dos objetivos e metas com a Coinfo, tendo esta como importante ferramental de orientação para a formulação, estruturação, aplicação e análise de resultados em prol da cidadania.

Segundo Belluzzo (2018), ao construir competências considera-se o contexto de aprendizagem, a implicação do sujeito na tomada de decisão, a resolução de situações problemáticas e o próprio processo de acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção de conhecimento e sua aplicação a uma realidade - a Competência em Informação (CoInfo) e midiática em inter-relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, nas três dimensões: a econômica, a social e a ambiental (BELLUZZO, 2018).

A autora ainda assevera que

a realidade social contemporânea demonstra que inúmeros cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna, além de haver crescentes desigualdades e disparidades de oportunidades, riqueza e poder, sendo a desigualdade de gênero um grande desafio às nações, onde o desemprego, particularmente entre os jovens, é ainda uma grande preocupação. Entretanto, vale lembrar que olhando do lado positivo visualiza-se um progresso de certa forma significativo no cumprimento de muitos desafios ao desenvolvimento, sendo fator preponderante é que há a esperança de que a disseminação da informação e das TIC e a interconectividade global tragam consigo potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas diversas” (BELLUZZO, 2018).

Por fim, Belluzzo complementa que a “Agenda 2030 e os ODS, estes últimos, cujos princípios, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local” (BELLUZZO, 2018).

É neste sentido que a Coinfo pode contribuir de forma determinante para o alcance de objetivos de cunho social, oferecendo o aprimoramento das relações comunicacionais, e na seletividade das informações a orientar os atores envolvidos, direcionando para os tópicos e temas que realmente importam, dada massividade de dados que são gerados a cada instante, na era da transformação digital⁷.

⁷ Existem muitas definições para o termo transformação digital (TD), principalmente por ser um conceito novo. Pode-se dizer que, de modo geral, essas definições convergem para uma só direção e podem ser bem representadas como o processo de mudança realizado a partir do uso das chamadas tecnologias sociais, móveis, analíticas e tecnologias em nuvem.

4.1.1 Indicadores socioeconômicos: uma construção sob a ótica da Agenda 2030 / Objetivos de Desenvolvimento sustentável (ODS)

Compondo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão dispostas 169 metas, a serem alcançadas até 2030. As metas podem ser um referencial para os países, estados e municípios.

No que diz respeito aos municípios, para atender a essa finalidade, é importante que os gestores públicos tenham meios para avaliar e desenvolver um plano de ação que integre as metas contidas nas ODS às necessidades locais. Daí decorre a necessidade de composição de indicadores. Como vaticinou Belluzzo (2018b)

pode-se dizer que os indicadores precisam estar presentes em todas as etapas de qualquer trabalho que se quer realizar, ou seja, desde a formulação e planejamento, até a implementação e gestão de programas e projetos de qualquer natureza. As informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisões, viabilizando maior efetividade nas atividades a serem desenvolvidas (BELLUZZO, 2018b).

Inferindo sobre a conceituação de indicadores, prossegue a autora dizendo que “o seu conceito envolve entendê-los como sendo variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse” (BELLUZZO, 2018b).

Prevendo esta necessidade, em 2016, logo após a aprovação da Agenda 2030, a Confederação Nacional dos Municípios elaborou um documento, denominado “Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros: o que os gestores municipais precisam saber”, com o objetivo de “apresentar aos Municípios a nova agenda global de desenvolvimento sustentável, acordada entre os países membros das Nações Unidas (entre eles o Brasil), a sua importância para os Municípios e como ela pode ser implantada, monitorada e avaliada” (CNM, 2016).

A seguir, no Quadro 11, apresenta-se uma proposição conceitual de indicadores aplicáveis para cada ODS nas esferas dos governos municipais:

Quadro 11: Indicadores aplicáveis em governos municipais por ODS

• ODS 1 – ERRADICAÇÃO DA POBREZA

METAS	INDICADORES
Meta 1.4 – Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.	Rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> dos 20% mais pobres do Município.
	Índice de Gini.
	Percentual de domicílios com acesso aos serviços de esgotamento sanitário.
	Percentual de domicílios com acesso aos serviços de energia elétrica.
Meta 1.5 – Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.	Percentual de domicílios com acesso a telefone celular.

• ODS 2 – FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

METAS	INDICADORES
Meta 2.1 – Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.	
Meta 2.2 – Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, inclusive pelo alcance, até 2025, das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.	Proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas.
Meta 2.3 – Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.	Número de agricultores familiares cadastrados no CadÚnico no Município.
	Variação da renda média dos agricultores Familiares cadastrados do CadÚnico.
Meta 2.4 – Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças do clima, às condições	

meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.	
Meta 2.5 – Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso à repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente.	

• **ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR**

METAS	INDICADORES
Meta 3.1 – Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.	Taxa de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos.
Meta 3.2 – Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos.	Taxa de mortalidade neonatal (nº de óbitos na idade de 0 a 27 dias por mil nascidos vivos).
	Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos infantis menores de 1 ano – por mil nascidos vivos).
	Taxa de mortalidade na infância (nº de óbitos de menores de 5 anos de idade por mil nascidos vivos).
Meta 3.3 – Até 2030, acabar com as epidemias de Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.	Percentual de gestantes com HIV que receberam tratamento antirretroviral para reduzir a transmissão vertical.
	Taxa de detecção de casos de Aids notificadas em menores de 5 anos de idade (por 100 mil habitantes).
	Taxa de detecção de casos de HIV notificados (por 100 mil habitantes).
	Percentual estimado de casos incidentes de tuberculose (TB) em pessoas com HIV que receberam tratamento tanto para TB como para HIV.
	Taxa de mortalidade específica por tuberculose.
	Taxa de incidência de tuberculose.
	Percentual de casos de malária tratados em menos de 24 horas após o diagnóstico.
	Casos confirmados de sífilis em gestantes.
	Casos confirmados de sífilis congênita.

	Número de casos de doenças transmissíveis por mosquitos.
Meta 3.4 – Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.	
Meta 3.5 – Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.	Número de casos de hospitalização por abuso de álcool.

• **ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

METAS	INDICADORES
Meta 4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental da população de 6 a 14 anos (em %).
	Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos (em %).
	Taxa de adequação da idade para a série.
	Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 4 a 5 anos na pré-escola.
	Taxa de escolarização bruta e líquida da população de 4 a 5 anos na pré-escola.
Meta 4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres a educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade.	
Meta 4.4 – Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	
Meta 4.5 – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Proporção do número de matrículas de mulheres/meninas nos níveis de Ensino Fundamental em relação à população alvo.
Meta 4.6 – Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Percentual de jovens do 9º ano do ensino fundamental que atinge nível 5 na escala da Prova Brasil (Anresc) ou Percentual de jovens do 3º ano do ensino médio que atinge nível 5 da escala da Aneb.

	Taxa de analfabetismo da população acima de 24 anos e subdividido em outras faixas etárias.
Meta 4.7 – Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Percentual de matrículas na rede pública em tempo integral na educação básica.
	Percentual de escolas da rede pública que atingiram ou ultrapassaram a meta do Ideb (anos iniciais e anos finais) índice de desenvolvimento da educação básica.

• **ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO**

METAS	INDICADORES
Meta 5.1 – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.	
Meta 5.2 – Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos.	Número de casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências – frequência segundo Município de residência.
Meta 5.3 – Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.	Número de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos casadas ou vivendo em união.
	Número de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos casadas ou vivendo em união.
Meta 5.4 – Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção de responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.	Proporção de famílias cadastradas no CadÚnico chefiadas por mulheres.
Meta 5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.	Percentual de cargos de liderança (eletivos) ocupados por mulheres.
Meta 5.6 – Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.	Número de estabelecimentos de saúde cadastrados no SUS que realizam procedimentos para a interrupção voluntária de gravidez para casos previstos em lei.
	Taxa de mortalidade por câncer de mama.
	Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero.

• ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

METAS	INDICADORES
Meta 6.1 – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.	Percentual de pessoas com acesso a água (rede pública + poço/nascente + outros).
	Índice de consumo de água <i>per capita</i> .
	Avaliação oferta/demanda do abastecimento urbano de água por Município.
Meta 6.2 – Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecção a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.	Percentual de pessoas com acesso a esgotamento sanitário (rede pública + fossa).
Meta 6.3 – Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas, e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.	Situação do Município prevista para 2015 com relação à proteção das captações/tratamento de esgotos.
Meta 6.4 – Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.	Avaliação oferta/demanda do abastecimento urbano de água por Município.
	Índice de perda na distribuição
Meta 6.5 – Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.	Número de comitês de bacias hidrográficas que contam com a participação do Município.
Meta 6.6 – Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.	Situação do Município prevista para 2015 com relação à proteção das captações/tratamento de esgotos.

• ODS 7 – ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL

METAS	INDICADORES
Meta 7.1 – Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno a preços acessíveis a serviços de energia.	Percentual de domicílios com acesso à energia elétrica.
Meta 7.2 – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.	Consumo de energia produzida por fonte renovável em relação ao total de energia produzida por Município.
	Consumo de energia final <i>per capita</i> .
	Consumo de energia final por domicílio.
	Consumo final de energia por unidade de valor adicionado.
Meta 7.3 – Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.	

• **ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

METAS	INDICADORES
Meta 8.1 – Sustentar o crescimento econômico <i>per capita</i> , de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, pelo menos um crescimento anual de 7% do Produto Interno Bruto nos países de menor desenvolvimento relativo.	Produto Interno Bruto dos Municípios.
	Produto Interno Bruto dos Municípios <i>per capita</i> .
	Taxa de crescimento do PIB (comparação entre PIB do ano em curso com o do ano anterior).
Meta 8.2 – Atingir níveis mais elevados de produtividades das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.	Valor adicionado bruto (total e por setor econômico).
	Valor adicionado bruto por trabalhador.
Meta 8.3 – Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.	Percentual de micro e pequenos empreendedores formalizados em relação ao total.
	Número de empresas atuantes.
Meta 8.4 – Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentável, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.	Extração vegetal de madeiras em m3.
	Extração vegetal de produtos alimentícios – em ton.
	Carvão vegetal – quantidade produzida (ton).
	Lenha – quantidade produzida (ton).
	Volume de água tratada e distribuída por dia.
	Consumo mensal de energia.
	Volume de resíduos urbanos (em quilos) por habitante.
	Percentual de resíduos sólidos reciclados em relação ao total produzido na cidade
Meta 8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	Pessoal ocupado assalariado.
	Pessoal ocupado total.
Meta 8.7 – Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.	Nº de crianças e adolescentes afastados de situação irregular de trabalho infantil.
	Número de trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal do trabalho escravo.
	Pessoas de 5 a 17 anos de idade ocupadas (Censo 2010).
Meta 8.8 – Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os	Proporção do número de vagas de empregos formais em relação à PIA (População em Idade Ativa).

trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas com emprego precário.	
Meta 8.9 – Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.	Número total de leitos (turísticos) oferecidos.
Meta 8.10 – Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, financeiros e de seguros para todos.	Depósitos a prazo. Depósitos a vista – privado. Operações de Crédito. Poupança.

• **ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA**

METAS	INDICADORES
Meta 9.1 – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo a preços acessíveis para todos.	Duração equivalente de interrupção dos serviços de energia elétrica por unidade consumidora.
	Frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora.
	Gastos com reconstrução/reparos de infraestrutura por consequência de danos causados por fenômenos naturais.
	Gastos com manutenção de infraestrutura urbana.
Meta 9.2 – Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no Produto Interno Bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.	Evolução do PIB <i>per capita</i> dos Municípios.
	Evolução do PIB do setor agropecuário por Município.
	Evolução do PIB do setor industrial por Município.
	Evolução do PIB do setor de serviços por Município.
	Evolução do número de empregos por setor
Meta 9.3 – Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.	Quantidade, valor total e valor médio de contratos de microcrédito.
	Quantidade, valor total e valor médio de contratos do Proger. ³⁶
Meta 9.4 – Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.	
Meta 9.5 – Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas	Número de trabalhadores em pesquisa e desenvolvimento.
	Gasto orçamentário em pesquisa e desenvolvimento.
	Percentual de escolas com acesso à internet.

e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.	
--	--

• **ODS 10 – REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

METAS	INDICADORES
Meta 10.1 – Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.	Renda domiciliar <i>per capita</i> dos 40% mais pobres.
Meta 10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
Meta 10.3 – Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultado, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.	Taxa de distorção idade série no ensino fundamental da rede pública.
	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade.
	Taxa de analfabetismo da população acima de 24 anos.
	Percentual de escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência.
Meta 10.4 – Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.	Índice de Gini. Razão entre a massa salarial média recebida pelo decil (10%) superior dos trabalhadores de maior renda e 40% dos trabalhadores de menor renda.
Meta 10.7 – Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.	

• **ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**

METAS	INDICADORES
Meta 11.1 – Até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e os serviços básicos e urbanizar as favelas.	Percentual de domicílios com casas de (taipa+madeira aproveitada) em relação ao total de domicílios. ⁴³
Meta 11.2 – Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Taxa de mortalidade por acidentes de transportes terrestres.
Meta 11.3 – Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e	Existência de legislação sobre uso e ocupação do solo.

sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países.	
Meta 11.4 – Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.	Existência de ações e/ou instrumentos de preservação do patrimônio cultural e natural no Município.
Meta 11.5 – Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidades.	Existência de ações e/ou instrumentos de gerenciamento de riscos.
Meta 11.6 – Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.	Grau de emissões de CO ₂ , NO _x , RCHO, NMHC e CH ₄ .44
	Percentual de famílias com coleta de lixo, lixo queimado/ enterrado, lixo a céu aberto.
	Índice municipal de sustentabilidade da Limpeza Urbana.
Meta 11.7 – Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	Taxas de homicídios por assassinato em espaços públicos.
	Área verde por habitante.

• **ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS**

METAS	INDICADORES
Meta 12.2 – Até 2030, alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.	Percentual de Municípios que dispõem de coleta seletiva em relação ao total de domicílios.
	Média mensal de eletricidade consumida, em Kwh, por habitante, por mês.
	Média mensal de consumo de água (residencial, comercial, público, industrial e misto) estimado, em metros cúbicos, por habitante, por mês.
Meta 12.4 – Após 2020, alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionalmente acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.	Percentual de lixo da cidade que é depositado em aterros sanitários por ano, em relação ao total de lixo gerado.
	Uso de fertilizantes
	Uso de agrotóxicos.
	Número de famílias com lixo a céu aberto.
Meta 12.5 – Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.	Número de famílias com coleta de lixo
	Média anual de resíduo urbano, em quilos, por habitante.

	Percentual de catadores incluídos no sistema de coleta seletiva, em relação ao número total de catadores do Município.
	Percentual de resíduos sólidos que são reciclados, em relação ao total produzido na cidade por ano.
	Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os Municípios Brasileiros ⁵⁴ .
Meta 12.7 – Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.	Percentual de Compras Públicas Sustentáveis sobre o total das compras efetuadas pelo Município (uso de seu poder de compra para a promoção do desenvolvimento sustentável).

• **ODS 13 – AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA**

METAS	INDICADORES
Meta 13.1 – Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais.	
Meta 13.2 – Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos.	Temperatura média mensal.
	Total de emissões de CO ₂ equivalente <i>per capita</i> .
Meta 13.3 – Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima.	Número de mortes por desastres socioambientais.

• **ODS 14 – VIDA NA ÁGUA**

METAS	INDICADORES
Meta 14.1 – Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.	Balneabilidade – quantidade de bactérias presentes nas águas das praias mensurada como o número mais provável de coliformes termotolerantes (anteriormente denominados coliformes fecais) em 100 mililitros (ml) de água (NMP/100 ml) ou como o número de unidades formadoras de colônias de <i>Escherichia coli</i> ou de enterococos em 100 ml de água (UFC/100ml).
	Percentual de pessoas com acesso a esgotamento sanitário (rede pública + fossa).
Meta 14.2 – Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para	População residente nos Municípios de zona costeira.

evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.	
Meta 14.5 – Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica.	

• **ODS 15 – VIDA TERRESTRE**

METAS	INDICADORES
Meta 15.1 – Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.	Incremento anual de desmatamento (apenas para Municípios da Amazônia Legal) ⁶⁷ .
Meta 15.2 – Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.	Número de Unidades de Conservação.
	Percentual de Área de Unidades de Conservação em relação ao total.
Meta 15.5 – Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de <i>habitat</i> naturais, estancar a perda da biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.	Espécies da fauna extintas e ameaçadas de extinção (por bioma).
	Espécies da flora extintas e ameaçadas de extinção (por bioma).
Meta 15.9 – Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas.	Total de recursos orçamentários municipais para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas (a aferir a partir do orçamento municipal).

• **ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES CONFIÁVEIS**

METAS	INDICADORES
Meta 16.1 – Reduzir consideravelmente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas.	Taxa de homicídios por 100.000 habitantes.
	Taxa de homicídios de jovens (15 a 19 anos) por 100 mil habitantes.
	Taxa de mortes por violência no trânsito.
Meta 16.2 – Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura.	Número de ocorrências de abuso, exploração, tráfico (fonte: disque 180).
Meta 16.5 – Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	Número de denúncias envolvendo a prefeitura e a Câmara de Vereadores junto ao Ministério Público.
Meta 16.6 – Criar instituições eficazes, responsáveis e transparentes.	Posição na Escala Brasil Transparente.
	Posição no <i>Ranking</i> da Transparência dos Governos Municipais

Meta 16.7 – Garantir a adoção de decisões inclusivas, participativas e representativas em todos os níveis.	Percentual do orçamento executado decidido de forma participativa, em relação ao total do orçamento.
	Percentual de secretarias do governo que possuem conselhos municipais com participação da sociedade, em relação ao total de secretarias.
Meta 16.9 – Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.	Percentual de pessoas com registro civil, do total de nascidos vivos – MS/Sinasc.
Meta 16.10 – Garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com as leis nacionais e os acordos internacionais.	Percentual de solicitações que conseguiram informação no Município em relação a pedidos formais (por escrito).

• **ODS 17 – PARCERIA E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO**

METAS	INDICADORES
Meta 17.1 – Fortalecer a mobilização de recursos internos com o fim de melhorar a capacidade municipal para aumentar as receitas fiscais e outras.	Receita tributária <i>per capita</i> .
	Percentual de vinculação da receita corrente.
	Percentual de geração de receita própria / (Receita Própria + Transferências Intergovernamentais).
	Proporção das despesas municipais com servidores ativos e inativos da administração direta e indireta em relação ao total das RCL (tem de ser < 60%) – Lei de Responsabilidade Fiscal.
	Resultado Fiscal.
	Investimento <i>per capita</i> .
Meta 17.17 – Encorajar e promover a formação de alianças eficazes nas esferas pública, público-privada e com a sociedade civil, aproveitando a experiência e as estratégias de obtenção de recursos das associações.	Quantidade de parcerias com o setor privado visando ao desenvolvimento sustentável local.
	Quantidade de parcerias com a sociedade civil visando ao desenvolvimento sustentável local.
	Participação em consórcios públicos (intermunicipal, Estados ou governo federal) em qualquer área.
Meta 17.18 – Até 2020, melhorar as capacidades municipais, visando a aumentar de forma significativa a disponibilidade de dados oportunos, confiáveis, e de alta qualidade, desagregados por grupos de renda, gênero, idade, raça, origem étnica, condição migratória, deficiência, localização geográfica e outras características pertinentes nos contextos municipais.	
Meta 17.19 – Até 2030, aproveitar as iniciativas existentes para elaborar indicadores que permitam medir progressos alcançados em matéria de	Número de indicadores utilizados para monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento sustentável em que complementem os utilizados para medir o Produto Interno Bruto, e apoiar o fomento da capacidade estatística nos Municípios.	
--	--

Fonte: Adaptado de CNM (2016).

Ressalte-se que há vários órgãos e municípios brasileiros se adaptando ou utilizando como parâmetro a Agenda 2030. Seguem alguns exemplos, a saber:

- **CAMPO MOURÃO/PR**

Em 2017, a cidade de Campo Mourão, situada no estado do Paraná, recebeu da sociedade civil organizada o documento denominado “Indicadores e Metas Campo Mourão 2018-2021 - Contribuição da Sociedade Civil Organizada para o PPA⁸ 2018/2021, baseada no 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do ONU (2015).

O referido documento, define:

- **Como cada indicador dever ser:** fácil obtenção, fácil compreensão, mensurável, comparável e com métrica de cálculo padronizada pelo menos nacionalmente; e
- **Como cada metas deve ser:** factível, ter uma referência, quando possível, com similaridade de contexto.

No Quadro 12 são apresentadas as principais metas e indicadores a serem trabalhados.

Quadro 12: Metas e indicadores – Campo Mourão/ PR

QUE ÁREAS QUEREMOS DESENVOLVER	O QUE QUEREMOS MELHORAR	RESULTADO PARA A CIDADE	Quantidade de Indicadores	TOTAL
Educação	Educação Básica de qualidade	Melhor capital humano	5	85 indicadores
Saúde	Redução das mortalidades e morbidades	Viver mais e com mais qualidade	27	
Segurança	Maior cobertura de atendimento	Cidade mais segura	14	
Meio ambiente	Cuidado com os bens naturais	Crescimento urbano sustentável	11	
Gestão Pública	Equilíbrio fiscal/gestão eficiente de pessoas	Eficiência na gestão pública	19	
Desenv. Econômico	Aumentar a diversidade econômica	Geração de emprego e renda	9	

Fonte: Indicadores e Metas Campo Mourão 2018-2021, 2017

⁸ PPA: Plano Plurianual

• **ARARAQUARA/SP**

Elaborado pelo Prof. Dr. Cláudio César de Paiva, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara, o documento “Araraquara 2050” é definido pelo autor como um “documento-síntese” que tem como objetivo “apresentar diretrizes estratégicas e conceituais para evidenciar os caminhos para uma reflexão, num horizonte temporal de longo prazo, sobre o futuro da cidade de Araraquara” (PAIVA, 2018).

A seguir, alguns dos principais pontos apresentados pelo documento (os grifos são do próprio autor):

- **O Projeto Araraquara 2050 tem como objetivo promover um macroplanejamento estratégico do desenvolvimento do município, de curto, médio e longo prazo, respaldado no potencial econômico, ambiental e social;**
- O que se espera é estimular uma importante reflexão sobre o futuro de Araraquara, com a participação de toda a comunidade, de modo a resgatar uma nova cidadania ativa e promover o planejamento como o instrumento que produzirá, através de medidas ousadas e transformadoras, um modelo de **cidade compacta, integrada e policêntrica;**
- A adesão a esse modelo de cidade tem potencial para resultar num desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável, competitivo e com qualidade de vida para o conjunto da população araraquarense;
- Um governo inteligente implica numa gestão holística e articulada, com capacidade de assegurar maiores sinergias e economias de escala no uso dos recursos públicos, maior efetividade na prestação de serviços públicos, gestão eficaz do capital humano no território com o objetivo de atrair e reter profissionais criativos e especialistas com alta qualificação, mas que também estimule e apoie atividades associadas à economia solidária. Ademais, assuma o compromisso de garantir, a partir da implementação de diversos instrumentos e mecanismos de *e-government*, a difusão das informações municipais, proporcionando maior eficiência no controle das ações públicas pelos cidadãos e a plena transparência dos governos locais;

- Este contexto de transformação revela a necessidade de uma gestão pública criativa, com soluções tecnológicas inteligentes, que apresente respostas rápidas, seguras e participativas para demandas dos cidadãos e assegure formas mais inclusivas de usar o espaço público;
- Para tanto, é necessária a existência de sistemas integrados de estatísticas, que permitam a construção e a sistematização de indicadores e índices sensíveis aos processos de transformação econômica, social e ambiental, de modo a permitir o aprimoramento das políticas públicas essenciais ao desenvolvimento do município;
- Ao definir os objetivos da Agenda 2030 como base de referência para a operacionalização do Projeto Araraquara 2050, não se vislumbra contrapor as decisões estratégicas amplamente discutidas e aprovadas no Plano Plurianual (PPA 2018-2021) do município de Araraquara. Ao contrário, o esforço será no sentido de promover a integração das agendas, garantindo o mínimo de coerência do PPA, enquanto medidas pactuadas de curto e médio prazo, com uma proposta de longo prazo;
- Essa convergência será possível, uma vez que as políticas públicas que integram o atual PPA do município contemplam grande parte das metas e indicadores propostos pela Agenda 2030;
- Para que o propósito da Agenda 2030 se concretize é necessário que as metas estabelecidas pelos ODS sejam disseminadas e alcançadas, pressupondo-se que a administração local assuma esses objetivos como metas do planejamento local e promova uma forte pactuação com demais atores territoriais para que os efeitos das ações sejam integradas e sustentáveis;
- Apesar dos ODS tratarem de temas cruciais para o desenvolvimento dos municípios, nem todos são aplicáveis à competência do ente local, uma vez que a complexidade de alguns temas e os recursos orçamentários necessários para a solução do problema exigem uma ação integrada e planejada entre os entes federativos (PAIVA, 2018).

Como se percebe, a utilização da Agenda 2030 como referência para a estruturação de indicadores, se coaduna com os interesses sociais, ambientais e estruturais dos municípios.

Acreditando-se que os exemplos acima são suficientes para o propósito deste trabalho, é possível citar outros municípios que encaminharam projetos similares, como: Ribeirão Preto/SP, Presidente Prudente/SP, Maringá/PR, Porto Alegre/RS, Três Lagoas/MS, entre outros.

Importantes destacar que, independentemente dos projetos locais, há sistemas de monitoramento de implementação dos ODS no Brasil, que avaliam a adequação das metas brasileiras às metas colocadas pela Agenda 2030, bem como a avaliação das mesmas no território nacional. É o caso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, que recebeu uma atribuição da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), para apresentar uma proposta de adequação das metas globais da Agenda 2030. O resultado deste trabalho foi a constatação de que das 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030, somente duas não se adequavam à realidade brasileira, muito embora somente 39 foram mantidas na versão original, 128 foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira, e 8 foram adicionadas, totalizando 175 metas, conforme se demonstra no Quadro 13.

QUADRO 13: ODS: síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil

Síntese dos resultados	Número absoluto	Relativo (%)
Metas globais que foram mantidas (Metas globais cujo conteúdo foi considerado como adequado ao Brasil, mesmo que necessitando alterações)	167	98,8
Metas consideradas como não aplicáveis ao Brasil (Metas globais cujo conteúdo foi considerado como inadequado à realidade brasileira)	2	1,2
Subtotal – metas globais	169	100%
Metas globais que foram mantidas na versão original (Metas cujo texto proposto pela ONU foi integralmente considerado como adequado ao Brasil)	39	22,3
Metas que foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira (Metas cujo texto proposto pela ONU sofreu alteração visando a sua adequação às especificidades do Brasil e/ou à sua quantificação)	128	73,1
Metas nacionais que foram adicionadas (Novas metas propostas pelos grupos interministeriais visando contemplar prioridades nacionais)	8	4,6
Total de metas nacionais	175	100%

Fonte: IPEA (2018)

Outra fonte de informação é o “Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Implementação da Agenda 2030”, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030), grupo este formado por mais de 40 organizações durante o seguimento das negociações da Agenda Pós-2015 e seus desdobramentos. Sua atuação está centrada na difusão, promoção e monitoramento da Agenda 2030, com a finalidade de “divulgar os ODS, mobilizar a sociedade civil e incidir politicamente junto ao governo brasileiro e sistema das Nações Unidas para a sua implementação”⁹.

O Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Implementação da Agenda 2030 (GTSC A2030), em sua 3ª edição, apresentada em agosto de 2019, destaca que “com a manutenção das antigas e a criação de novas políticas contrárias à Agenda 2030, o *Relatório Luz* 2019 apresenta um Brasil que se afasta de um futuro sustentável, o que exige forte atuação das instituições fiscalizadoras nacionais e alinhamento dos governos locais e do parlamento aos ODS. Juntos, eles têm papéis decisivos para institucionalização de um desenvolvimento centrado nas pessoas e sensível ao meio ambiente, de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, territorializando políticas pautadas pela Constituição Federal.”

O Relatório Luz (GTSC A2030, 2019) apresenta um estudo com avanços e retrocessos na implementação de 125 das 169 metas da Agenda 2030, em cada ODS, e faz recomendações para melhoria de processos, além de apresentar estudos de caso.

Por fim, a título de informação recente, cabe destacar que, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU), de 27 de dezembro de 2019, foi sancionada a Lei 13.971, decorrente do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 (PLN 21/2019), também conhecido como PPA. O único veto coube justamente ao trecho que previa “a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas”. No entanto, em nosso entender, será preciso que novos estudos venham a ser realizados para que se possa avaliar melhor as consequências e quais as novas tendências que poderão envolver tais princípios e diretrizes para o contexto do país. Ressalta-se, ainda, que essa dissertação oferece crédito a tais norteadores por considerar que os temas tratados

⁹ <https://gtagenda2030.org.br/>

constituem referencial de vital importância na construção de indicadores socioeconômicos, foco central de atenção da pesquisa que se descreve no próximo recorte.

5 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

5.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

A metodologia utilizada para estruturação deste trabalho compreendeu os seguintes princípios e tipologia de pesquisa:

- Qualitativa, de natureza exploratória com base em Vergara (2003), ao proporcionar maior familiaridade com o problema, possibilitando estabelecer hipóteses ou pressupostos;
- Descritiva, que prevê a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 42).

O tipo de pesquisa desenvolvida para a operacionalização dos objetivos foi de natureza qualitativa, obedecendo-se aos princípios de Lakatos; Marconi (2010). Apoiou-se também na afirmação sobre as características da pesquisa qualitativa, em que Creswel (2007, p. 186) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos.

Para tanto, apoiou-se em pesquisa bibliográfica desenvolvida mediante os princípios teóricos de Lakatos e Marconi (2010); Severino (2000) e Tachizawa e Mendes (1999).

A pesquisa apoiou-se também em estudo de caso (YIN, 2010), desenvolvido mediante pesquisa de campo, realizada mediante:

- a. Pesquisa documental - identifica documentos oficiais / institucionais e permite a caracterização do universo de pesquisa (SEDECON/Bauru) e a população (dirigentes, gestores, equipes de apoio) (GIL, 2008);
- b. Observação direta - reuniões de interação ao projeto, realização de *workshop* com aplicação da metodologia do Diagrama Belluzzo® (BELLUZZO, 2007);
- c. Realização de entrevista semiestruturada, com roteiro de apoio (MARCONI; LAKATOS, 2013).

5.1.1 Desenvolvimento das etapas e passos da pesquisa

Como primeira etapa metodológica, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos; Marconi (2010) busca informações em fontes existentes, ou seja, em toda a literatura já tornada pública em relação aos temas em estudo, desde publicações avulsas, revistas, livros, monografias, teses, bases de dados etc.

Os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica desenvolvida - referencial teórico construído - permitiu desenvolver a segunda etapa metodológica – a pesquisa de campo, que segundo Gonsalves (2001, p.67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

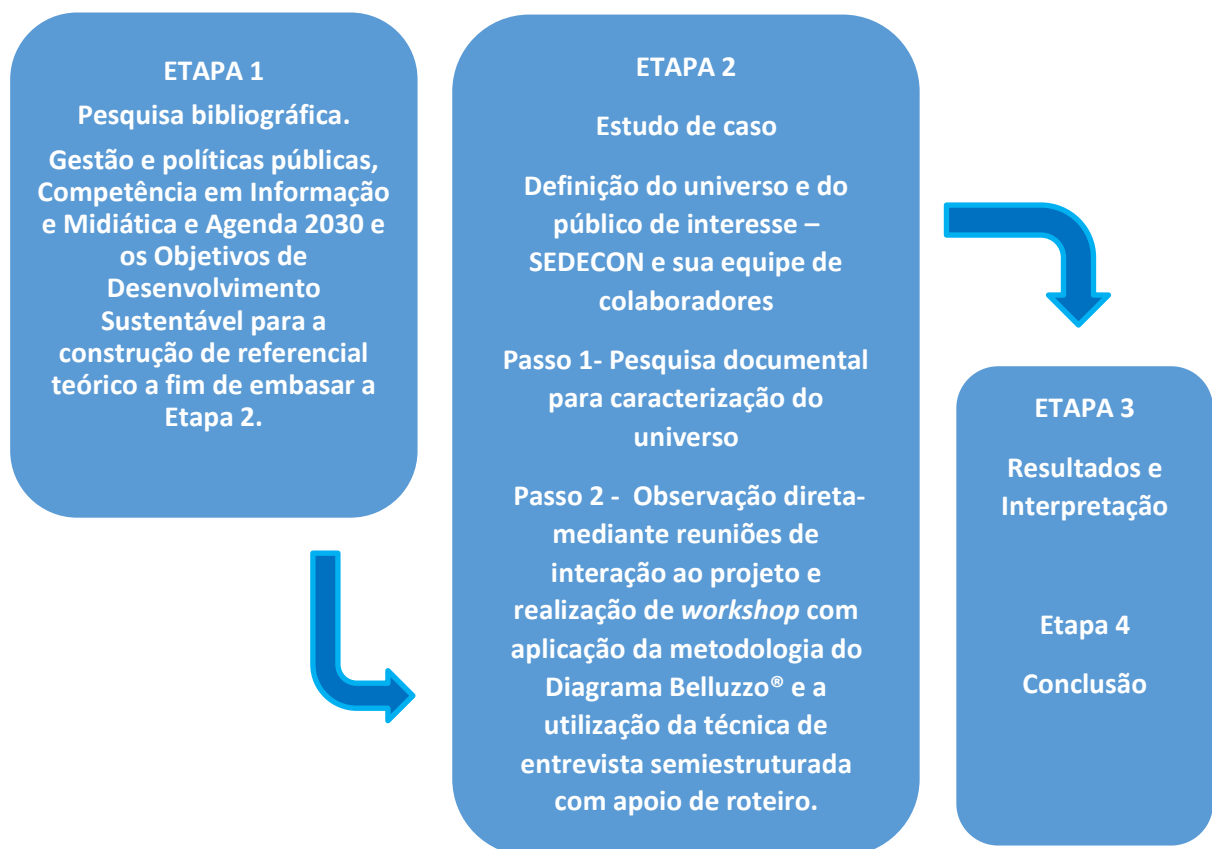
O desenvolvimento da segunda etapa metodológica que envolveu a pesquisa de campo, foi realizada mediante o método do estudo de caso. Destaca-se que esse método “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. (YIN, 2010, p.39). Neste caso é uma investigação que faz aporte entre a teoria e a prática, onde o pesquisador pode analisar com embasamento e propriedade os aspectos relacionados a sua pesquisa, buscando interação, domínio, clareza e objetividade, eliminando dúvidas e apresentando esclarecimentos. Ainda, de acordo com Yin (2010, p. 144), é importante que seja efetuada uma triangulação dos resultados, o que requer o uso de diferentes procedimentos de métodos e técnicas de pesquisa científica. Para esse autor a triangulação é eficiente fonte para análise de dados, pois “[...] com a triangulação dos dados, os problemas potenciais de validade do constructo também podem ser abordados, porque as múltiplas fontes de evidência proporcionam, essencialmente, várias avaliações do mesmo fenômeno”. Além disso, também buscou-se fundamentação na afirmação de José Filho (2006, p.64) que diz que “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos

criativos”. A tentativa de conhecer qualquer fenômeno constituinte dessa realidade busca uma aproximação, visto sua complexidade e dinamicidade dialética.

Porém, não existe pesquisa sem o apoio de técnicas e de instrumentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo. A presente pesquisa traz como objeto de estudo a necessidade da criação de indicadores socioeconômicos apoiados na competência em informação e midiática e nas diretrizes e orientações da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável destinados ao poder público de Bauru (SP) e região.

As etapas e os passos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são sintetizados na Figura 7.

Figura 7: Síntese dos procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelo autor

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental a fim de se caracterizar a SEDECON, considerando-se que segundo Gil (2008, p. 46):

Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem de pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, e disponível disponibilidade de tempo, o custo da torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. É sabido que em muitos casos o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível. Em outros, a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato (GIL, 2008, p. 46).

Na sequência foi utilizada a Observação direta, técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos para compreender determinados aspectos da realidade. Não consiste em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar, ajudando a obter provas a respeito de situações sobre as quais nem sempre os indivíduos têm consciência, mas que orientam seu comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2013). Essa técnica foi desenvolvida em dois momentos: 1 - reuniões de interação ao projeto e realização de *workshop* com aplicação da metodologia do Diagrama Belluzzo®, tendo como sujeitos de pesquisa os colaboradores da SEDECON (Bauru); 2 – utilização da técnica de entrevista semiestruturada com apoio de roteiro. É uma técnica de investigação pessoal, usada para enfatizar pontos levantados em outras técnicas de coleta. O entrevistador precisa ser capaz de observar e saber guiar o entrevistado em uma resposta precisa, devendo, ainda, seguir um planejamento, ter um objetivo, um conhecimento prévio do entrevistado, ter horário e local agendado e conhecimento prévio do campo de pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 2013). A entrevista foi realizada no dia 09 de dezembro de 2019, na sede da SEDECON, com a Secretária da referida pasta (Apêndice A).

Na fase da exploração do material, Bardin (2010) ressalta que a análise do material exige sua codificação, ou seja, sua transformação de dados brutos dos textos por recortes, agregação ou enumeração, até que sua codificação atinja a representação do conteúdo ou sua expressão. Para a codificação, podem ser utilizadas palavras, temas, contextos, relações, personagens, etc., até se chegar à categorização dos mesmos, o que compreende uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) e de acordo com os critérios previamente estabelecidos. Para se chegar à fase três, do tratamento dos resultados, foram

realizadas as interpretações dos dados podendo-se fazer uso de quantificações e/ou se restringir às análises qualitativas. Como resultado da utilização do método de Bardin (2010) obteve-se, a partir do referencial teórico apoiado nas contribuições conceituais de Souza (2006); Paiva (2018); BRASIL (1998); Dudziak (2003); Belluzzo (2008); Castells (2015), Casarin (2017); Belluzzo (2018); Silva (2008); Silva (2010); Dudziak, Ferreira, Ferrari (2017); Simeão (2015); Ferrés, Piscitelli (2015); Jannuzzi (2005); Silva (2010); Belluzzo (2007); Belluzzo (2013); Di Croce (2009); Perez, Delgado (2012); Silva, Ottonicar, Yafushi (2017); Julien (2016); Jenkins (2008); as variáveis de análise que ofereceram condições de se estabelecer a inter-relação entre a ColInfo, a Agenda 2030 e os ODS e a construção e descrição da modelagem conceitual para a elaboração de indicadores socioeconômicos a serem aplicados à SEDECON. Essas variáveis acham-se descritas no Quadro 14.

Quadro 14: Variáveis de análise

VARIÁVEIS DE ANÁLISE	AUTORES	DEFINIÇÃO
Demanda Socioeconômica	Souza (2006); Paiva (2018); BRASIL (1998); Dudziak (2003); Belluzzo (2008); Castells (2015), Casarin (2017)	Identificação de necessidades e/ou demandas socioeconômicas, de interesse público, ao longo da gestão, de forma a promover o desenvolvimento social e econômico.
Cidadania	Belluzzo (2018); Silva (2008); Silva (2010); Dudziak, Ferreira, Ferrari (2017); Simeão (2015); Ferrés, Piscitelli (2015).	Disponibilidade e uso da informação e de conteúdos, bem como de recursos de interação apoiados na tecnologia e na mídia, para promoção da cidadania, de forma individual ou coletiva.
Transparência	Jannuzzi (2005); Silva (2010); Belluzzo (2007); Belluzzo (2013); Di Croce (2009); Perez, Delgado (2012); Silva, Ottonicar e Yafushi (2017); Belluzzo (2018); Julien (2016); Jenkins (2008)	Publicação objetiva de ações ou não-ações e decisões institucionais utilizando fontes de informação e recursos midiáticos que interferem no cotidiano e no exercício da cidadania.

Fonte: Elaborado pelo autor

Uma vez determinadas as variáveis de análise, compôs-se assim um cenário de inter-relação (Quadro 15) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quadro 15: Variáveis de inter-relação – Agenda 2030 (2015)

Agenda 2030 / ODS	Objetivos
ODS 4: Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 8: Emprego digno e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
ODS 17: Parceria e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Agenda 2030 / ONU (2015)

Ressalta-se que a construção dos indicadores pretendidos também se apoiou, ainda, em Parahos et al. (2013) cuja contribuição envolve desde principais conceitos, propriedades e construção de indicadores sociais e que, metodologicamente, fez uso da simulação básica e dados observacionais para ilustrar como indicadores sociais podem ser construídos a partir da análise de componentes principais.

A metodologia e o tipo de pesquisa desenvolvidos poderá se tornar referencial para pesquisas em outros setores, a critério da universidade, do poder público, ou de ambos.

5.2 Estudo de Caso

5.2.1 Definição do universo da pesquisa e da população de interesse e pesquisa documental

A escolha e definição do objeto e universo a ser pesquisado se deu no mês de novembro de 2018, tendo recaído, mais especificamente na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (SEDECON). *A priori*, o público de interesse nesse universo foi definido como sendo 6 gestores dos setores

socioeconômicos e 32 colaboradores diretos, bem como a gestora responsável pela Secretaria.

. A Câmara Municipal de Bauru, por meio Comissão de Ciência e Tecnologia, promoveu uma série de Audiências Públicas, denominado “Projeto Gestão Pública Municipal”¹⁰, sob a ementa “apresentação de demandas das Secretarias Municipais às Instituições de Ensino Superior de Bauru para possível produção científica e tecnológica na área de gestão”. O objetivo foi promover o encontro entre as Secretarias Municipais e as instituições de ensino superior de Bauru, de forma que as primeiras pudessem expor suas principais demandas, e as instituições de ensino, por sua vez, pudessem debater, avaliar e oferecer sua contribuição para atender tais demandas.

Os encontros ocorreram nos dias 06, 08 e 09 de novembro de 2018, com o seguinte cronograma de exposições:

Quadro 16: Cronograma de exposições – Audiências Públicas – Projeto Gestão Pública Municipal

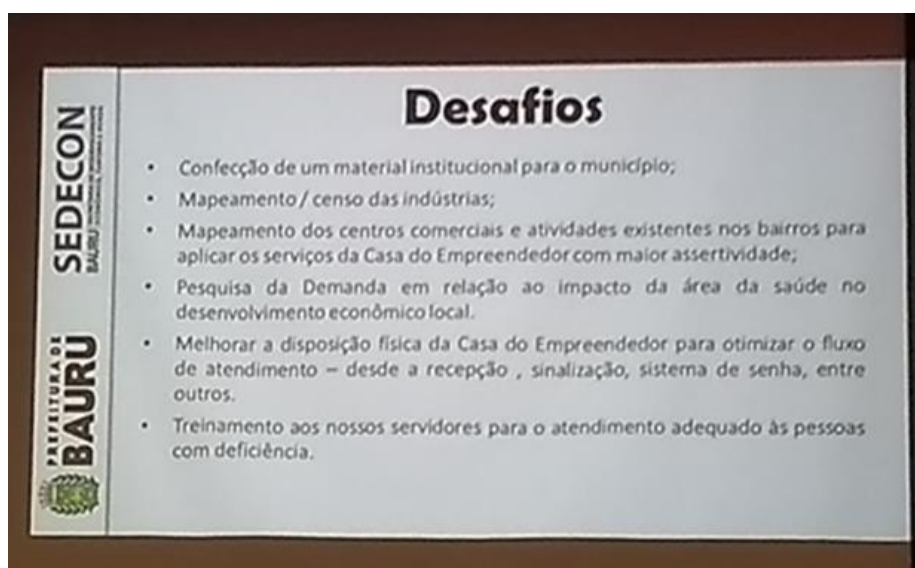
DIA 1 06/nov/2018	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SECRETARIA DE PLANEJAMENTO SECRETARIA DE OBRAS SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DEFESA CIVIL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
DIA 2 08/nov/2018	SECRETARIA DE SAÚDE SECRETARIA DE CULTURA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
DIA 3 09/nov/2018	SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS GABINETE DO PREFEITO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E RENDA

Fonte: BAURU, 2018.

¹⁰ <https://www.bauru.sp.leg.br/imprensa/noticias/secretarias-da-prefeitura-apresentam-necessidades-para-professores-e-pesquisadores-de-bauru/>

Foi a partir deste encontro e, em especial, da apresentação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (SEDECON), que foi exposta a necessidade de obter informações acuradas sobre os setores econômicos da cidade, surgindo o propósito de desenvolver estudos e pesquisa que possibilitem à própria Secretaria obter as informações que necessita para sua operação (Figura 8).

Figura 8: Slide com demandas da SEDECON, em 09 de novembro de 2018



Fonte: Acervo do autor

Passo 1: Pesquisa documental

Para a caracterização do universo – a SEDECON – foi realizada uma pesquisa documental, fundamentando-se em Severino (2007) e na sua afirmação:

A pesquisa documental tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p.122-123).

Este passo metodológico envolveu a busca de informações disponibilizadas no site <http://www2.bauru.sp.gov.br/sedecon/>, e mediante documentos oficiais que foram acessados pelo pesquisador durante a realização da observação direta.

Como resultados, obteve-se que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (SEDECON) define em seu endereço eletrônico como sendo suas competências:

[...] buscar investidores para a cidade, estimular parcerias, dar apoio à iniciativa privada e produtiva da cidade, atuando na indústria, comércio, prestação de serviços e turismo. Através de suas diretorias, procura trabalhar no sentido de proporcionar progresso à cidade, geração de impostos e empregos, atuando na relação entre as empresas e o poder público, fornecedores e clientes de outras localidades. Divulgar a potencialidade da cidade, trabalhando sua imagem, através de ações de sua equipe por meio das mídias, buscando despertar interesse pelo município, valorizando-o e buscando novos parceiros. (BAURU, 2018b).

Para cumprir estes preceitos a SEDECON apresentou a necessidade de um mapeamento, reunindo dados e informações que possam resultar na elaboração de políticas públicas que atendam ao cidadão e aos segmentos econômicos da cidade de Bauru, ações que permitam a obtenção de investimentos, o oferecimento de informações atualizadas ao conjunto da sociedade (Lei de Acesso à Informação), e também em consonância, de forma geral, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apregoados pela ONU dentro da Agenda 2030

Neste cenário surgiu a propositura desta dissertação, com a intenção de elaborar e apresentar uma modelagem conceitual para esse trabalho específico, dando à SEDECON a possibilidade de suprir a necessidade exposta nas referidas audiências. O estudo das premissas que envolveriam a pesquisa, e utilizando os preceitos já mencionados neste trabalho, bem como a construção de conhecimento e definição de plataformas de aplicação, constituiu fator preponderante para a obtenção dos resultados almejados.

Tendo como premissa básica que a pesquisa documental identifica documentos oficiais / institucionais e permite a caracterização do universo de pesquisa (SEDECON/Bauru) e a população (dirigentes, gestores, equipes de apoio) (GIL, 2008), foi solicitado à equipe de diretores da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Renda (SEDECON), o organograma da Secretaria, bem como, objetivando entender a estrutura onde se insere, o organograma da Prefeitura Municipal de Bauru.

Foi identificado que a Prefeitura ainda não obteve a definição de um organograma estruturado. Assim, através de pesquisa eletrônica, foi encontrado um documento que tratava da promulgação da Lei 3.601, datado de 27 de julho de 1993,

e que estabelecia a estrutura organizacional da Prefeitura de Bauru, promulgada pelo então à época (Anexo C).

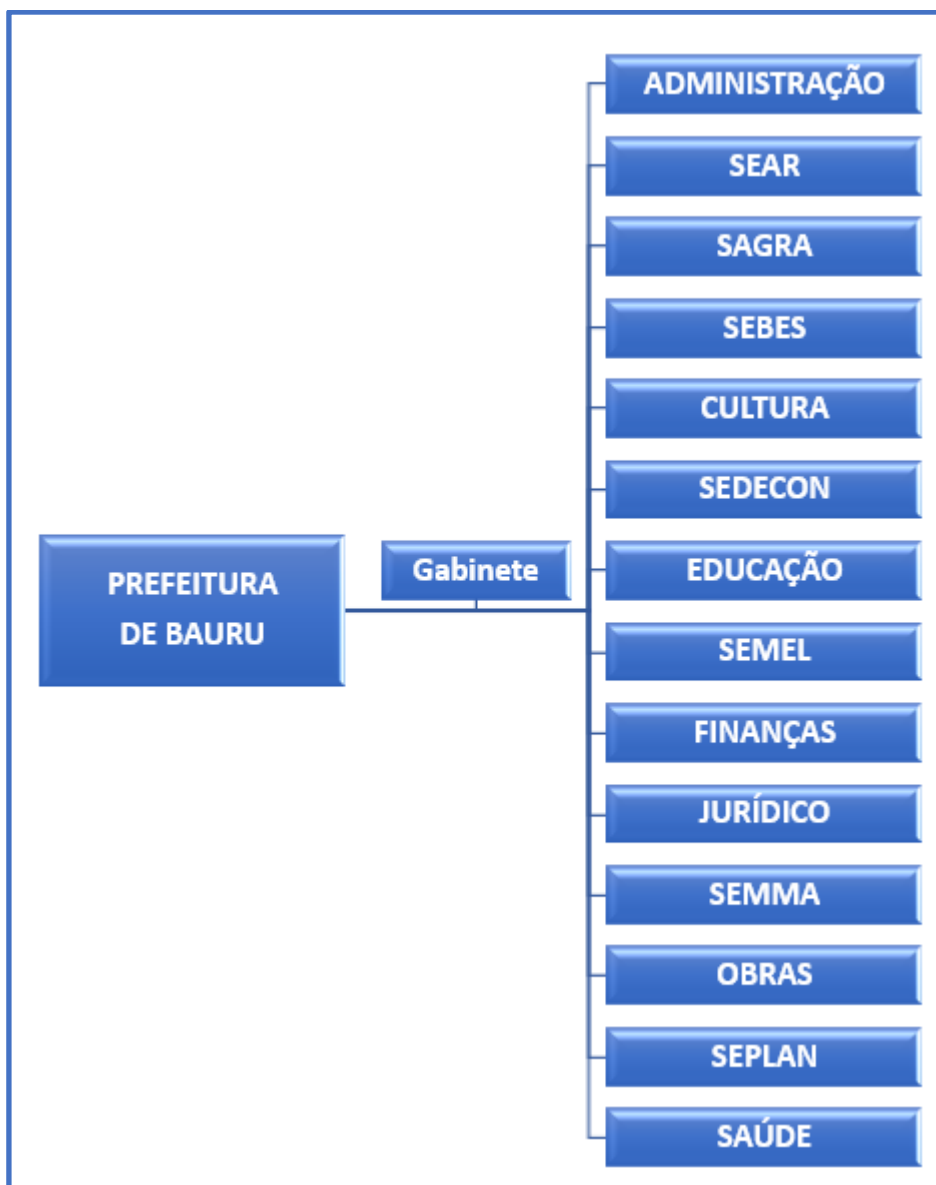
Posteriormente, a diretoria da SEDECON enviou ao pesquisador o projeto de lei nº 53/19, enviado para apreciação da Câmara Municipal de Bauru pela atual gestão, em 11/07/2019, que previa a criação de nova estrutura organizacional; transformação, extinção e criação de cargos de livre nomeação e exoneração; extinção e criação de funções de confiança no âmbito da Prefeitura Municipal de Bauru; e outras providências (Anexo D). No bojo deste documento, além da proposta, constava o documento de 1993 e todos os posteriores ajustes efetuados até o ano de 2019. Em análise deste material e também do site eletrônico da Prefeitura de Bauru, foi possível estabelecer a estrutura organizacional vigente e, assim, entender como se posiciona a SEDECON.

Desta forma, foi possível identificar que a Prefeitura possui a seguinte estrutura principal (poder executivo e secretarias):

- Prefeito
 - Gabinete do Prefeito (Gabinete)
 - Secretaria Municipal de Administração (Administração)
 - Secretaria Municipal de Administrações Regionais (Sear)
 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (Sagra)
 - Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes)
 - Secretaria Municipal de Cultura (Cultura)
 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (Sedecon)
 - Secretaria Municipal de Educação (Educação)
 - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Semel)
 - Secretaria Municipal de Economia e Finanças (Finanças)
 - Secretaria Municipal de Economia e Finaças (Finanças)
 - Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos (Jurídico)
 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma)
 - Secretaria Municipal de Obras (Obras)
 - Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan)
 - Secretaria Municipal de Saúde (Saúde)

Esta estrutura está representada na Figura 9.

Figura 9: Organograma principal da Prefeitura Municipal de Bauru

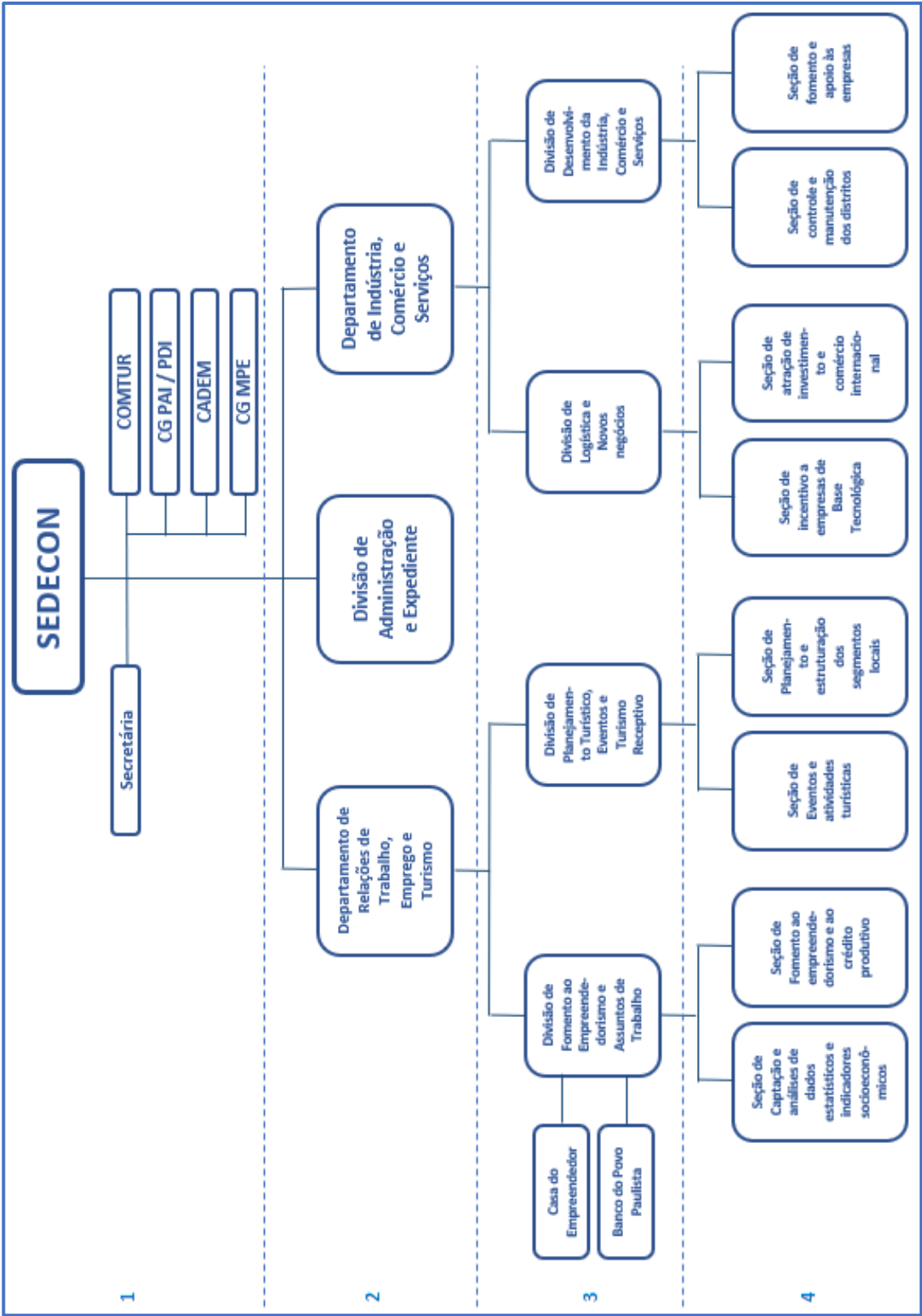


Fonte: Elaborado pelo autor.

Identificada a estrutura organizacional da Prefeitura de Bauru, passou-se a tratar da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Renda (SEDECON), obtendo-se informações junto à atual Secretária.

A estrutura da SEDECON está representada na Figura 10.

Figura 10: Organograma da SEDECON



Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir, é apresentada a nomenclatura das áreas apresentadas no organograma. A estrutura foi dividida em níveis apenas para melhor compreensão, não representando nenhum tipo de interferência no funcionamento hierárquico da Secretaria:

- Nível 1
 - SEDECON
 - Secretária
 - COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
 - Conselho Gestor PAI / PDI
 - CADEM – Conselho de Apoio ao Desenvolvimento Municipal
 - CG MPE – Conselho Gestor Municipal de Micro e Pequenas Empresas
- Nível 2
 - Departamento de Relações do Trabalho, Emprego e Turismo
 - Divisão de Administração e Expediente
 - Departamento de Indústria, Comércio e Serviços
- Nível 3
 - Divisão de Fomento ao Empreendedorismo e Assuntos de Trabalho
 - Casa do empreendedor
 - Banco do Povo Paulista
 - Divisão de Planejamento Turístico, Eventos e Turismo Receptivo
 - Divisão de Logística e Novos Negócios
 - Divisão de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços
- Nível 4
 - Seção de Captação e Análise de Dados Estatísticos e Indicadores Socioeconômicos
 - Seção de Fomento ao Empreendedorismo e ao Crédito Produtivo
 - Seção de Eventos e Atividades Turísticas
 - Seção de Planejamento e Estruturação dos Segmentos Locais
 - Seção de Incentivo à Empresas de Base Tecnológica

- Seção de Atração e Investimento de Comércio Internacional
- Seção de Controle e Manutenção dos Distritos
- Seção de Fomento e Apoio às Empresas

Observou-se ainda que, mesmo havendo uma estrutura de cargos que contempla os principais segmentos socioeconômicos do município, há uma carência de recursos humanos efetivos para ocupá-los, cabendo a determinados servidores ocuparem mais de uma função, mesmo que provisoriamente.

Passo 2: Observação *in loco* – *workshop*

Nos dias 18/07/2019 e 10/09/2019 foram realizados encontros com o total de 10 sujeitos (4 diretores de área e 6 colaboradores) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda (SEDECON), o que se constituiu em uma amostra acidental e voluntária (LAVILLE; DIONNE, 1999), porém representativa do universo pesquisado. O objetivo foi realizar um *workshop* por meio da aplicação do Digrama Belluzzo®. Segundo o dicionário Houaiss, “workshop” é um substantivo masculino definido como seminário ou curso intensivo, de curta duração, em que técnicas, habilidades, saberes, artes, etc., são demonstrados e aplicados; oficina, laboratório (HOUAISS, 2020). Desse modo, no primeiro encontro, de comum acordo, ficou definido que somente os 4 diretores de divisão participariam das atividades, em decorrência da movimentação cotidiana da Secretaria como fator interveniente. Foi realizado no dia 18/07/2019, com a duração aproximada de 2 horas. O segundo encontro ocorreu em 10/09/2019, também com a duração aproximada de 2 horas, e contou com a participação de 6 colaboradores. Também no primeiro encontro foi definida a questão/problema, ou pergunta central, a ser representada na elipse do Diagrama Belluzzo®. A questão utilizada foi: “Quais são as informações de maior importância para que possam executar as suas atividades na SEDECON?”. Importante ressaltar que a pergunta central foi corroborada também no segundo encontro, mediante a exposição das dificuldades enfrentadas no cotidiano da Secretaria, no que se refere à comunicação.

Assim, a partir destes preceitos, agendou-se os encontros nas datas citadas, quando foram realizadas as atividades descritas a seguir:

- **Apresentação e explicação do tema Competência em Informação e Midiática:**

Inicialmente o tema “Coinfo” foi apresentado aos participantes, para que tomassem conhecimento da sua existência e seus fundamentos, e também reconhecessem a sua importância nas áreas de estudos que envolvem práticas de comunicação e gestão do conhecimento. Após esta apresentação, foi explicitado que a Coinfo seria utilizada como tema de fundo dos encontros, e teve como objetivo esclarecer aos participantes os motivos da sua realização, uma vez que os resultados a serem obtidos seriam trabalhados sob a ótica da Coinfo.

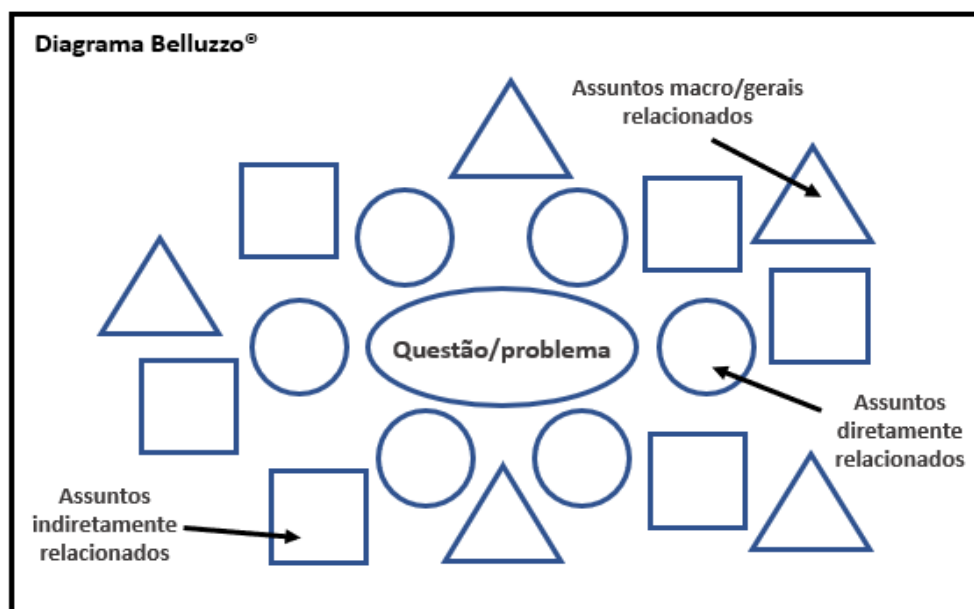
- **Apresentação e explicação do uso do Diagrama Belluzzo®**

Após a apresentação inicial do tema “Coinfo” passamos a execução da atividade prática. Para esta atividade foi utilizado o Diagrama Belluzzo®. Primeiro, por se tratar de uma ferramenta diretamente ligada ao tema proposto; segundo, porque ser uma ferramenta de fácil utilização e compreensão; e terceiro por sua efetividade no entendimento dos temas recorrentes de uma organização.

O Diagrama Belluzzo® (Figura 11) é um recurso pedagógico que proporciona a organização de representações de relações entre conceitos, ou entre palavras que substituem os conceitos, através de diagramas, nos quais as pessoas podem utilizar sua própria representação organizando hierarquicamente as ligações entre os conceitos e as pesquisas a serem realizadas (BELLUZZO, 2007).

O Diagrama Belluzzo® considera, conforme sua autora, que os mapas conceituais são representações entre conceitos, ou entre palavras que substituem os conceitos, através de diagramas, nos quais as pessoas podem utilizar sua própria representação, organizando hierarquicamente as ligações entre os conceitos que ligam problemas a serem resolvidos ou pesquisas a serem realizadas. Não obstante, esses mapas são recursos esquemáticos utilizados para representar um conjunto de significados conceituais incluídos em uma estrutura de proposições. Eles servem para tornar claro o pequeno número de ideias-chave em que devem se centrar para qualquer atividade de pesquisa, tanto em modelos tradicionais quanto nos virtuais.

Figura 11: Diagrama Belluzzo®



Fonte: Adaptado de Belluzzo (2007, p.81).

O Diagrama Belluzzo® (Figura 11), por ter como base a concepção de um mapa conceitual, também se utiliza de representações geométricas. A sua diferença está no fato de sua elaboração não depender de linhas e de hierarquias. As próprias figuras se encarregam de diferenciar os assuntos e as suas relevâncias para o seu criador. Primeiramente, usa-se uma **elipse** no centro do diagrama onde ficará o foco do tema ou a ideia central. Posteriormente, **círculos** são adicionados para trazer assuntos secundários que tenham ligação com a ideia central. Os **quadrados** completam o diagrama com assuntos indiretamente relacionados à ideia central, sendo também importantes para a construção de algum tipo de conhecimento. Por fim, **triângulos** são utilizados para a inserção de assuntos mais generalistas que abracem um contexto mais abrangente, como por exemplo, o ambiente estrutural e histórico do assunto em questão (BELLUZZO, 2008, grifo nosso). Deste modo, o diagrama pode ser utilizado para os mais diferentes propósitos, desde um estudo exploratório a respeito de algo não familiar para o autor, como uma ideia, uma visão ou alguma criação.

É relevante destacar que o Diagrama Belluzzo® é o resultado de estudos teóricos e práticos que foram apoiados na abordagem da aprendizagem significativa e na concepção decorrente do uso de diagrama/mapa conceitual, tendo como foco de atenção a ColInfo e formas de sua avaliação. Nesse sentido, a concepção do Diagrama

considerou, em um primeiro momento, a existência de inúmeras questões a serem debatidas ainda sobre o tema “competência”, porém, em síntese, apenas para levar a tais reflexões e para efeito de melhor compreensão a respeito, destacou-se que toda competência é um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permitem a intervenção prática na realidade; a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social. Fundamentando-se nessa concepção de competência, em dupla dimensão, conseguiu-se situar a ColInfo no espectro de fatores que compõem a sociedade contemporânea, especialmente como uma das áreas em que o processo de ensino e aprendizagem esteja centrado (BELLUZZO, 2003).

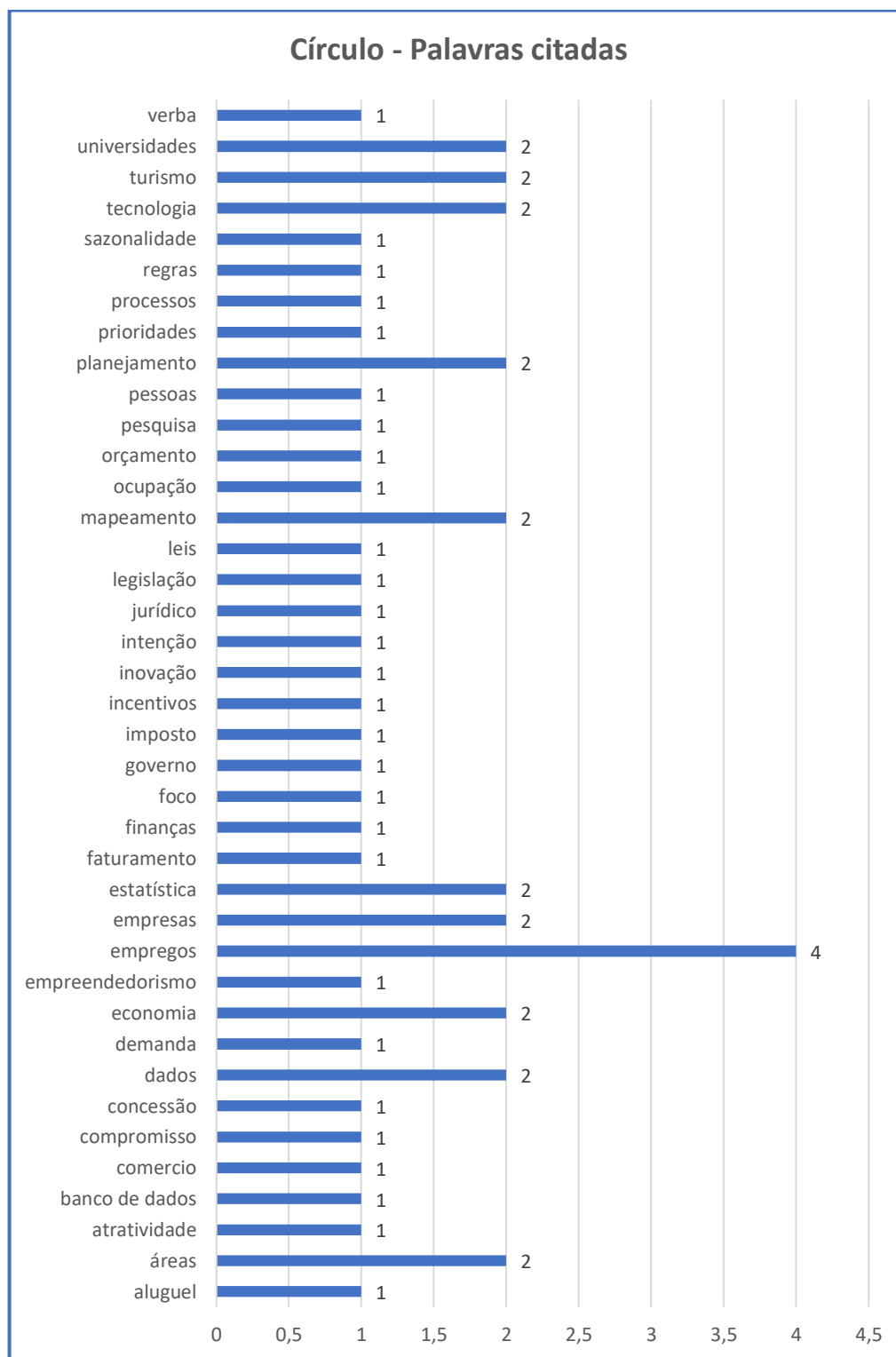
- **Aplicação do Diagrama Belluzzo® – aplicação individual**

Dada a impossibilidade de reunir toda a equipe de servidores da SEDECON de uma única vez, muito embora se trate de uma equipe reduzida – é a menor Secretaria em termos de estrutura física e de pessoal da Prefeitura de Bauru, foram realizados dois encontros.

Como resultado da aplicação do diagrama foram obtidos os seguintes conceitos / palavras-chave, distribuídos pelas ocorrências nas respectivas figuras geométricas, conforme demonstrado nos quadros 17, 18 e 19, e gráficos 1, 2 e 3, a seguir.

- **CÍRCULO:** assuntos diretamente relacionados

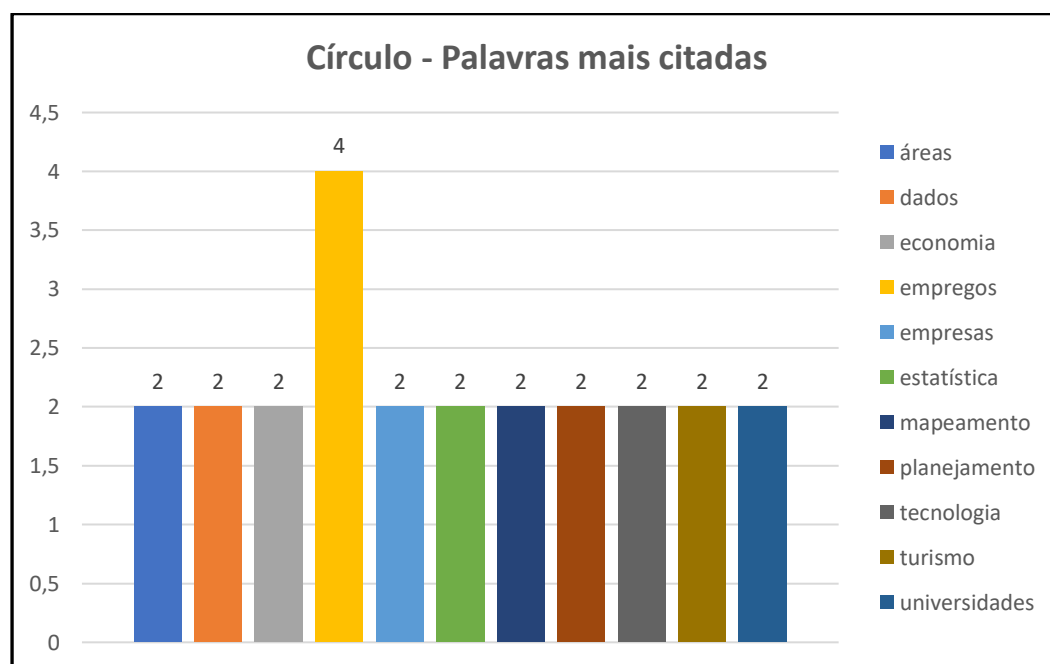
Quadro 17: Círculo – as citações e suas ocorrências



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 1 as palavras-chave que tiveram mais de uma citação:

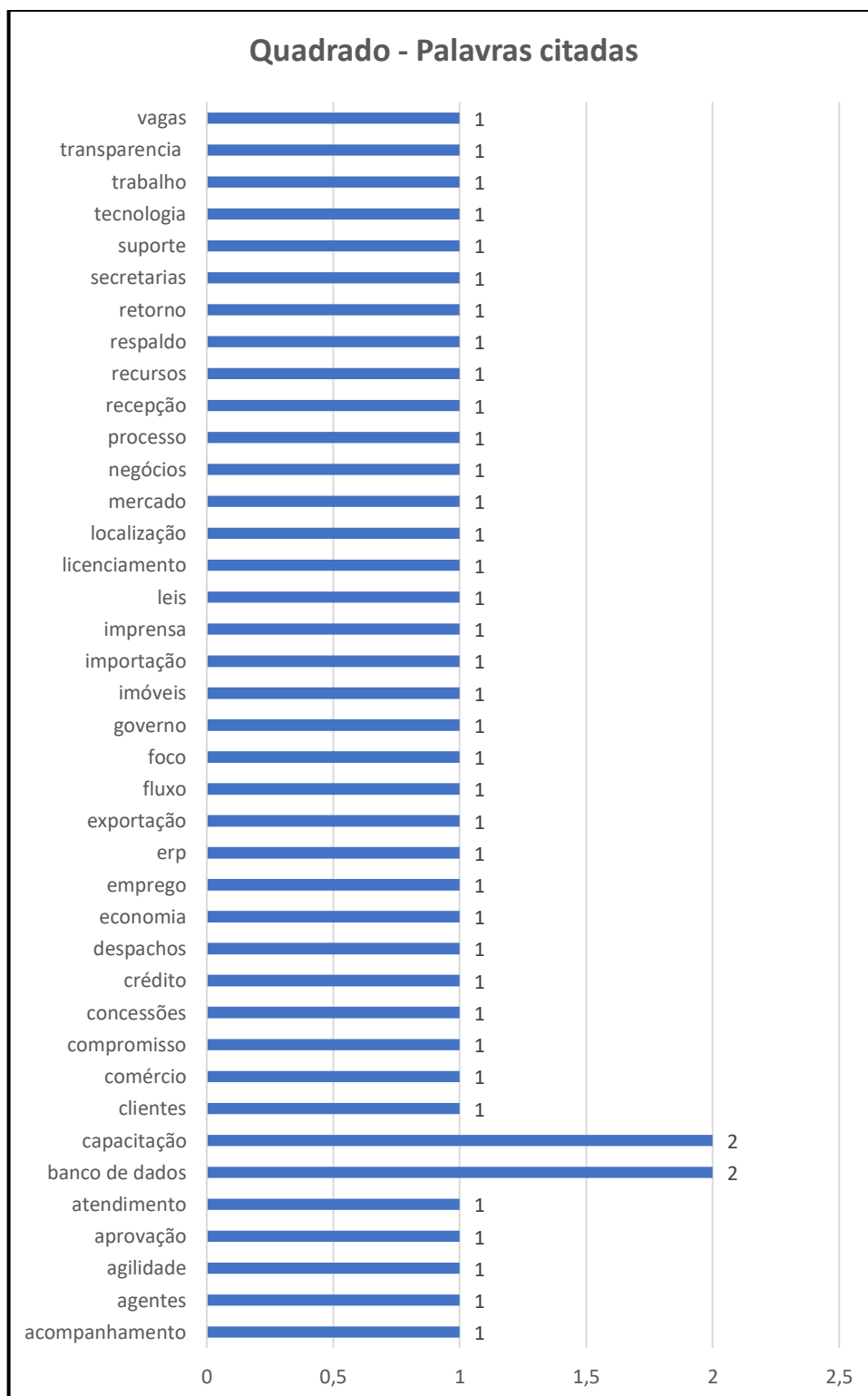
Gráfico 1: Círculo – assuntos com mais de uma citação



Fonte: Elaborado pelo autor.

- **RETÂNGULOS:** assuntos indiretamente relacionados

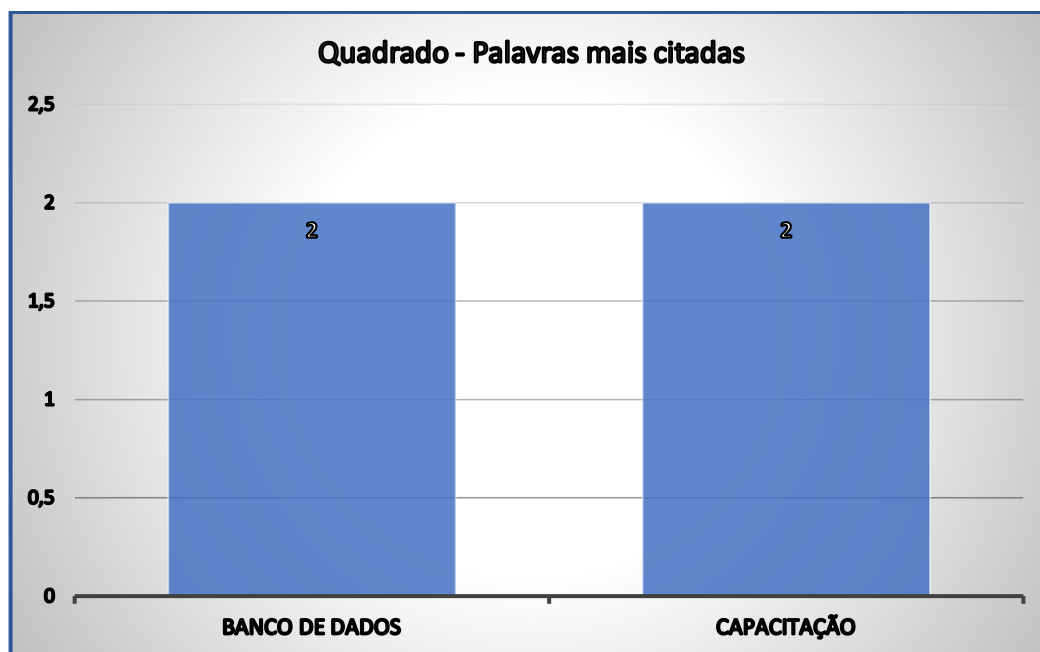
Quadro 18: Quadrado – citações e ocorrências



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 2, as palavras-chave que tiveram mais de uma citação são apresentadas:

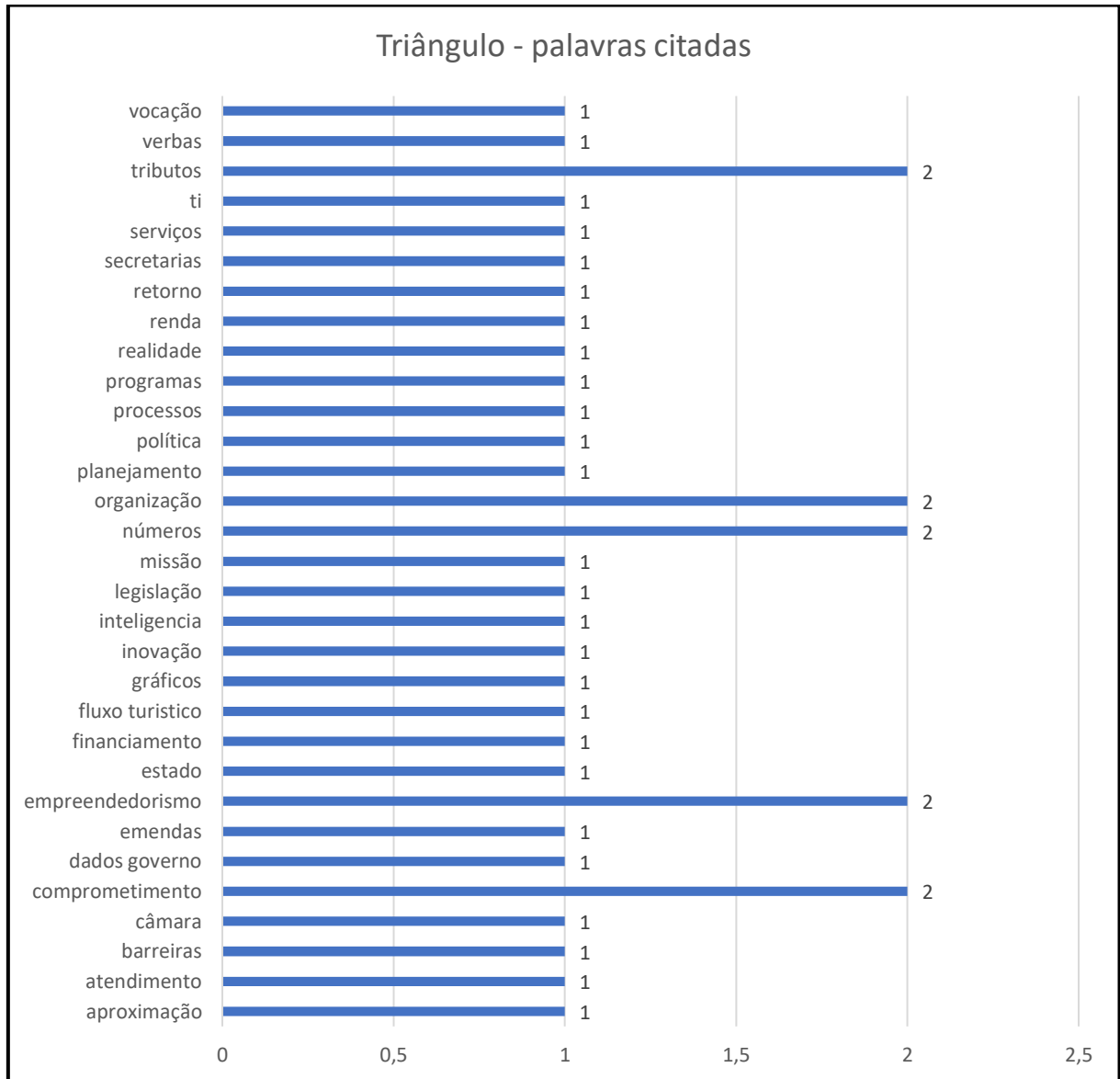
Gráfico 2: Quadrado – assuntos com mais de uma citação



Fonte: Elaborado pelo autor.

- **TRIÂNGULO: assuntos macro/gerais relacionados**

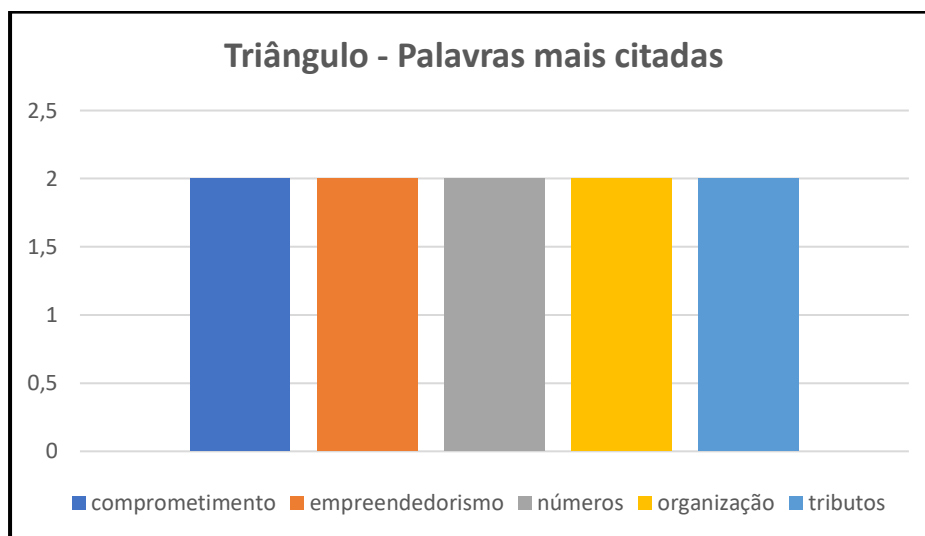
Quadro 19: Triângulo – todas as citações



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Gráfico 3, as palavras-chave que tiveram mais de uma citação são apresentadas:

Gráfico 3: Triângulo – assuntos com mais de uma citação



Fonte: Elaborado pelo autor.

- **Aplicação do Diagrama Belluzzo® – unificado, entre todos os participantes**

Após a aplicação individual da dinâmica com o Diagrama Belluzzo®, os grupos foram orientados a se reunir para consolidar em um único diagrama os principais termos. Tal ação promoveu um breve debate sobre cada um dos termos, como um *brainstorming*, de forma a avaliar aqueles que mais se aplicavam ao atual momento da Secretaria, e qual o sentido que cada um representava para a execução de suas atividades, de forma a responder à questão / problema.

Quadro 20: Consolidação das palavras-chave

consolidação 1	consolidação 2
18/07/2019	10/09/2019
círculo	círculo
processos	dados
despachos	planejamento
secretarias	prioridades
mapeamento	emprego
ilhas de calor	incentivo
	recursos
quadrado	quadrado
fomento	pessoas
legislação	transparência
	capacitação
	divisão de funções
	fluxo
triângulo	triângulo
repasse	organograma
emprego	legislação
renda	gestão
impostos	atratividade
projetos	atitude empreendedora
	plano de governo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda considerando o conjunto dos termos utilizados nesta fase, classificando-os como metadados, tornou-se possível a utilização de recurso visual conhecido como “nuvem de palavras” (Figura 12), que permite evidenciar aqueles que

se fazem mais presentes no cotidiano do universo pesquisado, seja como demanda, seja como necessidade.

Figura 12: Nuvem de palavras



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo a página eletrônica Infogram (2020), uma nuvem de palavras, também conhecida como nuvem de *tags*¹¹ ou texto, é uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ela é usada para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados. Quanto mais vezes uma palavra-chave estiver presente em um conjunto de dados, maior e mais forte será a palavra-chave. Para a construção da nuvem utilizou-se um recurso disponível na própria ferramenta de produtividade Microsoft® Word, utilizada para a edição deste trabalho.

Assim, a partir do resultado da representação visual demonstrada pela nuvem de palavras, foi possível realizar dois tipos de inferência.

¹¹ “Tag” em inglês quer dizer etiqueta. As *tags* na internet são palavras que servem justamente como uma etiqueta e ajudam na hora de organizar informações, agrupando aquelas que receberam a mesma marcação, facilitando encontrar outras relacionadas. (TECHMUNDO, 2020).

A primeira, identificar as palavras consideradas de maior relevância pela totalidade dos colaboradores participantes. Como é possível observar na figura 12, a palavra de maior destaque foi “dados”, que é altamente significativa para o trabalho de pesquisa aqui realizado, uma vez que se trata, em essência, de apresentar competências e habilidades para o tratamento adequado de informações e/ou de dados. Outra palavra colocada em destaque foi “governo”. Também de relevância para este trabalho, e que também trata de governança pública ou gestão governamental, no que tange ao gerenciamento e desenvolvimento de ações baseadas em um conjunto de informações sólidas. Demais palavras colocadas em destaque foram: “legislação” e “leis”, como base para o exercício do poder público; “processos”, como foco na organização dos fluxos de atividades da própria Secretaria e na sua relação com as demais secretarias; “economia”, em especial no que diz respeito a geração de emprego e renda; “atendimento” e “secretarias”, apontando para as solicitações dos setores socioeconômicos do município; “planejamento”, “foco”, “compromisso” e “retorno”, apontando para o aprimoramento de habilidades pessoais e coletivas em prol dos objetivos da Secretaria; e “tecnologia”, “inovação” e “empreendedorismo”, voltados para a criação de ambiente favorável ao desenvolvimento socioeconômico do município.

A segunda inferência que se propõe é a análise de palavras-chave que tiveram menos destaque e, portanto, aparecem com menor relevância. Palavras que possam ter seu grau de importância para a gestão de um órgão de administração pública, mas que ficaram em segundo plano. Termos como “transparência”, “orçamento”, “verba”, “demanda” tiveram poucas citações, o que sugere haver a necessidade de melhor definição de contexto de atuação da Secretaria. Muito embora, o simples fato de terem sido citadas possa suscitar possíveis encaminhamentos. E também termos como “capacitação”, “respaldo”, “agilidade”, “organização”, “pessoas”, “prioridades” e “suporte” podem fazer referência às condições de trabalho e estrutura. Neste caso, a exposição dessas expressões pode caracterizar necessidades prementes da Secretaria, mas que não tidas e havidas como prioritárias naquele momento.

De todo modo, a realização desta atividade permitiu melhor compreensão do universo pesquisado, suas bases, seu *modus operandi*, necessidades e demandas, e, fundamentalmente, para esta pesquisa, compreender o *status quo* de

tratamento de informações dentro do órgão, e assim idealizar um cenário de proposição de métodos e de análises.

- **Breve debate sobre o resultado da aplicação do diagrama:**

Após a consolidação dos termos mais relevantes, foi feita uma breve avaliação conjunta sobre a dinâmica aplicada e quais as impressões que cada colaborador teve ao participar.

Algumas das conclusões obtidas:

- 1) Foi possível ter um momento de pausa para reflexão sobre o trabalho exercido diariamente;
- 2) Foi possível, neste momento de pausa, dialogar com os demais parceiros, e entender de que maneira cada um contribui para um ambiente mais colaborativo;
- 3) Foi possível refletir sobre quais ações futuras poderiam ser tomadas, de acordo com os temas suscitados, de forma a propiciar um resultado mais efetivo e de qualidade ao trabalho exercido.

Passo 3: Entrevista

Deu-se continuidade ao processo metodológico tendo como instrumento de apoio o roteiro de entrevistas semiestruturadas. Significando um procedimento formal de se obter informações por meio da fala dos atores sociais, a entrevista foi aplicada junto à Secretária Municipal, no dia 09 de dezembro de 2019. Segundo Barros; Lehfeld (2000, p.58):

A entrevista semiestruturada estabelece uma conversa amigável com o entrevistado, busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, selecionando-se os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa.

Considera-se que a entrevista é uma oportunidade de conversa face a face, utilizada para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, ela fornece dados básicos para “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes,

valores e motivações” em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos. (MINAYO, 2008; CERVO; BERVIAN, 2007).

Foram 45 questões respondidas ao longo de quase 2 horas, e vários esclarecimentos quanto ao perfil de atuação da Secretaria, sua relação com os demais entes públicos, os métodos de gestão, a percepção da estrutura física e de recursos humanos, bem como os métodos de gestão utilizados pela secretária da pasta.

Porém, as questões (Apêndice A), centraram-se principalmente no processo informacional e comunicacional dentro da Secretaria, os recursos que dispõe e as limitações que são impostas, sendo as principais de natureza orçamentária e recursos humanos; e também como se dá o fluxo informacional dentro da Secretaria e desta com as demais secretarias municipais e o próprio gabinete do prefeito.

5.2.2 Resultados e interpretação

Conforme estabelecido para este estudo, como técnica de coleta de dados foram realizadas 3 etapas de exploração e observação, uma vez que, segundo Yin (2010), o uso de várias fontes de evidências nos estudos de caso permite que o pesquisador dedique-se a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. A vantagem mais importante, no entanto, é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação (YIN, 2001, p.121).

Desse modo, as três etapas consistiram na **pesquisa documental**, que possibilitou caracterização do universo pesquisado, compreendendo estrutura hierárquica, recursos humanos e propósito de atuação; a **observação direta**, que evidenciou aspectos rotineiros do fluxo operacional e, através de dinâmica permitiu o reconhecimento de demandas existentes e limitações organizacionais e administrativas; e a realização de **entrevista** com a gestora da secretaria, tendo como pauta principal a sua percepção do fluxo informacional dentro deste universo, conforme demonstra a figura 13.

Figura 13: Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

O fenômeno convergente, objeto de análise nas 3 etapas, e a ser identificado, foi o a análise do fluxo informacional, tendo como principal orientação o processo comunicacional dentro da instituição pública e com seus pares.

Assim, utilizando-se dos critérios de Bardin (2010) para organização de uma análise, sendo (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, procurou-se estruturar os resultados de forma a estabelecer um comparativo, em cada uma das fases, com os padrões e indicadores de competência em informação formulados por Belluzzo (2007), e, neste estudo, adaptados para o espectro da gestão pública. O objetivo foi identificar, por meio desses padrões, o nível atual de competências e o quanto ainda pode ser explorado.

Segue uma síntese das 3 etapas de pesquisa, balizadoras do processo de análise:

- **Etapa 1: pré-análise**

Tipo de pesquisa	Procedimentos
Pesquisa documental	Devido a estrutura reduzida da secretaria, e a dificuldade de agenda dos participantes, optou-se pela realização de levantamento das informações de forma eletrônica, para reconhecimento do universo de pesquisa, com as informações disponíveis primordialmente no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Bauru, onde se encontram os objetivos, missão e composição das secretarias que compõem a estrutura do poder público municipal.
Observação direta	Realizou-se reunião prévia, com os diretores, com o objetivo de estabelecer os pontos a serem avaliados, e como se dariam os encontros com os gestores e colaboradores. Cumprida esta etapa, definiu-se as agendas para os encontros, nos quais se realizariam os <i>workshops</i> e observação de processos internos.
Entrevista	Definição do formato e quais seriam os entrevistados. Optou-se por obter um ponto de vista da gestão, no que tange ao processo de tratamento da informação e dos meios comunicacionais, e que, para tanto, se utilizaria de entrevista semiestruturada com o gestor da Secretaria.

- **Etapa 2: exploração do material**

Tipo de pesquisa	Procedimentos
Pesquisa documental	Obtenção dos organogramas de prefeitura municipal, visando o entendimento do contexto em que se encontra a Secretaria, e da própria instituição para compreensão da estrutura hierárquica. Analisou-se também documentação eletrônica que expõe a missão da secretaria, e os projetos desenvolvidos. Assim, foi possível inferir sobre a estrutura da instituição e sua capacidade de atender os seus propósitos.
Observação direta	Realização de <i>workshop</i> utilizando-se o Diagrama Belluzzo®, que possibilitou a interação dos participantes com o processo da pesquisa e resultou na obtenção dos principais temas, os mais prementes para a instituição. Tanto no que diz respeito ao trabalho realizado cotidianamente, quanto as expectativas para melhoria da gestão.
Entrevista	A entrevista foi realizada diretamente com a gestora pública à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento. O foco de investigação se deu sobre o fluxo informacional dentro da própria Secretaria, o fluxo com as demais secretarias, assim como sobre os meios e formas de comunicação utilizados. Foi possível estabelecer um paralelo entre as demandas existentes e a capacidade de realização pela própria secretaria.

- **Etapa 3: tratamento dos resultados, inferência e interpretação.**

Tipo de pesquisa	Procedimentos
Pesquisa documental	Ao analisar a estrutura hierárquica, verificou-se a inexistência de padrões estabelecidos para tratamento de informação, tanto quanto no que diz respeito a estrutura da instituição e principalmente no que diz respeito à busca de informações. Em especial aquela que dizem respeito ao propósito de atuação da instituição, que são os dados socioeconômicos, como segue: 1. Não estava disponível inicialmente o organograma da instituição, que veio a ser apresentado posteriormente; 2. Inexistência de organograma da prefeitura de Bauru, que evidenciasse o contexto de atuação da Secretaria 3. Também foi constatada a inexistência de sistema e/ou ferramenta estruturados para análise de informações pertinentes à atuação da Secretaria.
Observação Direta	A observação direta permitiu a compreensão das principais características de atuação da instituição, voltada principalmente para o atendimento de demandas da iniciativa privada, tanto daquelas que já possuem seus estabelecimentos no município, quanto aquelas que pretendem se instalar na cidade de Bauru, com ações que possam resultar em projetos de inovação, e principalmente em melhorias para cidadão, no que diz respeito a emprego e renda. Há também iniciativas em parceria com órgãos privados, em especial que tratam de projetos de inovação, órgãos e públicos, que possam colaborar, por meio de projetos, com a gestão e performance da secretaria.
Entrevista	A entrevista com a Secretária (Apêndice A), propositadamente feita após as demais etapas, veio a corroborar as análises anteriores. Porém, expôs de forma substanciada as principais dificuldades encontradas no processo de gestão e atuação da Secretaria, assim como revelou importantes expectativas quanto a ampliação dessa atuação, em consonância com as demais áreas do poder público municipal e com as demandas sociais existentes.

- **Resultados das análises:**

A utilização dos critérios de Bardin (2010) e da triangulação de Yin (2010) entre os resultados coletados mediante a pesquisa documental, observação direta e entrevista estruturada para a composição da análise do universo de pesquisa, mostrou-se fundamental para a compreensão desse universo, principalmente no que diz respeito ao processo organizacional, à estrutura da instituição, à equipe envolvida e suas atribuições, e com o *modus operandi* da gestão.

Destacam-se dois aspectos, que foram percebidos e por vezes declarados pela equipe da secretaria: o primeiro é o número reduzido de pessoas para realização das atividades, e o fato de uma pessoa desenvolver atividades que não estão ligadas ao seu cargo ou função, para suprir as demandas da secretaria. O segundo, complementarmente ao primeiro, é que o colaborador não possui a qualificação ou o preparo necessário para o cargo. Estes dois aspectos foram corroborados na entrevista realizada com a Secretária (Apêndice A), que apontou, essencialmente, a falta de orçamento tanto para a contratação de profissionais qualificados quanto para a qualificação dos atuais servidores. O exemplo dado foi a contratação de um profissional qualificado para a área de turismo, ou de georreferenciamento, para os quais não houve aprovação.

O próprio organograma da Secretaria Municipal de Desenvolvimento aponta para a estrutura adequada. É perceptível, portanto, que se faz necessário o enfrentamento institucional deste ponto para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Outros pontos de dificuldades observados foram o espaço físico reduzido e as limitações tecnológicas. Mesmo assim, no que concerne ao tratamento da informação, da comunicação e da construção de conhecimento, foi possível perceber as limitações da Secretaria, observadas no processo de pesquisa.

Na questão do espaço físico há a dificuldade de melhor acomodação dos servidores e a falta de espaço adequado para a realização de reuniões, conferências, encontros, com representantes dos setores público e privado, e da sociedade em geral. Isto se revela como uma necessidade para potencializar o desenvolvimento das ações socioeconômicas necessárias ao desenvolvimento do município.

Já na questão da disponibilidade de ferramentas de tecnologia para armazenamento de dados, análise de informações e comunicação, percebeu-se também a limitação, restrita ao uso de softwares e aplicativos de produtividade não estruturados. Assim, se faz necessário relacionar dados de fontes distintas, mas que poderiam estar dispostos em uma única fonte, facilitando a sua convergência para análises, estudos e propostas de ações.

No que se refere à busca e tratamento da informação e a construção de conhecimento, foi perceptível as deficiências e dificuldades para o estabelecimento

de um fluxo informacional ou de uma base de consultas de dados perene que orientem para as ações da Secretaria. Nas palavras da secretária municipal (Apêndice A), antes do atual mandato tais bases eram inexistentes e passaram a ser consideradas desde o início, mas que ainda se encontra em processo, não avançando na velocidade esperada ou necessária. Mesmo tendo algum tipo de controle, como uma ficha técnica interna, não há nenhum procedimento eletrônico e sistêmico que garanta a fluidez da informação. Da parte dos colaboradores, houve relatos, quando da realização dos *workshops*, de que havia grande dependência do departamento de tecnologia da informação (TI) da Prefeitura Municipal, que é ligado à Secretaria de Finanças, mas que atende a todas as demais secretarias, gerando uma demanda reprimida e um processo moroso, na maioria das vezes.

Neste sentido, outra demanda apontada pelos colaboradores e que encontrou respaldo nas palavras da secretária, foi a necessidade de softwares específicos tanto para armazenamento quanto para uso da informação, que permita a construção de projetos de forma ágil, a partir de uma base histórica de fácil verificação. Há apenas os softwares de produtividade, como editor de textos ou planilha de cálculos. Portanto, sugere-se considerar o uso de tecnologias avançadas e mesmo interconectadas para melhor fluência da informação.

Assim, em que pese tais limitações, há de se registrar um número substancial de iniciativas da própria Secretaria que visam atender ao seu propósito de atuação e ao conjunto da sociedade, em destaque aquelas que possam propiciar inovação, emprego e renda. Mesmo assim, não há critérios pré-estabelecidos para definição de prioridades, assim como não há classificação para a priorização de informações. Observou-se que o principal critério são as demandas que surgem cotidianamente e seu grau de importância e viabilidade, podendo suplantarem outros projetos em andamento.

Encontra-se, assim, um ambiente com amplo espaço para se propor uma estrutura comunicacional e desenvolvimento de competências que visem não apenas fortalecer a atuação da instituição, mas antes, e sobretudo, qualificar os seus atores para o desenvolvimento pleno de propostas e ações, desde a sua elaboração, até a análise dos resultados obtidos.

Observou-se que o fluxo informacional está no centro das ações e decisões, pela carência de instrumental e competências adequados aos processos

internos. Não foi possível determinar se há orçamento específico e, havendo, qual o valor disponível para investimento em ferramentas de armazenamento de dados e análises estruturadas. Porém, tal investimento apresenta-se como fator primordial para alavancagem de ações fundamentadas em políticas públicas.

Na entrevista com a Secretária (Apêndice A) soube-se que há ações de *benchmarking* com outras prefeituras, destacando-se o papel das secretarias, em especial das Secretarias de Desenvolvimento. Este movimento permitiu à secretaria saber como as demais secretarias trabalham, como desempenham suas funções, como são estruturadas e o quanto produzem de resultados para o município. E assim trazer para o município conceitos de gestão e planejamento. Inclui-se as parcerias com as universidades como elemento de produção de conhecimento importante, útil e efetivo.

Neste sentido, e diante deste grau de reconhecimento e do conjunto de informações que esta pesquisa permitiu, estabeleceu-se 3 (três) variáveis de análise: **Demanda socioeconômica, Cidadania e Transparência.**

Com essas 3 variáveis construiu-se um processo de inter-relação entre o universo pesquisado, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os padrões de competência em informação e midiática, fatores norteadores deste trabalho, pelo seu contributo.

A partir de cada variável verificou-se quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável melhor se aplicam à gestão pública, em relação a objetivos socioeconômicos, e quais os padrões de competência em informação e midiática se aplicam ao gestor público, constituindo-se assim em importantes referenciais para o exercício do poder público.

Nos quadros 21, 22 e 23, a seguir, visualiza-se a composição da inter-relação.

Quadro 21: Variável demanda socioeconômica e a inter-relação com os ODS e padrões de competência em informação e midiática

Variável	ODS relacionados	Padrões COINFO relacionados	Indicador de desempenho
Demanda Socioeconômica		PADRÃO 1: O gestor público competente em informação e em mídia determina a natureza e a extensão da necessidade de informação ou de conteúdo midiático	1.1 Define e reconhece a necessidade de informação ou do conteúdo midiático
			1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação e/ou recursos midiáticos potenciais
			1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação ou do conteúdo midiático necessário
	ODS 8: Emprego digno e crescimento econômico	PADRÃO 2: O gestor público competente em informação e em mídia acessa a informação e ou conteúdo necessário com efetividade	2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistema de recuperação da informação para acessar a informação e ou conteúdo midiático necessário
			2.2 Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade
			2.4 Retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário
			2.5 Extrai, registra e gerencia a informação/ conteúdo e suas fontes/recursos midiáticos
	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	PADRÃO 3: O gestor público competente em informação e em mídia avalia criticamente a informação/contéudo e as suas fontes e/ou recursos midiáticos	3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação/contéudo obtidos
			3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação/contéudo e as fontes/recursos midiáticos
			3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições e ou outra característica da informação/contéudo
	ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	PADRÃO 4: O gestor público competente em informação e em mídia, individualmente ou como componente de um grupo, usa a informação/contéudo com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado	4.1 É capaz de sintetizar a informação/contéudo para desenvolver ou completar uma ideia ou argumentação
			4.2 Organiza a informação/contéudo utilizando estruturas e linguagens diversas
			4.3 Comunica os resultados com efetividade
	ODS 17: Parceria e meios de implementação	PADRÃO 5: O gestor público competente em informação e em mídia compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação/recursos midiáticos e acessa e usa a informação/contéudo ética e legalmente	5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas, socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação, a tecnologia e a mídia
			5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação/recursos midiáticos
			5.3 Indica as fontes de informação/contéudo nas comunicações do produto ou resultados

Quadro 22: Variável cidadania e a inter-relação com os ODS e padrões de competência em informação e midiática

Variável	ODS relacionados	Padrões COINFO relacionados	Indicador de desempenho
Cidadania	ODS 4: Educação de Qualidade	PADRÃO 1: O gestor público competente em informação e em mídia determina a natureza e a extensão da necessidade de informação ou de conteúdo midiático	1.1 Define e reconhece a necessidade de informação ou do conteúdo midiático
			1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação e/ ou recursos midiáticos potenciais
			1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação ou do conteúdo midiático necessário
		PADRÃO 2: O gestor público competente em informação e em mídia acessa a informação e ou conteúdo necessário com efetividade	2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistema de recuperação da informação para acessar a informação e ou conteúdo necessário
			2.2 Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade
			2.4 Retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário
			2.5 Extrai, registra e gerencia a informação/ conteúdo e suas fontes/recursos midiáticos
		PADRÃO 3: O gestor público competente em informação e em mídia avalia criticamente a informação/contéudo e as suas fontes e/ou recursos midiáticos	3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação/contéudo obtidos
			3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação/contéudo e as fontes/recursos midiáticos
			3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições e ou outra característica da informação/contéudo
	ODS 8: Emprego digno e crescimento econômico	PADRÃO 4: O gestor público competente em informação e em mídia, individualmente ou como componente de um grupo, usa a informação/ conteúdo com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado	4.1 É capaz de sintetizar a informação/contéudo para desenvolver ou completar uma ideia ou argumentação
			4.2 Organiza a informação/contéudo utilizando estruturas e linguagens diversas
			4.3 Comunica os resultados com efetividade
		PADRÃO 5: O gestor público competente em informação e em mídia compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação/recursos midiáticos e acessa e usa a informação/contéudo ética e legalmente	5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas, socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação, a tecnologia e a mídia
			5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação/recursos midiáticos
			5.3 Indica as fontes de informação/ conteúdos nas comunicações do produto ou resultados
	ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis		

Quadro 23: Variável transparência e a inter-relação com os ODS e padrões de competência em informação e midiática

Variável	ODS relacionados	Padrões COINFO relacionados	Indicador de desempenho
Transparência	ODS 4: Educação de Qualidade	PADRÃO 1: O gestor público competente em informação e em mídia determina a natureza e a extensão da necessidade de informação ou de conteúdo midiático	1.1 Define e reconhece a necessidade de informação
			1.2 Identifica uma variedade de tipos e formatos de fontes de informação potenciais
			1.3 Considera os custos e benefícios da aquisição da informação necessária
		PADRÃO 2: O gestor público competente em informação e em mídia acessa a informação e ou conteúdo necessário com efetividade	2.1 Seleciona os métodos mais apropriados de busca e/ou sistema de recuperação da informação para acessar a informação e ou conteúdo necessário
			2.2 Constrói e implementa estratégias de busca delineadas com efetividade
			2.4 Retrabalha e melhora a estratégia de busca quando necessário
	ODS 8: Emprego digno e crescimento econômico	PADRÃO 3: O gestor público competente em informação e em mídia avalia criticamente a informação/conteúdo e as suas fontes e/ou recursos midiáticos	2.5 Extrai, registra e gerencia a informação/ conteúdo e suas fontes/recursos midiáticos
			3.1 Demonstra conhecimento da maior parte das ideias da informação/conteúdo obtidos
			3.2 Articula e aplica critérios de avaliação para a informação/conteúdo e as fontes/recursos midiáticos
	ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura	PADRÃO 4: O gestor público competente em informação e em mídia, individualmente ou como componente de um grupo, usa a informação/ conteúdo com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado	3.3 Compara o novo conhecimento com o conhecimento anterior para determinar o valor agregado, contradições e ou outra característica da informação/conteúdo
			4.1 É capaz de sintetizar a informação/conteúdo para desenvolver ou completar uma ideia ou argumentação
			4.2 Organiza a informação/conteúdo utilizando estruturas e linguagens diversas
	ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	PADRÃO 5: O gestor público competente em informação e em mídia compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação/recursos midiáticos e acessa e usa a informação/conteúdo ética e legalmente	4.3 Comunica os resultados com efetividade
			5.1 Demonstra compreensão sobre as questões legais, éticas, socioeconômicas que envolvem a informação, a comunicação, a tecnologia e a mídia
			5.2 Cumpre as leis, regulamentos, políticas institucionais e normas relacionadas ao acesso e uso às fontes de informação/recursos midiáticos
	ODS 17: Parceria e meios de implementação		5.3 Indica as fontes de informação nas comunicações do produto ou resultados

Fonte: Elaborado pelo autor.

O fluxo operacional da inter-relação dessas três variáveis está exemplificado na Figura 14.

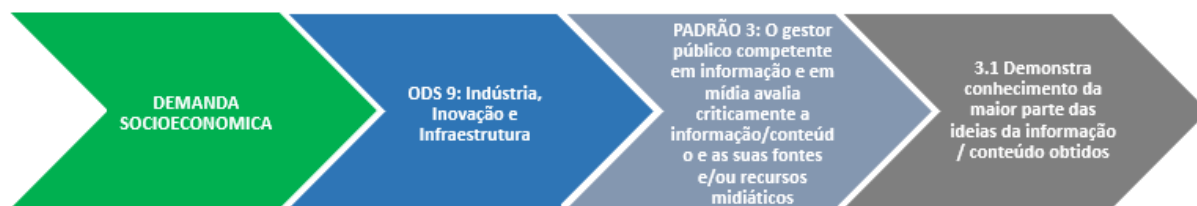
Figura 14: Infográfico da inter-relação entre variável de análise, objetivos de desenvolvimento sustentável e padrões de competência em informação e midiática sob a gestão pública



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, no quadro 21, cuja variável é a **demanda socioeconômica**, e o foco são os vários setores produtivos da sociedade, foram considerados fatores de inter-relação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 8 – Emprego digno e crescimento econômico; 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; e 17 – Parceria e meios de implementação; em inter-relação com os padrões de competência em informação e midiática adaptados e aplicados ao gestor público, e seus respectivos indicadores de desempenho, conforme exemplificado na Figura 15.

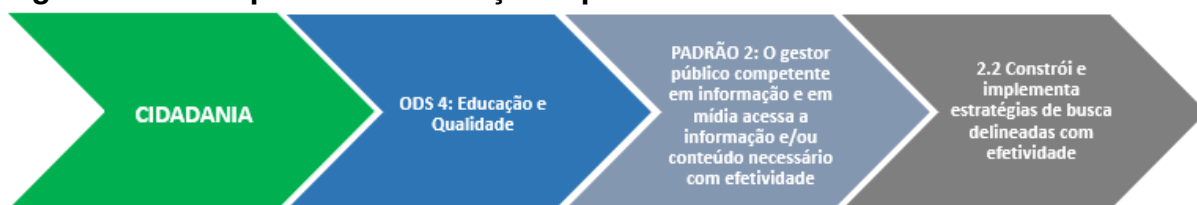
Figura 15: Exemplo de inter-relação a partir da variável Demanda Socioeconômica



Fonte: Elaborado pelo autor.

No Quadro 22, cuja variável é a **cidadania**, e o foco principal é o cidadão e rede de proteção social, foram considerados fatores de inter-relação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade; 8 – Emprego digno e crescimento econômico; e 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; em inter-relação com os padrões de competência em informação e midiática adaptados e aplicados ao gestor público, e seus respectivos indicadores de desempenho, conforme exemplificado na Figura 16.

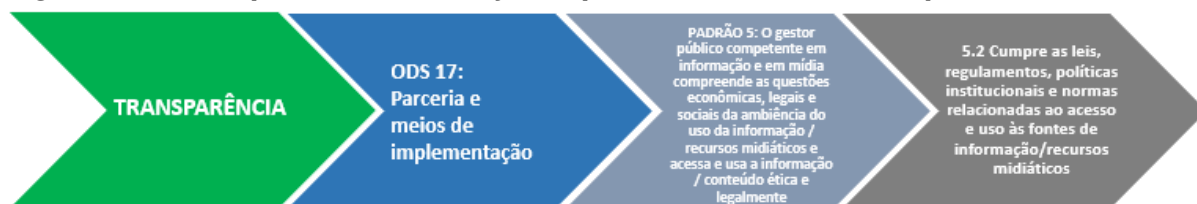
Figura 16: Exemplo de inter-relação a partir da variável Cidadania



Fonte: Elaborado pelo autor.

E no Quadro 23, cuja variável é a **transparência**, que se coloca como objetivo de todo gestor público, foram considerados fatores de inter-relação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 - Educação de Qualidade; 8 – Emprego digno e crescimento econômico; 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; e 17 – Parceria e meios de implementação; em inter-relação com os padrões de competência em informação e midiática adaptados e aplicados ao gestor público, e seus respectivos indicadores de desempenho, conforme exemplificado na Figura 17.

Figura 17: Exemplo de inter-relação a partir da variável transparência



Fonte: Elaborado pelo autor.

Depreende-se que estes objetivos estão em consonância com os propósitos de uma Secretaria de Desenvolvimento, e constituem importantes referenciais para o gestor público na determinação de ações e formulação de políticas públicas, ao se tratar de demandas socioeconômicas.

A partir dessa inter-relação é possível definir os padrões de competência em informação e midiática, que se constituem em referenciais para a prática da busca e do uso adequados da informação, fator determinante para a tomada de decisão do gestor público. Como exemplo da importância desse processo de inter-relação, no que se refere ao aspecto informacional e da transparência das decisões tomadas, foi possível identificar durante o processo de pesquisa a falta de uniformidade ou de critérios definidos para o armazenamento de dados, para o fluxo informacional, assim como para dar publicidade das decisões tomadas pela pasta.

Na pesquisa documental, a principal fonte de dados foi o portal da Prefeitura Municipal de Bauru, na página reservada à Secretaria de Desenvolvimento. Nela, apesar de existir uma área específica destinada às “notícias”, que reportam assuntos relacionados aos temas trabalhados pela pasta, não é possível identificar informações pertinentes às decisões tomadas, providências e/ou encaminhamentos, que poderiam resultar em maior transparência das decisões tomadas. Na etapa de observação direta essa percepção é corroborada, quando se identifica pouca preocupação em dar vazão aos atos, e mais preocupação em obter e estruturar informações. Nas palavras da Secretária, em entrevista (Apêndice A), há várias afirmações que confirmam o cenário. Quando diz que “há dificuldades em classificar informações” ou quando diz que “não há um padrão de divulgação”.

De acordo com os padrões de competência em informação e midiática, como apresentados no Quadro 10 (p. 67), o item 1.3.1, prevê como resultado desejável à atuação do gestor público determinar “a disponibilidade da informação necessária”, e tomar “decisões sobre as estratégias de acesso à informação e o uso de serviços de informação e qual a mídia adequada (p.ex.: legislação, informes oficiais, utilização de fontes locais, obtenção de imagens, vídeos, textos ou registros sonoros, etc.). Já, se observarmos o guia proposto por Joppert; Silva (2012), no Quadro 8 (p. 46), encontra-se a orientação que prevê a comunicação de resultados.

Um outro exemplo se refere à organização das informações e sobre como são dispostas para efetiva tomada de decisão. Nesse ponto, trata-se essencialmente

do propósito deste trabalho, que é apontar a importância de formulação de indicadores socioeconômicos para fundamentação de tomadas de decisão. Observando o material pesquisado, avaliou-se que ainda há um processo de desenvolvimento de competências a se percorrer. Por meio da observação direta, notou-se a ausência de planejamento, que norteie as ações a serem tomadas. “Planejamento” e “compromisso” foram *tags* expostas pelos próprios colaboradores, assim como pela Secretária da pasta, quando diz que “muitas informações são comunicadas de maneira informal”. Nota-se assim a falta de estruturação para o manejo de dados, ao reconhecer que não os classifica por prioridades e não há nem mesmo um procedimento padrão estabelecido formalmente. Tais situações ficam evidentes quando confrontadas novamente com o Quadro 10 (p. 67), que versam sobre os padrões de competência em informação e midiática, nos itens 2.2.1, que versa sobre o desenvolvimento de “um plano apropriado de consultas aos sistemas de recuperação da informação e/ou método de busca da informação ou de conteúdo midiático”; 3.3.4, que trata sobre “a informação/conteúdo que traz evidências para a necessidade/demanda ou outra informação ou conteúdo necessário”; e ainda o item 4.1.1, que aponta para a organização da “informação/conteúdo, utilizando esquemas ou estruturas diversas”. Já no Quadro 11 (p. 79), que apresenta uma proposição conceitual de indicadores aplicáveis para cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas esferas dos governos municipais, o item 17.18 (p. 91) destaca a meta de “até 2020, melhorar as capacidades municipais, visando a aumentar de forma significativa a disponibilidade de dados oportunos, confiáveis, e de alta qualidade, desagregados por grupos de renda, gênero, idade, raça, origem étnica, condição migratória, deficiência, localização geográfica e outras características pertinentes nos contextos municipais”.

Portanto, estabelecer esta inter-relação se constitui em importante referencial para a determinação de procedimentos informacionais que tragam uniformidade, agilidade e confiabilidade na informação, e até mesmo base estruturante para instauração de padrões de qualidade e de uma cultura de *compliance*.¹²

¹² O termo *compliance* tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido, ou seja, estar em “*compliance*” é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos (JUSBRASIL, 2014)

Reconhecer a importância e entender tais padrões como ferramenta necessário à gestão pública, contribui para a o tratamento adequado das informações, na busca, no uso e na disseminação, mas também pode ser balizador para definição de processos internos e externos, contratação de serviços, estruturação de equipe, aquisição e utilização de *hardwares* e *softwares*, formatação de espaços, formação de grupos de trabalho, busca de qualificação.

Diante do exposto, foi possível elaborar e apresentar uma modelagem conceitual com base no referencial teórico e nas análises dos resultados obtidos, a qual se descreve a seguir.

5.2.3 Modelagem conceitual para o desenvolvimento do processo de pesquisa simplificado para construção de indicadores socioeconômicos locais

Com base nas premissas dessa dissertação e no referencial teórico utilizado para elaboração da mesma, e com especial destaque para a área da competência em informação e midiática, procuramos estruturar um modelo de aplicação de pesquisas simplificado, que, na ausência de referencial científico adequado, possa auxiliar os gestores públicos, nos seus vários níveis, a extraírem informações de determinada população de interesse para formulação de suas estratégias de atuação.

Não é exagero ressaltar que há inúmeros métodos e estudos científicos para a exata elaboração de pesquisas e composições de indicadores, em suas mais diversas modalidades, como foi apontado neste trabalho. Entretanto, a modelagem aqui apresentada se propõe a servir como um guia, um primeiro norteador, para a estruturação básica de informações, dada a inexistência de qualquer ferramenta consistente para este fim no estudo de caso dessa dissertação, conforme se pôde apurar. Portanto, independentemente deste roteiro, recomenda-se o aprofundamento de estudos científicos na área de pesquisas aplicadas, com a utilização de literatura especializada, muitas das quais indicadas neste trabalho de dissertação, bem como contatos e diálogos com profissionais capacitados.

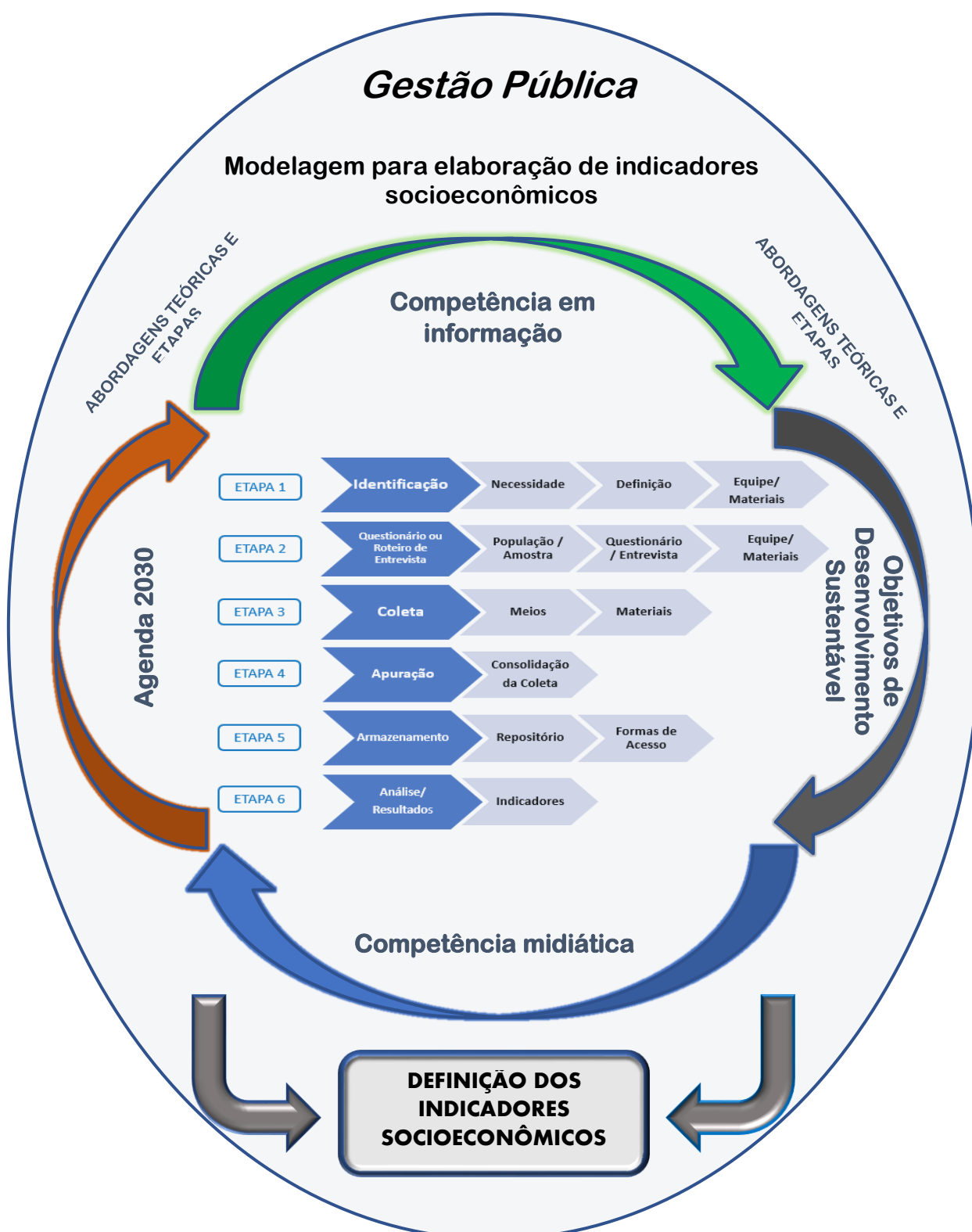
Pode-se ainda considerar esta modelagem como uma prévia, ou um validador para a incursão em projetos de pesquisas mais elaboradas, com toda a cientificidade que estas requerem.

Considera-se importante reforçar que o gestor público ou servidor, pode valer-se de ferramentas disponíveis para adequação de suas demandas, seja por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como proposto pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2016), e descrito no Quadro 11 deste trabalho; seja pelos padrões de competência em informação e midiática, como descrito no Quadro 10 deste trabalho.

No entanto, como já evidenciado nos Quadros 21, 22 e 23, a partir de variáveis de análise baseadas na construção de pressupostos elaborados por diversos autores, descritos na página 102 deste trabalho, aqui se propõe a inter-relação de ambos, permitindo uma conjunção de norteadores, identificando em qual variável o objeto de pesquisa melhor se adequa, assim como o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que melhor se aplica e, por fim, se orientar pelos padrões de competência em informação e midiática mais adequados ao objeto de análise.

Após esta breve explicação e feitas as ressalvas necessárias, apresenta-se a seguir a modelagem conceitual de pesquisa simplificada, o qual está distribuído em 6 etapas (Figura 18) a serem percorridas, e, que, ao final, torne possível colocar à disposição do gestor informações básicas para a condução de suas atividades e tomada de decisões.

Figura 18: Modelagem Conceitual para a Construção de Indicadores Socioeconômicos sob a ótica da Competência em informação e Midiática, Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentado este cenário, segue uma breve descrição de cada uma das etapas, com os elementos que devem compor o processo:

- **ETAPA 1: Identificação**

Nesta etapa inicia-se o processo de identificação do universo sobre o qual se deseja obter informações mais detalhadas, avaliando a real necessidade e definindo os motivos e os objetivos da pesquisa – identificação e elaboração de indicadores socioeconômicos. É um processo de *brainstorming*, ou formulação das hipóteses iniciais a serem trabalhadas, e que deverá nortear suas ações e todas as demais etapas. Opcionalmente, sugere-se a utilização dos guias de “Indicadores de Gestão” do Portal Gespública, apresentados no Capítulo 2 deste trabalho, que oferecem importantes subsídios e orientações como referencial.

- **Necessidade:** aqui se faz os primeiros questionamentos, começando por avaliar a real necessidade de iniciar um processo de investigação. Questões que sejam precedidas das interrogações “o quê”, “quem”, “quando”, “onde”, “porque”, “como”, p.ex., são importantes para a definição do processo. A sugestão de referencial de apoio para esta etapa repousa em Joppert:Silva (2012), com as adaptações necessárias ao seu guia. A necessidade pode ter origem em demandas internas ou externas que, por sua vez e por isso mesmo, podem se deparar com diferentes complexidades;

- **Definição do Objeto:** uma vez validada a necessidade da pesquisa, e baseada nas respostas obtidas, inicia-se o processo de definição do objeto a ser investigado, que deverá encaminhar os elementos que irão compor o processo, e que essencialmente auxiliará na formulação do questionário. Este deverá conter as questões necessárias para a composição da informação que se deseja obter ao final. Nesta etapa sugere-se a utilização do Diagrama Belluzzo® pois, como já se pôde observar, estabelecendo-se uma questão primária para o fenômeno que se deseja investigar, fornece as principais palavras-chave e argumentos para a formulação do questionário (BELLUZZO,

2007). É nesta etapa que se toma a decisão de realizar a pesquisa ou não. Também é importante definir se será uma pesquisa qualitativa ou quantitativa. Malhotra (2006, p. 750) define **pesquisa qualitativa** como sendo uma “metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema”. O mesmo autor define **pesquisa quantitativa** como uma “metodologia (...) que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”. (MALHOTRA, 2006, p. 750) – grifo nosso. Esses elementos contribuem tanto para a definição do objeto quanto para a definição dos passos seguintes da pesquisa.

- **ETAPA 2: Questionário ou roteiro de entrevista**

Uma vez tomada a decisão pelo prosseguimento da pesquisa, inicia-se o processo de preparação da mesma, atentando para os seguintes pontos:

- **População / Amostra:** após o processo de avaliação da necessidade ou definição pelo prosseguimento da pesquisa, possivelmente já se saiba quais elementos se deseja investigar. No entanto, será preciso definir com clareza qual a população e a amostra dessa população a ser pesquisada. Silva (2019) define **população** como o conjunto de pessoas que apresentam características próprias, e **amostra** como sendo um subconjunto da população, fração ou uma parte do grupo (grifo nosso). A importância de se definir população e amostra se deve ao fato de impactar diretamente nos fatores **tempo** de execução e **custo** da pesquisa. Estes dois fatores são decisivos para a continuidade do projeto de pesquisa: dependendo do prazo que se exige ou do valor disponível para o custeio, a pesquisa poderá prosseguir ou não. Aplica-se aqui, com adaptações, o guia de Joppert; Silva (2012);
- **Questionário ou roteiro de entrevista:** Para esta etapa, utiliza-se também os questionamentos de Joppert; Silva (2012), p. 45 e 46, que

permite saber como e onde será possível coletar as informações necessárias. Assim, sugere-se a utilização de técnicas do questionário ou o roteiro de entrevista, que se constituem instrumentos de coleta de dados junto ao universo a se pesquisar. Segundo Gil (2011, p. 121), “o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações”. Ainda, para sua aplicação, Malhotra (2005), afirma que existem duas estruturas de perguntas: **perguntas estruturadas** – são aquelas que pré-especificam o conjunto de respostas alternativas e o formato de resposta. Uma pergunta estruturada pode ser de múltipla escolha, dicotômica (duas escolhas) ou uma escala; e **perguntas não – estruturadas** – São perguntas abertas, que os entrevistados respondem com suas próprias palavras. São chamadas também de perguntas de resposta livre. Para a formulação do questionário ou roteiro de entrevista é preciso haver definido a população e a questão/problema a ser evidenciada. Nesse sentido, o questionário pode contar com o apoio da aplicação do Diagrama Belluzzo® (BELLUZZO, 2007) uma vez que auxilia na identificação das principais palavras-chave a se utilizar para composição das questões.

- **Equipe / Materiais:** Uma vez definidos o universo a ser pesquisado e o questionário, será preciso decidir quem estará envolvido no processo de pesquisa. Aqui também pode-se utilizar e adaptar o guia de Joppert; Silva (2012). O número de pessoas envolvidas constitui item importante a se considerar e que afeta diretamente os fatores prazo e custo, assim como os materiais a serem utilizados, que serão determinados pelo tipo e forma da pesquisa a se realizar. Um exemplo prático é definir se a coleta de dados será feita por meio de formulários eletrônicos ou impressos, ou os dois. A definição impactará diretamente no orçamento e nos prazos para aplicação;

- **ETAPA 3: Coleta**

A coleta de dados pode ser considerada o principal momento de uma pesquisa para a identificação e elaboração de indicadores socioeconômicos, uma vez que é no campo, de posse do pesquisado, onde se encontram as informações que se busca. No entanto

- **Meios:** é preciso ter em conta se serão utilizados pesquisadores de campo, ou será utilizado um formato que permita ao pesquisado responder a qualquer tempo, dentro de um prazo estipulado, como uma interface eletrônica, por exemplo. Esta definição também impacta nos fatores prazo e custo, sendo que a possibilidade da pesquisa de campo pode ter um custo maior, mas ser executada em prazo menor, por ser ativa, ou seja, o pesquisado é induzido a responder a partir da concordância em fazê-lo; e a pesquisa em portal eletrônico pode ter um custo menor, mas necessitar de prazo mais extenso, por depender da motivação do pesquisado para acessar e responder às questões. Para dirimir possíveis dúvidas, sugere-se a utilização de um pré-teste. Segundo Malhotra *et al* (2005), o pré-teste consiste em testar o questionário em uma amostra pequena de entrevistados, para identificar e eliminar possíveis problemas. Feitas as correções tem-se a validação do questionário, que está pronto para aplicação.
- **Materiais:** dependendo do modelo de coleta a ser definido, será a escolha dos materiais e/ou equipamentos a serem utilizados. Aqui há muitas possibilidades, e deve levar em conta os fatores tempo, orçamento e tipo de público a ser pesquisado. De todo modo, seja por meio impresso ou eletrônico, deverá ser elaborado um formulário. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.100), “o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”. Em relação aos meios eletrônicos, é possível aplicar o questionário através de ferramentas como formulários eletrônicos, sendo o mais conhecido o Google® Forms, que permite o envio do questionário por e-mail a um número ilimitado de pessoas, ou mesmo

direcionar o envio para um grupo seletivo. No caso da pesquisa de campo é possível a utilização de aplicativos próprios, que permitem a inserção das questões e, uma vez respondidas, executam a consolidação dos dados. Esses dados podem ser transmitidos para uma central de informações de forma *online*, mediante uma conexão de internet.

- **ETAPA 4: Apuração**

- **Consolidação da coleta:** este é o momento em que se realiza a apuração das informações colhidas no processo de pesquisa. Caso seja uma pesquisa quantitativa, haverá a consolidação em números e percentuais. Caso seja uma pesquisa qualitativa, a consolidação poderá se dar por fatores pré-definidos. Para Castanheira (2008, p. 16), antes de se iniciar a apuração dos dados obtidos na pesquisa, deve-se proceder à crítica dos mesmos, ou seja, descartar aqueles dados que foram fornecidos de forma errônea. Por exemplo, questionários respondidos pela metade não deverão ser levados em consideração. Nessa etapa resumimos os dados por meio de sua contagem, de separação por tipo de respostas e de agrupamento de dados semelhantes. É o que se denomina tabulação de dados.

- **ETAPA 5: Armazenamento**

- **Repositório:** uma vez consolidados os dados da pesquisa, será preciso definir onde esses dados coletados serão armazenados. É preciso considerar que a própria consolidação se dê no repositório onde ficará armazenado. Caso contrário, é importante que haja uma definição do processo de armazenamento, para segurança das informações. Segundo Elmasri e Navathe (2005, p. 3), um banco de dados é uma coleção de dados relacionados. Os dados são fatos que podem ser gravados e que possuem um significado implícito. Ainda segundo os autores, a construção de um banco de dados é o processo de armazenar os dados em alguma mídia apropriada controlada pelo sistema gerenciador de banco de dados (SGBD). A manipulação inclui algumas

funções, como pesquisas em banco de dados para recuperar um dado específico, atualização do banco para refletir as mudanças no minimundo e gerar os relatórios dos dados. O compartilhamento permite aos múltiplos usuários e programas acessar, de forma concorrente, o banco de dados.

- **Formas de acesso:** o processo de armazenamento também leva à definição das formas de acesso. É preciso definir quem terá acesso, como este acesso se dará e quais os limites deste acesso. Pode ser um acesso restrito ou um acesso aberto. O acesso é importante para que se torne fonte de consultas dos colaboradores e interessados, de acordo com o seu perfil de acesso. Outro ponto a se considerar é a transparência do acesso. Este ponto está explicitado no Quadro 23 deste trabalho, dentro da variável de análise Transparência, no Padrão 5 de competência em informação e midiática.

- **ETAPA 6: Análise dos Resultados**

- **Indicadores: uma vez armazenados e estabelecidos os níveis de acesso,** atinge-se o principal objetivo do processo de pesquisa, que consiste em avaliar os dados colhidos. Seja de forma manual ou digital, sendo que é neste momento em que os dados se transformam em informações e, por sua vez, em conhecimento. A formulação de indicadores, seja em tabelas, seja em gráficos, é o objeto que permitirá ao gestor tomar uma decisão em termos de como agir para alcançar os resultados desejados. Para a composição dos indicadores sugere-se a utilização do guia “Indicadores – Orientações básicas aplicadas à gestão pública” (BRASIL, 2012). Também como elemento de apoio, ou mesmo de direcionamento, também sugere-se a utilização dos “Indicadores aplicáveis em governos municipais por ODS” (CNM, 2016), conforme demonstrado Quadro 11.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa dissertação foi oferecer um conjunto de considerações sobre a formulação de políticas públicas e indicadores, sob a ótica da Competência em Informação e Midiática (Coinfo), e de como esta área de conhecimento pode contribuir para resultados efetivos de governança do poder público, em todas as suas esferas, mas em especial, do poder público municipal, no desenvolvimento de ações locais, uma vez que o estudo de caso deste trabalho foi a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda de Bauru (SEDECON), que em audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Bauru, apresentou demandas no campo de estruturação de informações socioeconômicas, que possibilitassem atender as demandas constantes surgidas do conjunto da sociedade.

Verificou-se que o atendimento de tais demandas não apenas é necessário, mas essencial, tanto quanto a configuração de ferramental próprio em moldes que ofereçam autonomia à Secretaria para definir, avaliar, estruturar e desenvolver suas próprias pesquisas e análises. E também compor uma massa de dados que possibilitem a construção de base histórica de dados estatísticos, de modo a construir uma linha do tempo que possibilite avaliar criteriosamente os efeitos e impactos das ações que desenvolve.

Assim, delimitou-se o estudo em tópicos, que pudessem evidenciar o campo de conhecimento no desenvolvimento de indicadores, necessário para o atendimento dessa frente.

Neste ponto, vale uma ressalva: muito embora tenha se considerado a importância de fundamentar o presente trabalho contextualizando o atual cenário político e institucional brasileiro, dada a natural capacidade que o Estado têm de impactar e influenciar diretamente na vida do conjunto da sociedade, no tecido social e nas estruturas sociais, optou-se por passar ao largo de tal cenário, considerando que as ações de Estado devem sempre levar em conta o bem-estar dos seus cidadãos. Portanto, precisam estar acima e em primeiro lugar nas decisões e encaminhamentos dos gestores públicos, e só por estes, e a qualquer tempo. Como descreve Queiroz (2018), o Estado é resultado do pacto firmado em nível constitucional em cada país, e, no caso brasileiro, sua finalidade é: a) satisfazer

necessidades humanas; b) estruturar as interações e relações sociais; e c) determinar, mediante regulação, os processos de tomada de decisão. É, senão o maior, um dos maiores avanços civilizatórios da humanidade e que permite que as relações sociais se deem sob a proteção de instituições e pautadas pelo interesse coletivo, independentemente da vontade ou humor do governante de plantão.

Diante dessa premissa, o foco central se deu no contexto dos temas apresentados, considerados pertinentes à proposta de pesquisa, e também na avaliação dos postulados sobre cada um deles, não tendo, por óbvio, a pretensão de esgotá-los, haja vista a profusão de estudos e análises científicos já gerados, por inúmeras instituições e pelos mais diversos estudiosos e autores.

A proposta de pesquisa foi estabelecer um conjunto de informações que permita ao gestor público formular políticas públicas locais por meio de indicadores socioeconômicos. Assim, a presente dissertação procurou trazer à luz um breve histórico tanto no que se refere a Políticas Públicas, a Agenda 2030, e essencialmente sobre a Competência em Informação e Midiática, este como importante instrumento de estruturação e apoio ao fluxo informacional e suas decorrências, e como um “orientador” para o uso e manejo da informação, aqui adaptado para a gestor público. Utilizou-se um amplo referencial bibliográfico, disponível para cada um dos temas, o que também trouxe o desafio de buscar compor o melhor quadro de evidenciação de ideias e postulados estruturantes para a realização da pesquisa.

Em princípio, procurou-se trazer o cenário de “públicas” no Brasil, mas não sem considerar alguns preceitos formulados e praticados em outros países, em suas origens. Concluiu-se que o tema foi objeto de análise mais efetiva a partir dos primórdios do século XX, e que os eventos de transformação social muitas vezes decorreram de suas implementações, ou até mesmo de não implementações.

Diante desta contextualização, procurou-se avaliar o instrumental de apoio à tomada de decisão dos gestores públicos, em especial a geração de indicadores socioeconômicos, como ferramenta de evidenciação das principais necessidades e carências sociais, e da busca do equilíbrio por meio de ações assertivas amparadas nos estudos que deles decorrem. Foi possível perceber que há amplo material disponível para a composição dos mesmos, com tutoriais detalhados, prontos para validação e aplicação, de acordo com a realidade de cada

Nesse sentido, vale dizer que a pesquisa de campo mostrou as estruturas dos entes públicos na cidade de Bauru com severas limitações no que tange a burocracia e composição de recursos humanos e orçamentários. Nas palavras da Secretária Municipal (Apêndice A), a SEDECON possui o menor orçamento da prefeitura, quando deveria não ser.

Durante o processo de pesquisa de campo houve dificuldades previsíveis, como:

- ✓ ausência ou difícil acesso ao material documental, tendo o pesquisador que aguardar por tempo indeterminado a sua obtenção, e por isso mesmo se utilizando de informações disponíveis por meios eletrônicos, nem sempre atualizados;
- ✓ disponibilidade de agenda dos servidores que participaram deste estudo, compreensível, dada a limitação da estrutura que a compõe;
- ✓ limite reduzido de tempo para as reuniões, haja vista os inúmeros afazeres dos servidores, também decorrente da estrutura da própria secretaria.

Cabe ressaltar que nenhuma das dificuldades encontradas ocorreu por falta de boa vontade ou resistência dos servidores com o pesquisador. Ao contrário, apesar de tais dificuldades, sempre houve boa receptividade e tratamento.

Em termos de tratamento de dados a SEDECON utiliza ferramentas de produtividade comuns, como planilhas e editores de textos; e redes sociais para comunicação entre si, além de ferramentas convencionais como telefone, telefone celular e anotações, tendo, no máximo, formulários internos para exercer algum controle de suas rotinas.

É neste ponto que se identificou a importância de uma abordagem baseada na competência em informação e midiática (Coinfo), como forma de possibilitar e de fato propor que se instale um novo conceito comunicacional entre os seus servidores, e destes para com os demais entes públicos e a sociedade. “A Coinfo capacita os indivíduos para o acesso, a seleção, a gestão e a avaliação da informação à vida profissional, social ou pessoal”. (BELUZZO; FERES, 2015).

Dentro do processo de pesquisa, para a realização da observação direta, foi organizado o workshop de apresentação do Diagrama Belluzzo®, como uma ferramenta de auxílio no estabelecimento de pontos norteadores e identificação de termos comuns (palavras-chave) para uma questão/problema, que conduzam para a proposição de soluções. Este foi o momento de maior interação entre o pesquisador e os colaboradores. Mas, também, como é próprio da dinâmica de aplicação da ferramenta, houve grande interação entre os próprios colaboradores, que enxergaram na sua utilização um facilitador, e que, por sua fácil aplicação, mas com resultados condizentes com a realidade, pode vir a fazer parte de sua rotina de trabalho.

Como resultado do processo de pesquisa, procurou-se oferecer uma contribuição para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e outros, que é um modelo simplificado, um passo-a-passo, para a construção de informações, ou mesmo de indicadores. Sempre ressaltando que tal modelagem não possui a cientificidade do campo da Pesquisa Aplicada, e, por isso mesmo, é tratada como uma modelagem conceitual, que ofereça condições de criar espaços de conhecimento, no âmbito da informação, dentro da própria organização, bem como, a partir deste conhecimento, propiciar a abertura de canais de comunicação com outros entes que contribuam para o seu propósito.

A proposta da modelagem conceitual procurou abordar os tópicos temáticos apresentados nesta dissertação, quais sejam: a esfera da gestão pública, como um grande guarda-chuva, tendo sob seu espectro a orientação de variáveis de análise, que apontam para diretrizes estabelecidas pelo Agenda 2030 (ONU, 2015), amparadas por padrões de competência em informação e midiática, que por sua vez apresentam indicadores comportamentais para o acesso, manejo e armazenamento da informação.

Essa inter-relação se pretende como um importante referencial a ser considerado, pela importância e esforço que pensadores, estudiosos e cientistas empregaram na concepção de seus tópicos temáticos. A Agenda 2030 foi referendada pela totalidade de seus países-membros, que trouxeram as demandas de seus agentes sociais. A área de estudo da Competência em Informação e Midiática traz relevantes contribuições na área do conhecimento e da informação, em âmbito supranacional, tão fundamental na era da transformação digital, que nos desafia a ressignificar as relações humanas.

Espera-se que essa modelagem encontre ressonância entre os atores a quem ela se dirige, e sofra, pela própria dinâmica do processo comunicacional, adaptações, atualizações, ajustes, evoluções, sempre no sentido de proporcionar eficiência e transparência na esfera de atuação do poder público que, ao fim e ao cabo, atinge direta e/ou indiretamente o conjunto da sociedade.

Também resultante do processo de construção desta pesquisa, e nas reuniões que se seguiram, surgiu o propósito de construção de uma plataforma de indicadores socioeconômicos, que ganhou vulto a partir da necessidade de investimentos em pesquisa, para o qual a SEDECON, ou o poder público municipal como um todo, não possuía orçamento próprio. Porém, a própria Secretaria trouxe para o contexto da pesquisa, a participação da Associação de Empresas de Serviços de Tecnologia da Informação de Bauru (ASSERTI), que colocou à disposição ferramentas de coleta de dados e construção de indicadores (*business analytics*). Assim, surgiu o projeto denominado “Panorama Bauru”, que, basicamente se propõe a ser uma plataforma de integração de dados socioeconômicos em ambiente único, com a pretensão de se tornar uma ferramenta útil para a gestão municipal, para as organizações públicas e privadas e para a sociedade em geral, de forma independente mas associada a estes agentes. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de elaboração e foi classificado para participar do processo de mentoria no recém-inaugurado Centro de Inovação Tecnológica de Bauru (CITeB)¹³, sediado nas dependências da Unesp de Bauru, com previsão de início em março de 2020, e que tem como proposta ser “um estimulador de novos empreendimentos e integração entre a universidade, governo, órgãos de fomento ao empreendedorismo e à inovação e novos negócios que surgem com o apoio desses agentes”. O projeto “Panorama Bauru” também é objeto de tese de doutorado em andamento, no que diz respeito aos aspectos técnicos, que está em fase de prototipagem e com conclusão prevista ainda para o ano de 2020, pontuando a transversalidade disciplinar dentro da universidade, própria da sua natureza e em consonância com sua finalidade.

O desenvolvimento desta dissertação para graduação de mestrado, dentro do Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia da Unesp de Bauru (PPG MiT), se mostrou desafiador por envolver tanto a universidade quanto atores do setor público e do setor privado. Diante desse envolvimento, espera-se que possa trazer

¹³ <https://www.faac.unesp.br/#!/citeb>

sua contribuição, como um constructo para reflexão crítica e produtiva, em prol de benefícios reais e perenes para o cidadão e para a sociedade.

Por fim, conclui-se que a cidade de Bauru necessita urgentemente da elaboração de um plano de desenvolvimento que projete a cidade para o futuro. Um projeto que se baseie na formulação de políticas públicas para toda a totalidade da sua população; um projeto que defina etapas e permita o acompanhamento *pari passu* da sua realização e sua assertividade. E para isso, o investimento e a realização de constantes pesquisas, de censos, de medições através de indicadores sociais e econômicos, se fazem necessários.

Em uma frase do grande geógrafo brasileiro Milton Santos, “o mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”. E é neste sentido que este trabalho espera, pretensamente, deixar sua humilde contribuição.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br>>. Acesso em: 08 jan. 2019

AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n.5, p.723-45, set./out. 2002.

ALBINO, J. P. Kmauditbr: Uma estrutura para avaliação de sistemas de gestão do conhecimento. In: **Conferência Internacional de Integração de Sistemas**, IV - ICSI 07. Brasília, 2007.

ALBINO, J. P.; HEINHARD, N.; SANTANA, S. O uso da tecnologia de informação como apoio à adoção da gestão do conhecimento nas organizações: uma proposta de categorização. **Revista do CCEI-Centro de Ciências da Economia e Informática**, v.12, n.21, p.52-60, 2008.

AZEVEDO, M.L. **Uma abordagem para um plano de gestão de fluxo de dados na TV UNESP**. 2013 103 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento) - FAAC - UNESP, Bauru, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BARRETO, A.A. **A questão da informação**. São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v.8, n.4, p.1, 1994.

BARROS, A.J.I.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron, 2000.

BAURU. Câmara Municipal de Bauru. **Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara Municipal de Bauru**. 2018. Disponível em: <https://www.bauru.sp.leg.br/imprensa/noticias/secretarias-da-prefeitura-apresentam-necessidades-para-professores-e-pesquisadores-de-bauru/>. Acesso em 20. ago.2019.

BAURU. **Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Renda**. Disponível em: <http://www2.bauru.sp.gov.br/sedecon/>. Acesso em: 10. dez.2018b.

BAURU. **Prefeitura Municipal de Bauru**. Disponível em: <http://www2.bauru.sp.gov.br/>. Acesso em: 10. dez.2019.

BELLUZZO, R. C. B. **Relatório final apresentado ao Programa de Pós-Doutorado em Gestão Escolar**. Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2003.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, R. C. B. **O desenvolvimento da competência em informação com apoio de mapas conceituais sob o enfoque das tecnologias digitais interativas**. Campinas: UNICAMP, 2008.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: vivências e aprendizado. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (Org.). **Competência em informação: das reflexões às lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 58-74.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Competência em informação, redes de conhecimento e as metas educativas para 2021: reflexões e inter-relações. In: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (Orgs.). **Redes de conhecimento, competência em informação: interfaces de gestão, mediação e uso da informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p.1-36.

BELLUZZO, R.C.B. Competência em informação (ColInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de Rosto**, Fortaleza, v.4, n. 1, p. 15-24, jan./jun., 2018.

BELLUZZO, R.C.B. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. CNPq. **Censos**. 2002. Disponível em: <<http://plsql1.cnpq.br/censos/perguntas/perguntas.htm>>. Acesso em: 21 dez.2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005**. Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Mapeamento bibliográfico sobre o estado da arte sobre indicadores de gestão**. Brasília: MP, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília: MP, 2009b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores: orientações básicas aplicadas à gestão pública**. Brasília: MP, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**, Brasília: TCU, 2014.

BRUCE, C. S. Workplace experiences of Information literacy. **International Journal of Information Management**, v.19, p.33-47, 1999. Disponível em: <<http://www.personal.kent.edu/~wjrobert/images/WorkplaceInfoLit.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

BUSH, V. **Science**: the endless frontier. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>>. Acesso em: 10 dez.2019.

CALMON, P. C. D. P.; COSTA, M. M. **Análise de políticas públicas no Brasil**: estudos sobre a formação da agenda governamental. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 20 dez.2019.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CARTA de Marília sobre a competência em informação. Disponível em: <https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=546>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CASARIN, H. de C. S. Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 301-321, jan./jul. 2017.

CASE, D. O. **Looking for information**: a survey of research on information seeking, needs and behavior. 3.ed. Bingley: Emerald Group Publishing, 2012.

CASTANHEIRA, N. P. **Estatística aplicada todos os níveis**. 4ª Ed. Curitiba: Ibpex, 2008, p. 16.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 39.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. I: **A sociedade em rede**. Trad.: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. 2.ed. São Paulo: Edit. Paz e Terra, 2000. p. 50.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 4. ed. v.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHANDRA, S. Information literacy: a review of literature. **International Research Journal of Multidisciplinary Studies**, v.1, n.5, p.1-32, Dec. 2015 Disponível em: <<http://irjms.in/sites/irjms/index.php/files/article/view/60/44>>. Acesso em: 20 dez.2019.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac, 2006. 426p.

CNM – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Guia para localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos municípios brasileiros**: o que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.

COLE, C. **Information need**: a theory connecting information search to knowledge formation. Medford: Information Today, 2012.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A. et al (Orgs.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.

DECLARAÇÃO de Maceió. Sobre a competência em Informação. In: **Seminário sobre Competência em Informação: Cenários e Tendências**, 2011. Disponível em: <http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

DEUBEL, A. N. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: ¿de la razón científica al arte retórico? **Estudios Políticos**, n. 33, p. 67-91, jul./dez. 2008.

DI CROCE, D. **Media literacy**: teacher resource guide. Toronto: Canadian Broadcasting Corporation. 2009.

DIAS, M. M. K.; BELLUZZO, R. C. B. **Gestão da informação em ciência e tecnologia sob a ótica do cliente**. Bauru: EDUSC, 2003.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>. Acesso em: 19 set. 2019.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 213-253, jan./jul. 2017.

DRUCKER, P. F. **Administrando em tempo de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de banco de dados**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. **Los tres mundos del estado del bienestar**. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1993.

EVERITT, B. S.; SKRONDAL, A. **The Cambridge dictionary of statistics**. Cambridge University Press, 2010.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: v.35, n.1, 2001.

FARAH, M. F. S. Policy analysis at the municipal level of government. In: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013. p. 107-118.

FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina, Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, v.9, n.1, p. 1-16, junho 2015.

FGV SOCIAL **Qual foi o impacto da crise sobre pobreza e distribuição de renda?** São Paulo, 2018. Disponível em: <https://cps.fgv.br/Pobreza-Desigualdade>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FINEP. **Termos e conceitos**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/biblioteca/glossario>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FIORAVANTE, A. S. A; EMMENDOERFER, M. L. Descentralização e participação social: análise do planejamento da política pública de cultura no Estado de Minas Gerais. **IV Congresso internacional governo, gestão e © RIGS revista interdisciplinar de gestão social** v.5 n.3 set. / dez. 2016 81 profissionalização em âmbito local frente aos grandes desafios de nosso tempo. Anais... Belo Horizonte, out. 2013.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cad. EBAPE. BR**, v. 11, n. 3, p. 402-418, set./nov. 2013.

FURTADO, R. L.; ALCARÁ, A. R. Desenvolvimento e formação de competência em informação: um mapeamento de modelos, padrões e documentos. **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. UFPB, João Pessoa, PB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2918/1040>>. Acesso em 07 jun. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GOTTEMS, L. B. D. et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 511-520, 2013.

GTSC A2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **III Relatório Luz da Agenda 2030**. 2019. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf. Acesso em: 27. dez.19.

HARVEY, D. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, D.; MARICATO, E.; et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, São Paulo, Boitempo, p. 47, 2013.

HOUAISS. **Dicionário online**. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 03 jan.2020.

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Políticas públicas**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUNT, E. Intelligence as an information processing concept. **British Journal of Psychology**, v. 71, p. 449-474, 1980.

IPEA. **O que é? Índice de Gini**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 12 ago.2019.

IPEA. **O que é? IDH**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 12 ago.2019.

IPEA. **Brasil reduziu vulnerabilidade social em 27% entre 2000 e 2010**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26115. Acesso em: 12 ago.2019.

IPEA. **Agenda 2030**. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 27 dez.2019.

ISO. ISO 11620:1998(F). **Information and Documentation**: indicateurs de performance des bibliothèques. Genebra: ISO, 1998.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, abr/jun, 2005.

JENKINS, H. **Una cultura de la convergencia**. Barcelona: Paidós, 2008.

JOSÉ FILHO, M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, M; DALBÉRIO, O. **Desafio da pesquisa**. Franca: Unesp – FHDSS, 2006. p.63-75

JOPPERT, M. P.; SILVA, R. R. **Guia metodológico para monitoramento e avaliação participativa de ações municipais**. Confederação Nacional de Municípios – CNM e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil – Brasília: CNM/Pnud, 2012.

JULIEN, H. Beyond the hyperbole: information literacy reconsidered.

Communications in Information Literacy, v.10, n.2, p.124-131, 2016.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. Nova Iorque: Longman, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

LAVILLE C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE BOTERF, G. **De la compétence**: essai sur un attracteur étrange, Paris: Les Editions D'organisation, 1994.

LIMONGI, F. O poder executivo na Constituição de 1988. In: OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Anpocs, 2008.

LINS, G. S.; LEITE, F. C. L. O comportamento informacional como aporte teórico para consolidação conceitual de competência informacional no contexto da comunicação científica. **Revista Eduf@tima**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.edufatima.inf.br/isf/index.php/es/issue/view/3>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 7ª Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2019.

MANIFESTO de Florianópolis. Sobre a competência em informação e as populações, vulneráveis e minorias. In: **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**. 25., Florianópolis. **Anais Eletrônico...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://www.fci.unb.br/phocadownload/manifeto_florianopolis.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, H. **Uma teoria da fragmentação de políticas públicas**: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública. Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para a obtenção do grau de doutor em administração. Brasil, 2003.

MARTINS, H. Reforma do Estado na era FHC: diversidade ou fragmentação da agenda de políticas de gestão pública? **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**. 10ª Edição (jun/jul/ago). Brasil, 2007.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: ciência política. São Paulo: Sumaré; Brasília: Anpocs; Capes, 1999. v. III, p. 59-100.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NORONHA, A. E. Conceitos básicos em políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.2, n.2, p 74-86, maio-ago/2006. Acesso em: 10 jun. 2018. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/45/39>>. Acesso em: 04 out. 2019.

OCDE. **Glossary of statistical terms**. Genebra: OCDE, 2001. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/>>. Acesso em: 20 dez.2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>. Acesso em: 27 dez.2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional: disposição e competências do país: resumo executivo**. Genebra, 2016.

PAIVA, C. C. **Projeto Araraquara 2050: diretrizes para uma Agenda Estratégica e Pactuação de uma Visão de Futuro**. Unesp. Araraquara, 2018. 81 p.

PARAHOS, R. et al. Construindo indicadores sociais: uma revisão da bibliografia especializada. **Perspectivas**, São Paulo, v. 44, p. 147-173, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/7406/5223>. Acesso em: 10 dez.2019.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cad. EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 895-913, 2011.

PERES, M. R.; MIRANDA, A. L. de C.; SIMEAO, E. L. M. S. Competência em informação e desenvolvimento de acervos: a biblioteca universitária na tríade da educação superior. In: SIMEÃO, E. L. M. S.; BELUZZO, R. C. B. (Coord.). **Competência em Informação: teoria e práxis**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2015.

PÉREZ, M.A.; DELGADO, Á. De la competencia digital y audiovisual a la competencia mediática: dimensiones e indicadores. **Comunicar**, v.39, p. 25-34, 2012.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POBLACIÓN, D. A.; OLIVEIRA, M. de. Input e output: insumos para o desenvolvimento da pesquisa. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

PROCOPIUCK, M. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e rede de políticas públicas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

QUEIROZ, A. A. O que é e para que serve o Estado (que é o poder público em sentido amplo)? **Consultor Jurídico**, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-07/antonio-queiroz-serve-estado>>. Acessado em 30. Jan.2020.

RUA, M. das G. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SANTOS, M. A força do lugar. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Coleção Milton Santos. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, 2009. p. 212–231. Disponível em: <http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos. In: SILVEIRA, S.A.da. (Org.) **Cidadania e redes digitais**., organizador. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias, 2010.

SILVA, R. C.; OTTONICAR, S. L. C.; YAFUSHI, C.A.P. A competência em informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP v.15 n.3 p.604-628 set./dez. 2017 Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/8649535-29571-2-PB.pdf. Acesso em: 10 dez.2019.

SILVA, M. N. P. "População e amostras "; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/matematica/populacao-amostras.htm>. Acesso em: 27 dez.2019.

SOARES, M. M. Formas de Estado: federalismo. **Manuscrito**. Belo Horizonte: UFMG/DCP, 2013.

SOARES, M.M.; Machado, J. A. **Federalismo e políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

SOMASUNDARAM, G.; SHRIVASTAVA, A.; EMC EDUCATION SERVICES. **Armazenamento e gerenciamento de informações**: como armazenar, gerenciar e proteger informações digitais. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TACHIZAWA, T; MENDES, G. **Como fazer monografias na prática**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politic-Publicas>. Acesso em: 21 dez.2019.

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. Policy analysis in Brazil: the state of the art. In: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. (Ed.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press at University of Bristol, 2013

VALENTIM, M. L. P.; JORGE, C. F. B.; CERETTA-SORIA, M. G. Contribuição da competência em informação para os processos de gestão da informação e do conhecimento. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.208-230, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/48642/32122>. Acesso em: 20 dez.2018.

VARELA, A. V. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. (Orgs.) **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: UnB, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. p.15-32.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

XAVIER, C. A. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZELLER, R. A.; CARMINES, E. G. **Measurement in the social sciences: the link between theory and data**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ZURKOWSKI, P.G. **The information service environment relationships and priorities**. Washington (DC): National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <http://community.eldis.org/?233@@.5b67aa1f/5!enclosure=.5b683007>. Acesso em: 10 jan. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA

Este questionário é parte integrante do projeto de pesquisa de Fernando Jorge de Castro Ramos, aluno do Programa de Pós-Graduação de Mídia e Tecnologia, Unesp/FAAC – Bauru, para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof^a Dr^a Regina Celia Baptista Belluzzo.

Esta entrevista foi gravada, com a anuência prévia da Secretária Municipal do Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda, e posteriormente transcrita, como segue.

Órgão Público:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E RENDA

Denominação do cargo que ocupa: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E RENDA

Currículo: Empresária, Advogada, graduada pela Instituição Toledo de Ensino (ITE), Especialista em Gestão de Projetos e Gestão de Direção e Desenvolvimento de Pessoas pela FECAP/Integrale e Pós Graduada em Políticas Públicas e Projetos Sociais pelo SENAC. Consultora Regional da Federação das Associações Comerciais de São Paulo, entre 2004 e 2010; Consultora Internacional do Sebrae, através de convênio com a Confederação das Associações Comerciais do Brasil entre 2008 e 2013; Assessora da Diretoria Técnica do Sebrae SP de 2013 a 2016; Gerente do Sebrae – Escritório Regional de Bauru – de agosto a dezembro de 2016; Atualmente Secretária de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Renda do Município de Bauru, Estado de São Paulo.

Tempo de atuação no setor público:

2002-2005 – SEBRAE: CONSULTORA LOCAL EM AGUDOS E BAURU

2006-2007 – SEBRAE: CONSULTORA REGIONAL

2008-2009 – SEBRAE: CONSULTORA INTERNACIONAL

2010-2011 – SEBRAE: CONSULTORA PARA A AL

2012-2015 – SEBRAE: ASSESSORIA DA DIRETORIA TÉCNICA / SP

2016-2017 – SEBRAE: GERENCIA INTERINA REGIONAL – BAURU

Tempo de atuação na Instituição:

2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU: SECRETÁRIA MUNICIPAL / SEDECON

Pesquisador: Secretária, você autoriza que façamos a gravação dessa entrevista?

Secretária: *Sim, ok.*

Pesquisador: Na sua atuação profissional, com base no fluxo informacional, tem facilidade para identificar os temas e assuntos importantes e pertinentes à Secretaria?

Secretária: *A identificação é bem objetiva. Acredito que sim. A gente tem essa facilidade, essa disponibilidade, porque a Secretaria está em temas muito importantes e estratégicos no Município. A única ressalva é que, quando assumi em 2017, a Secretaria praticamente nasceu do zero, pois não contava com banco de dados, com inventários, com registros, etc. Então é uma secretaria que tivemos que construir a partir de um modelo que nós mesmos, como gestão pública municipal, tivemos que criar, seguindo a orientação do Prefeito, seguindo o Plano de Governo Municipal, para que pudéssemos criar alguns indicadores. E, na verdade, ainda estamos nesse processo, pois gostaríamos de estar mais avançados nos indicadores, porém, pela falta destes anteriormente, começamos a construir agora.*

Pesquisador: Na atuação profissional, com base no fluxo informacional, tem facilidade para formular questões apropriadas para a tomada de decisão?

Secretária: *Nós temos 4 pilares estratégicos de atuação, que são os nossos departamentos. Na verdade, dois grandes departamentos, que é o “Trabalho, Emprego e Renda”, e o outro a “Indústria, Comércio e Serviços”. Então a cadeia produtiva e a geração de emprego. Porém, nós temos uma espinha dorsal de atuação que é a geração de emprego e renda. Então, através da geração de emprego e renda nós conseguimos dividir em ‘divisões de trabalho’, literalmente, para que possamos atuar com a cadeia produtiva, indústria comércio e serviços, e depois trabalhar aí as ações estratégicas ligadas ao trabalho e a renda. Então, aí vem todo eixo da “Casa do Empreendedor”, que são as capacitações, as orientações, formalizações, e vem também um esforço muito grande, uma dedicação que nós temos na indústria, que é a grande geradora das demandas de emprego e renda no município.*

Pesquisador: Na atuação profissional, com base no fluxo informacional, tem facilidade para utilizar outras fontes de informação, para ampliar o conhecimento?

Secretária: *Sim. Os bancos de dados oficiais. Por exemplo, o CAGED, ministério do trabalho, ministério da economia; os bancos de dados das entidades organizacionais, como CIESP, Associação Comercial. Fora isso, também buscamos o que a Secretaria não tem de expertise interna, nós temos também, inclusive, um decreto municipal nº 13.828¹⁴ que temos utilizado muito, que é um decreto de parcerias, de chamamento público. Então, aquilo que não temos de expertise, buscamos no mercado para que possamos oferecer para o nosso município e a própria Secretaria desenvolver. Está em andamento, inclusive, com algumas universidades e com algumas empresas privadas parcerias nesse sentido, pois se dependêssemos somente dos dados e informações internos, não conseguiríamos avançar em algumas áreas. Uma delas, por exemplo, bem direcionada, é a de inovação e tecnologia, que vamos agora, em 2020, lançar mão de vários editais, visando fomentar um novo ecossistema de inovação, regulamentar nossa lei municipal de inovação, além de coisas pequenas, como, por exemplo: nós não temos aqui na Secretaria uma pessoa especializada em marcas e patentes. Assim, todas as vezes que fomos consultados na Casa do Empreendedor o município voltava para casa sem orientação. Hoje já temos, através de um chamamento que fizemos, as orientações que uma empresa parceira nos forneceu, para que pudéssemos atender a esta demanda.*

Pesquisador: Para cada informação que recebe, classifica por tema/assunto?

Secretária: *É muito difícil porque é muito dinâmico. Eu tenho, claro, como força de trabalho, por exemplo, eu faço uma organização interna, um 'status report', que é como eu chamo, dentro de uma linha, é... Aeroporto, por exemplo... Nós temos uma ficha técnica interna, que, tudo que acontece lançamos ali, para não perdermos as informações, ter um histórico. Mas não é nada, digamos, sistêmico. É algo mais pontual... Temos uma Secretaria que é muito demandada. Digo para você que, mais de 60% das demandas são de outras Secretarias que não funcionaram na entrega*

¹⁴ Decreto municipal nº 13.828, de 2/7/2018, responsável pela formalização de parcerias e pelo recebimento de doação de móveis, direitos e serviços, sem encargos aos órgãos da Administração Municipal

daquela informação. Talvez não, muitas vezes, por falta de vontade delas mesmas, ou por impacto, por exemplo, do governo estadual, do governo federal, uma política pública; ou a falta de uma sinergia entre secretarias. Mas, o que nós efetivamente fazemos é conseguir ter esse controle, porque a equipe é pequena, e conseguimos, minimamente, categorizar e informatizar os processos que nós temos aqui dentro. Vou te dar um outro exemplo: indústrias. Nós não sabíamos quantas indústrias havia em nossos distritos, não sabiam de que tipo eram essas indústrias, e, quando chegava a demanda de um empresário, nós às vezes “poxa, mas não tem outra empresa dessa lá” ou “de qual distrito ela é”. Então, hoje, nós temos tudo isso mapeado, até para poder dar uma resposta mais rápida e mais objetiva. Mas, ainda, sem dúvida, seria muito importante termos algumas rotinas, umas dinâmicas tecnológicas, vamos dizer assim, para facilitar essa quantidade de informação. Nós brincamos que aqui parece Secretaria da Saúde. É gente o dia inteiro e toda hora. Eu até brinco com um jargão que eu sempre usei que é “de penico a bomba atômica”, não é? Você está aqui tratando de um problema pontual, de um cadastro de um MEI (microempreendedor individual), e de repente vem aí um grupo de grandes empresários com um problema com a Lei do Cerrado, que é uma lei estadual, com respaldo federal. Então aqui nós perpassamos por vários universos. Aqui é muita coisa. Eu não sei, de verdade, como é que o setor público consegue lidar com essa quantidade e ainda às vezes conseguir fazer um bom trabalho. E aí eu estou comparando com outros municípios, porque aqui, realmente, nós não temos este trabalho. Agora que nós começamos, nestes últimos três anos, a fazer minimamente essa organização.

Pesquisador: Para cada informação que recebe, classifica por nível de prioridade?

Secretária: Não, não temos. Nós não conseguimos, a princípio, fazer isso de uma maneira muito orgânica, porque somos muito demandados, de maneira muito abrupta. Vocês está aqui, pensando num planejamento para o próximo ano, e, de repente, vem um decreto municipal que temos que... acabei de chegar agora, inclusive, com um decreto novo, que diz que todas as Secretarias terão que dar apoio no combate à dengue. O prefeito trouxe esta responsabilidade para o gabinete. Então é uma coisa de saúde pública, é algo importantíssimo, que é para o município inteiro. Não adianta se falar em desenvolvimento, se você não tiver saúde pública. Então, muito

possivelmente terei que parar alguma ação para dar atenção à essa. Então, eu até tenho grau de prioridade, cronograma, planejamento, isso nós temos. Só que no meio do caminho você acaba tendo que fazer esses ajustes.

Pesquisador: Na busca da informação, classifica a busca por nível de prioridade?

Secretária: *Normalmente, procuramos priorizar os órgãos oficiais na busca da informação, checar essas informações, validar essas informações, ou mesmo base para o planejamento. Por exemplo: vamos aumentar os postos de trabalho. Isso não cabe à Prefeitura, isso cabe ao mercado. Mas como é que eu posso fomentar isso? Então fazemos algumas pesquisas, buscamos o apoio das universidades, fazemos um alinhamento com as entidades relativas àquele tema. Então procuramos ter esse cuidado, de buscar esses órgãos oficiais, esse relacionamento, essas fontes, para poder seguir o processo, e dar uma prioridade nesse sentido.*

Pesquisador: Qual o papel da SEDECON na produção de resultados socioeconômicos para o município?

Secretária: *Eu acredito que seja importante. Justamente porque o eixo do emprego e da renda é dividido entre Sedecon e Secretaria do Bem-estar Social (SEBES), que trabalha com o primeiro atendimento, ou seja, a vulnerabilidade, a inclusão social, a geração de emprego e renda mais voltada à parte assistencial, e nós entramos no eixo já do empreendedorismo, no eixo da geração de negócios, da geração de valor. Aqui nós temos, por exemplo, um posto do SEBRAE, que faz esta parte de orientação. Fazemos as capacitações, os treinamentos, voltados muito mais para aquele que quer empreender do que especialmente do que quer trabalhar. Ainda assim nós criamos a plataforma “Emprega Bauru”, que é justamente para fazer este casamento entre as oportunidades das empresas com aqueles que querem trabalhar. Então eu acho que é muito preponderante, porque temos aqui o termômetro da dinâmica econômica, conseguimos direcionar as ações de política pública. Para tentar entender um pouco mais, quando assumimos a Sedecon em 2017, nós fizemos uma reunião com todas as assistentes sociais da SEBES. E à época, nós perguntamos como é que elas lidavam com a situação do emprego. E aí nos foi passado os*

programas, inclusão produtiva, a parte da qualificação, a manicure e pedicure, enfim, aqueles cursos e treinamentos que eles já estão acostumados, junto com outras entidades. E aí a minha pergunta, para quem vem de mercado privado foi: tá, mas, sobre empreendedorismo, quando é que vocês falam? A resposta foi: não, nós não falamos. Volto a insistir: Tá, ela faz um, dois, três cursos... e quando ela quiser montar um salão na casa dela? A resposta: não, aí nós não entramos. Então eu disse: mas tem o MEI. Então, quando nós questionamos, elas nunca tinham aberto a visão para isso. E foi muito legal, pois elas se predispuseram a abrir. Hoje, a SEDECON, junto com a SEBES, trocam essas figurinhas. A SEDECON vai e leva a informação nos cursos e nos treinamentos. Assim também como quando também nós encontramos algum grupo vulnerável, alguma situação especial, como por exemplo, quando houve aquela demissão em massa na Mondelez, ou a questão do Mondelli, nós chegamos a fazer algumas propostas de a SEDECON ajudar esses trabalhadores. Então aquele que tinha um dinheiro e quisesse investir, nós iríamos orientar. Aquele que quisesse voltar só para o mercado, e tivesse alguma situação vulnerável, a SEBES iria atender. Então eu acho que é um balizador importante e vai impactar diretamente porque não existe o dinheiro público. O dinheiro, os investimentos, vem da iniciativa privada, do setor produtivo, é ele que incrementa, injeta dinheiro no município. Então é importante estar bem equalizado isso.

Pesquisador: Como classifica o nível de interação da SEDECON com o município?

Secretária: *Eu acredito que está no processo. Eu fico muito feliz, da minha parte, como tarefa que me foi dada, de que a gente evoluiu bastante. Como eu disse, quando assumimos em 2017, a SEDECON era conhecida, apenas e tão somente, como a secretaria que concedia áreas e fazia formalização. Ponto. Hoje, já é uma secretaria, na acepção da palavra, de desenvolvimento. Somos muito procurados, inclusive, pela nossa chancela, pois às vezes vêm algumas empresas, algumas organizações e nos pedem apenas para entrar como parceiros, como forma de fortalecer as ações. Então isso nos mostra que essas organizações, empresas, querem que nós estejamos juntos. Isso é um indicador importante. E aí eu vejo que nós estamos num processo que evoluiu bastante, de reconhecimento, no sentido institucional. E vejo, também, que há uma mudança significativa que deve impactar em 2020, que é um nicho, um*

sistema que estava solto no município, que é a inovação e tecnologia. Porque isso também ficou atrelado à SEDECON. Então hoje, quando uma empresa ou mesmo as outras secretarias municipais, o poder público, pensam em inovação e tecnologia, nos procuram para que possamos assumir um papel de colaborador, de apoiador, de desenvolvedor de projetos. Então eu acho que é uma semente bacana que está frutificando.

Pesquisador: Como classifica o nível de interação da SEDECON com o cidadão?

Secretária: *Da nossa parte, ainda que haja muito por fazer, nós temos um filtro muito interessante. Nós criamos mecanismos para ouvir o cidadão e, claro, o cidadão que tenha a ver com o escopo de trabalho da secretaria. De que forma? Para se ter uma ideia, nós reestruturamos uma comissão de estudos e revitalização da área central, que é onde estão as entidades do comércio, e promovemos reuniões, debates, fóruns, para que tenhamos o comércio presente conosco, seja o pequeno, o médio, o MEI, além dos atendimentos que a gente já faz. E temos com a indústria esse relacionamento, esse diálogo direto. Fazemos dois encontros por ano com as indústrias de Bauru, além de todas as visitas, atendimentos, projetos. Então, esses canais são importantes. Além desses nós temos os conselhos. Reestruturamos os conselhos que fazem parte da SEDECON e criamos um novo conselho no ano passado, que é o de Ciência e Tecnologia, para falar com as universidades para elas também estejam presentes nessa dinâmica do município. Então eu acho que os eventos, os conselhos, a política pública em si, precisa da participação popular. E só conseguimos a participação popular se tivermos esses canais. Para se ter uma ideia, fizemos inúmeras audiências públicas. Hoje eu não consigo contar quantas fizemos. Para o turismo, para o plano diretor, faremos no início do próximo ano uma alteração muito significativa da indústria. Então eu acho que esses canais vimos mantendo. É importante sim.*

Pesquisador: Como classifica o nível de interação da SEDECON com as demais secretarias municipais?

Secretária: *Olha. Eu brinco que sou a secretária que mais faz articulação porque a SEDECON é muito transversal. Quando eu falo de cadeia produtiva, eu falo de tudo.*

Eu até brinco com a equipe que a SEDECON deveria estar ao lado do gabinete do prefeito. Porque os grandes temas, os mais estratégicos do município, passam por aqui. Eu estou falando de modais, de exportação, de geração de emprego e renda, de “vender” Bauru para investidores, a atratividade do município. Para termos uma cidade mais atrativa, precisamos de uma cidade mais planejada. Para termos uma cidade mais planejada, precisamos que a secretaria de Planejamento tenha uma política pública adequada. Precisamos que a secretaria do Meio Ambiente (SEMMA), a Secretaria das Administrações Regionais (SEAR), a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (EMDURB), tenha um bom trânsito, uma zeladoria na cidade, é preciso que tenhamos uma Cultura de qualidade. Então veja que nós temos uma interlocução com todas. E mantemos uma excelente relação com todas as secretarias, nós demandamos muito às secretarias assim como elas nos demandam. Então acredito que seja uma troca, existem uma sinergia, mas, sem dúvida, nós somos a secretaria... Até gosto de um termo, que ouvi de um pesquisador português, em um Congresso que participei no ano retrasado, sobre Cidades Inteligentes. Ele perguntou a todos: “secretário de desenvolvimento presentes” – inclusive do interior do estado (de SP) somente Bauru estava presente, em mais de 500 participantes. E concluiu: “a Secretaria de Desenvolvimento é o chantily. Ela bate nos outros para o bolo crescer”. Ou seja: é a que cutuca as demais secretarias. E esse é o papel mesmo. Claro que temos muito para aprender, não sabemos tudo, temos as nossas dificuldades, mas à medida do possível estamos nos esforçando para fazer este relacionamento acontecer.

Pesquisador: Como se dá a interação, o fluxo informacional, entre a SEDECON e a SEPLAN, p.ex.?

Secretária: *Nós temos o sistema da Prefeitura, então todos os processos que precisamos fazer juntos, como, p.ex., o processo de concessão de áreas, existe um fluxo determinado e é o sistema de acompanhamento da prefeitura que, acredito, poderia ser melhorado. Porque, realmente, demora muito. Tem umas travas, umas falhas. Mas o departamento de Tecnologia da Informação (TI), ligado à Secretaria de Finanças, consegue identificar e já temos chamados abertos. Para se ter uma ideia, fugindo um pouco, mesmo porque tem a ver, acredito que fui a única secretária que fez um estudo do organograma da secretaria. Não o que vai ser submetido à Câmara.*

Mas o organograma ideal, não o possível. Então, fizemos a demanda para a Secretaria de Administração com todos os cargos que eu acredito que uma secretaria de desenvolvimento deveria ter. E não sou eu falando. Foi feito um estudo da demanda olhando para o mercado, olhando para o cenário... Então, se eu preciso que a Secretaria de Planejamento nos atenda em uma demanda, relativa à uma área, e tivéssemos na SEDECON um engenheiro, um procurador, um jurídico que fosse mais atuante, até porque o jurídico da Prefeitura não dá conta, é insuficiente o número de procuradores, e nós entendemos. Mas eu vejo que o Planejamento e o Desenvolvimento poderiam estar mais alinhados em algumas políticas. Ainda não está – honestamente falando, da maneira como eu gostaria. Mas temos nos esforçado, tanto o Planejamento quanto o Desenvolvimento, para procurar atender da melhor forma. Então muitas vezes chegam a nós os problemas, eu devolvo a bola para a SEPLAN e ela nos ajuda, e nós ajudamos no que é possível. As respostas nem sempre vem no tempo que gostaríamos, mas o relacionamento é excelente. Talvez na questão da gestão do processo é que deixa a desejar.

Pesquisador: Você comentou sobre um organograma. Se refere a um organograma da SEDECON ou da prefeitura como um todo?

Secretária: A prefeitura fez um estudo de organogramas de todas as secretarias, a ser enviado para a Câmara Municipal...

Pesquisador: Que foi o enviado recentemente...

Secretária: Isso. Mas ao que parece só será aprovado o do Instituto de Planejamento, que é o que está mais evidente e provavelmente será aprovado. Mas acabamos ficando um pouco descobertos, porque aqui, hoje, faltam vários profissionais que poderiam nos ajudar nesse processo. Agora, o Planejamento em si tem uma relação muito direta com a SEDECON, porque tudo o que fazemos para as empresas, para as indústrias, para o comércio, está ligado diretamente ao Planejamento, que também não está suficientemente equipado para nos atender. Então falta fiscal, falta sistema, a lei de zoneamento não está atualizada, o Plano Diretor não está atualizado. Mas está em curso, pois foi feita uma licitação e estamos no meio da revisão, que acho

que será um grande ganho para a cidade, mas falta muito desse processo de gestão de sistema. Quando o empresário nos procura dizendo que quer abrir um negócio em determinado local, sai sem saber se pode ou não, porque nossa lei de zoneamento está desatualizada. Não há um sistema no qual se aperte um botão e se tenha a informação, como se tem em tantos outros municípios. Isso não é uma gestão direta do Desenvolvimento. Nós somos fim. Porém, a primeira coisa que o empresário pensa é em vir até a SEDECON. E aí ficamos presos ao Planejamento, que é quem faz a gestão técnica do processo. Então eu vejo que o Planejamento e a Tecnologia no município de Bauru necessitam, sem dúvida nenhuma, de incremento para oferecer base de informação à todas as outras Secretarias. Facilitaria todo o processo.

Pesquisador: No âmbito informacional, quais as principais carências da SEDECON para que realize as atividades a que se propõe na plenitude?

Secretária: *A primeira delas é a equipe. Eu não falo nem de orçamento, apesar que uma coisa está ligada à outra. Para ter equipe eu preciso ter orçamento. Mas, se nós tivéssemos uma equipe... Vou te dar um exemplo: nós temos um Departamento de Turismo, com uma diretora de Departamento e uma diretora de Divisão. A diretora de departamento também é diretora de Departamento de Relações de Trabalho e Emprego. Então, quando colocamos na balança, a prioridade é nítida. Não há como se direcionar totalmente para o Turismo. Enquanto a diretora de divisão não faz só o Turismo. Ela também atende o Comércio, os eventos, etc. Então eu tenho duas pessoas para uma cidade de 400 mil habitantes, sendo que nenhuma das duas têm formação na área. Então, quando solicitamos a vinda de um turismólogo para a SEDECON, inclusive como permuta, não nos foi autorizado à época. Ainda indagamos: mas nós somos uma secretaria de Turismo. Como fazer uma Plano de Turismo, sem a presença de um turismólogo, um guia, alguém formado na área. Esse é um dos pedidos que fizemos e, inclusive, recentemente validamos a abertura de um concurso de um agente de turismo, que seria alguém que pudesse nos auxiliar e fosse exclusivo para isso. Voltando à pergunta, o primeiro ponto é a equipe, uma equipe técnica que respondesse.*

O segundo ponto, que acredito que não seja uma demanda apenas da SEDECON, mas seria o investimento na área de Tecnologia, para termos, por exemplo, georreferenciamento, aplicativos, um sistema de atendimento à

formalização – apesar que ligado ao governo do Estado - mas, em termos de município conseguiríamos agregar valor.

E um último ponto que nos ajudaria bastante, porque os outros dois já são bem abrangentes, mas precisaríamos ter um espaço físico maior, e que fosse multiuso. Hoje estamos situados neste prédio onde não temos uma sala de reuniões, uma sala de treinamento, uma sala para fornecer para o empresário. Porém, o prefeito nos autorizou e esse ano nós alugamos um outro prédio, onde será nossa sede de inovação e tecnologia, já temos até um nome que é “Inova Bauru”, com inauguração inicial prevista para março de 2020, e onde temos também um pequeno espaço que ofereceremos para empresas fazerem entrevistas, treinamento de funcionários... Isso é um atrativo. É diferente para quando alguém quiser investir em Bauru e pergunto o que a prefeitura tem a oferecer. A questão da área em si hoje é o menor dos problemas. Porque quando a empresa vem com um investimento, normalmente de médio e grande porte para a área, ela quer facilidade, apoio, esse ambiente para poder treinar e captar funcionários, melhorar a mão-de obra.

Então esses três pontos eu resumiria que são os principais para termos uma boa Secretaria de Desenvolvimento. Porque, através da SEDECON, se eu tivesse essa equipe técnica, não precisaríamos esperar respostas das outras secretarias. Aqui funcionaria o nosso modelo.

Eu vejo que ainda vou montar, um dia quando eu me aposentar, um modelo das agências de desenvolvimento. Trabalhei muito na Colômbia com os CREPICs, que são os Centros Regionais de Produtividade e Inovação. Eles tinham um diretor técnico e um diretor científico. Junto com as universidades, prestavam serviços para os governos. Então, se eu tenho uma demanda em um determinado bairro, não é o município que vai resolver. Não tem equipe técnica para isso. Então, vamos lançar mão de uma equipe que faça. Porém, no Brasil. Isso é muito pouco desenvolvido. Então, o poder público acaba assumindo. Aqui em Bauru, por exemplo, todo esse movimento de inovação e tecnologia, falando com humildade, partiu da SEDECON. Não foi nenhuma entidade privada que fez isso acontecer. Estamos fazendo juntos, mas a iniciativa acabou saindo daqui e somos nós que estamos conduzindo. E com esse trabalho outros grupos foram se mexendo e o movimento foi crescendo, o que vemos com muito orgulho.

Pesquisador: Ainda no âmbito informacional, a SEDECON possui infraestrutura técnica (equipamentos, softwares, tecnologia) adequadas para a realização de suas atividades?

Secretária: *Eu acho que o ponto principal, além das pessoas, que seria a equipe técnica, um sistema de georreferenciamento que seria, sem dúvida alguma, importantíssimo, não só para as questões relativas à indústria – mapeamento, localização; mas também para o comércio, para que possamos fazer essa interface. E nesse sentido vem todo o desenvolvimento de plataformas. Por exemplo: fizemos o (projeto) Emprega Bauru com equipe própria da TI, da Prefeitura, mas quem desenvolveu a ideia foi a própria equipe da SEDECON. É uma coisa totalmente inovadora? Não. Mas colocamos alguns filtros, algumas funções, criados por nós e, inclusive, outras cidades vieram copiar. Cedemos com o maior prazer, sem problema nenhum. Outra questão é você ter a inovação e a tecnologia nos procedimentos. Por exemplo: fazer um termo de assinatura da indústria sem que precisem vir aqui. Ter uma página diferente na internet, ter um site mais atrativo, assinatura digital, fazer um atendimento online com mais qualidade, ter um telefone disponível, ter uma viatura. Temos um sonho de fazer o “MEI Móvel”. Customizar um carro e levar a formalização para os bairros. Até temos um projeto chamado “SEDECON vai aos bairros”, mas ele é fixo. Eu empresto o imóvel de alguém (uma associação de bairro, uma faculdade, uma escola) e vou atender. Mas é diferente, porque ali fica um atendimento estante. Se é com o carro você pode perceber a dinâmica da cidade, a percepção do município.*

Pesquisador: Este modelo adotado pela SEDECON se referencia em algum outro modelo? Ou, quais seriam as cidades-referências importantes e que agregariam para Bauru?

Secretária: *Olha, o que mais tem nos impactado recentemente, e até por conta do viés da tecnologia, é Presidente Prudente. A cidade criou uma “Secretaria de Tecnologia”, que tem um secretário muito bem preparado, muito atuante, muito dinâmico. Mas eu fiz um comparativo entre Presidente Prudente e Bauru, vendo os últimos ranqueamentos – o Urban System¹⁵ faz isto de maneira muito apropriada para a revista Exame¹⁶ – Prudente deu salto qualitativo impressionante após a criação*

¹⁵ <https://www.urbansystems.com.br/>

¹⁶ <https://exame.abril.com.br/>

desta Secretaria e das políticas públicas relativas à inovação e tecnologia. Porque nós trabalhamos o conceito de “cidade inteligente”. E o que é ser cidade inteligente? É aquela que aproveita todas as oportunidades ligadas a investimentos e a capacidade de produzir com inovação e tecnologia.

Quando nós assumimos, visitamos mais de 10 cidades, para olhar esses ambientes. Fomos desde Maringá/PR, que é uma grande referência, até São José do Campos/SP, São José do Rio Preto/SP, Marília/SP, Botucatu/SP, Jundiaí/SP, que tem um grande contingente de exportação na área da indústria. Rio Preto nos abriu os olhos, pois lá têm a Secretaria de Trabalho e Renda, e a Secretaria de Desenvolvimento. A Secretaria de Turismo está ligada a de Desenvolvimento, e entendemos que assim deve ser, porque o Turismo é um grande indutor de emprego e renda. Mas também achamos muito interessante porque a Secretaria de Emprego e renda é quase uma plataforma do “Emprega Bauru”, mas maximizada. Porque trabalha o relacionamento entre quem quer trabalhar e quem tem a vaga disponível, trabalha pequenas ações para gerar emprego e renda, capacita, treina; e o Desenvolvimento fica apenas com a questão da atratividade. E aqui somos tudo. É Desenvolvimento, Trabalho, Indústria, Comercio, Turismo, é muita coisa para uma equipe muito pequena e um orçamento muito baixo. O menor orçamento da Prefeitura, quando deveria não ser. Porque é aqui que atraímos e captamos mais investimentos. Assim, preciso ter um bom material institucional de apresentação do município, equipe treinada que saiba receber e conversar. Por sorte, somos privilegiados por ter uma equipe muito boa, mas que vai até o seu limite. Não serão cobrados por aquilo que não tem conhecimento técnico para fazer. E tem este outro lado: quase não conseguimos recursos para treinamento, para investir na equipe, então deixa a desejar neste sentido.

Pesquisador: Quais os principais meios de comunicação utilizados para se relacionar com a equipe que administra?

Secretária: Nós temos as reuniões semanais de diretores, a integração mensal, e um informativo semanal, que é feito por uma pessoa da equipe. Na integração mensal, às vezes trazemos pessoas de fora, às vezes eu mesmo falo ou algum diretor específico. A reunião semanal com os diretores é pautada pelo que está acontecendo. A reunião mensal reúne toda a equipe – e nesse ponto sou privilegiada, pois uma das únicas

secretárias que consegue reunir toda a equipe – e, tem o informativo semanal, com as atividades realizadas na semana. São estes três, e tem também o grupo de Whatsapp (rede social).

E ainda tem a comunicação que é ligada ao gabinete do prefeito, que é feita na secretaria, mas repassada ao gabinete. Para isso, a única exigência que fizemos foi ter uma estagiária de jornalismo dentro da Secretaria, porque não dávamos conta de muita informação que passava despercebida, não enviávamos matéria. Essa estagiária recebe as informações, prepara, obtém a minha aprovação, e passa para a área de comunicação do gabinete.

Pesquisador: Quanto ao fluxo de informação dentro da instituição, acontece na fluência necessária para a tomada de decisões?

Secretária: *Nem sempre. Já houve semanas em que não conseguimos realizar a reunião dos diretores. É raro, mas acontece. E quando chega na outra semana, há coisas que eu ainda não estou sabendo. É claro que, com uma equipe pequena, acaba havendo uma facilidade de obter informações informalmente.*

Pesquisador: As informações são apresentadas de forma íntegra e confiável para deliberação?

Secretária: *Acontece, por vezes, de vir de maneira informal. Não é um relatório, não é um e-mail. Isso eu tenho só quando fazemos algum levantamento de informações, como agora que iremos eleger alguns pontos estratégicos que serão desenvolvidos pela comunicação, e eu pedi um relatório de cada divisão. Mas eu gostaria de ter algo mais dinâmico, um aplicativo (de comunicação) para dizer como foi a semana, pontos principais da semana. Ideias nós temos muitas, mas não temos tempo e nem quem faça. Porque até eu pedir para a TI sabemos que demora. Sabemos que eles têm prioridades. Atendem muito bem, mas tem as prioridades.*

Pesquisador: As informações têm suas fontes devidamente checadas e validadas?

Secretária: Normalmente, como tem as reuniões semanais, além de puxar essas pautas, nós temos os arquivos na rede, com as pastas por assunto, por divisão, para podermos acompanhar. Nesta semana mesmo perguntei a um de meus diretores se determinada pessoa esteve na SEDECON. Ele não sabia e perguntei sobre as “fichas de atendimento”, se estavam fazendo. Tem que “escanear” ou guardar em uma pasta física para consulta.

Pesquisador: Utiliza algum tipo de procedimento padrão (norma, tutorial, etc.) para acesso e uso da informação?

Secretária: Não existe nenhum documento padronizado. O que existem são algumas indicações, sugestões, e também orientações vindas do gabinete, pois existe um manual de comunicação do gabinete. Outro dia enviamos um convite que não estava nos padrões. Mas tudo acontece aqui de forma muito rápida. Às vezes se tem uma semana planejada e nada do que foi planejado acontece. Raríssimas vezes conseguimos seguir uma agenda. Isso incomoda bastante, pois quem vem do setor privado sabe que não é assim que funciona. Todo mundo tem horário, tem compromisso, tem pauta, tem agenda. E aqui no setor público é uma luta para poder dar um mínimo de coerência nisso tudo.

Pesquisador: Após a obtenção de uma determinada informação, a classifica quanto a sua relevância e nível de prioridade?

Secretária: Não, formalizado não. Se eu disser... É que é muito intuitivo, nada padronizado.

Pesquisador: Reformula a informação, para adequar ao propósito da instituição?

Secretária: Mais em divulgações ou em materiais que vão para a imprensa. Nós temos um acordo que. Só vai para a imprensa o que eu aprovo. Toda a correção de mídia sou eu quem faço. Então, a secretária é quem autoriza, até para evitar desgastes, ou algo que sai um pouco do prumo, e até a linguagem nós temos que saber como colocar. Então há uma checagem prévia que eu faço das matérias, das pautas de reuniões, de eventos. É nessa linha que trabalhamos.

Pesquisador: Compara a informação com outros parâmetros e referências?

Secretária: *É importante, mas como as coisas são muito novas, poucas nós repetimos. Por exemplo, no primeiro ano (de mandato) nós não tivemos o Encontro da Indústrias e no ano passado nós tivemos. Então vamos procurando ajustar. Mas é muito raro fazer, por haver coisas muito novas que surgiram, novas atividades, as pessoas mudam muito no setor público. Temos essas dificuldades, mas poderia ser melhor padronizado.*

Pesquisador: Analisa a lógica da informação em relação aos parâmetros que possui?

Secretária: *Sim. Parte institucional, posicionamento político, etc. É importante fazer.*

Pesquisador: Reconhece habilidade para interpretar fontes de autoria para validação da mesma?

Secretária: *Sim. Faço isso. Checo. Tomamos esse cuidado para não se expor indevidamente.*

Pesquisador: Avalia a necessidade de complementariedade da informação? Submete-a aos seus pares e/ou autoridades no assunto?

Secretária: *Sim, sim. Especialmente ao gabinete, quando precisamos de uma autorização, de uma aprovação. Às vezes pedimos algumas orientações para divulgar uma matéria, algo de um tema específico, p.ex., exportação falamos com a APEX, com o governo do Estado. Se precisa de alguma orientação nós pensamos nessa dinâmica, de fazer essa prática.*

Pesquisador: Qual o processo de delegação de busca da informação?

Secretária: *Sempre eu peço aos diretores de departamento, que são dois, que por sua vez atendem a todas as divisões. Através deles eu solicito todas as informações, os pedidos. E tudo o que for mais formal, eu peço por e-mail, através dos diretores. Começa com o diretor de departamento e ele pede para sua equipe responder.*

Pesquisador: Quanto ao entendimento de parâmetros éticos e legais perante a informação, tem os instrumentos para avaliar questões referentes ao livre acesso e acesso restrito das mesmas?

Secretária: *Não. Quando temos alguma dúvida acabamos questionando a própria secretaria responsável, ou o pessoal da TI. O (departamento) jurídico nós acionamos muito, mas não existe um procedimento. É mais intuitivo e assim buscamos esses apoios.*

Pesquisador: Compreende as questões pertinentes ao direito de propriedade intelectual?

Secretária: *Sim. Na verdade, na Prefeitura nós não podemos fazer nada sem consultar o jurídico. Então, os decretos, os chamamentos, tudo nós fizemos sempre consultando a Secretaria de Negócios Jurídicos.*

Pesquisador: No âmbito do uso da tecnologia para comunicação e interação interna, utiliza critérios técnicos (horários, revisão, seleção, etc) estabelecidos formalmente?

Secretária: *Muito pouco, mas temos agora a questão de horário de atendimento, para não fazer após o horário de expediente. Porque atende não só o critério legal como a questão de RH mesmo, para não gerar banco de horas. Mas tivemos uma portaria. Houve um caso do fluxo interno, que não estava sendo respeitado, mas não a SEDECON, a Prefeitura como um todo. Então o prefeito emitiu uma portaria, que utilizamos até hoje, que se refere a entrada dos processos, por onde tem que tramitar. Criamos também o fluxo de concessão de área, que não havia. Então, um pouco nós conseguimos fazer.*

Pesquisador: Utiliza ferramentas de estruturação de dados/informações?

Secretária: *Eu tenho uma própria, dos assuntos pertinentes à secretária, para depois poder demandar, que é um status report. Na verdade, não é nada parametrizado. É uma forma de trabalhar, para poder priorizar um determinado assunto e depois vir*

como uma agenda. Até nem deixo na Secretaria, acaba ficando em meu notebook, mais pessoal.

Pesquisador: Mas então não é uma base de dados estruturada?

Secretária: *Não, não é. O que nós não tínhamos na secretaria, e que estamos criando agora é justamente isso. Se me fosse perguntado, em 2017, quantas indústrias existem no Distrito Industrial, eu não teria este número. Hoje eu tenho. Mas eu tenho também uma planilha, que agora nós pedimos à prefeitura que a transforme em um sistema, para que não fique como dados soltos. Que tenhamos um aplicativo, uma página, que seja dinâmica e que possa prestar esse serviço. Mas já evoluímos com a massa de dados. Até porque a informática, a TI, só trabalha com os dados que forem fornecidos. Então é isso que nós estamos fazendo agora.*

Pesquisador: Isto em relação à base de dados, correto?

Secretária: *Isso.*

Pesquisador: E mesmo com estes dados não estruturados, é utilizada alguma ferramenta de consolidação destes dados?

Secretária: *Relatórios que fazemos mais ao final do ano, relatório de gestão. Em janeiro entregamos também as principais atividades da pasta. Mas são apenas relatórios. Nada de ponta, tecnologia. Coisas mais simples mesmo.*

Pesquisador: Utiliza mais ferramentas de produtividade, como editor de textos, planilhas.

Secretária: *Isto. Word®, Excel®, apresentações em Power Point®.¹⁷*

Pesquisador: Qual o impacto dessas ferramentas para o processo de tomada de decisões?

¹⁷ Ferramentas de produtividade desenvolvidas e licenciadas pela Microsoft Corporation (<https://www.microsoft.com/pt-br>).

Secretária: *O auxílio é total. Pois não fazemos nenhuma reunião se não estivermos com todos os dados em mão. Mesmo uma simples planilha, um levantamento, nós sempre levamos para a reunião para comparar, para ver, ainda que de maneira muito intuitiva, mas temos esse hábito, esse costume, de fazer, levando em conta essas informações. Então, tudo o que fazemos aqui na secretaria, fazemos através de apresentação, de planilha, para que tenhamos essa característica de encaminhar uma informação de maneira adequada.*

Pesquisador: **Existem normas e/ou padrões estéticos para a divulgação de informações, visando facilitar a compreensão/interpretação da mensagem?**

Secretária: *Não existe um padrão, mas fazemos, claro, uma revisão, inclusive estética para ficar mais adequado, mas não existe uma padronização. É só na comunicação mesmo que temos a padronização, que são logos, essas coisas. Nós seguimos o gabinete, mas internamente não.*

Pesquisador: **Você acredita que seja importante haver um “portal da transparência” ou algo similar?**

Secretária: *Na verdade, o nosso (portal da transparência) é ligado ao gabinete, à prefeitura como um todo. Está junto. Mas o que eu sinto falta mesmo é de ter um bom site, uma boa divulgação das ações que a secretaria faz, porque assim poderíamos prospectar mais, trazer mais informações.*

Pesquisador: **Gostaria de complementar com mais alguma informação, e também falar seu ponto de vista sobre o quão relevante talvez seja esta pesquisa para a SEDECON, e sua expectativa em relação a este trabalho.**

Secretária: *Olha. Eu acredito que a expectativa é grande, positivamente falando, porque, como eu disse, não adianta ter uma quantidade enorme de dados se estes não ser “conversam”. Então, esta conversão de dados é importante porque, como tomamos uma decisão? Tomamos decisão baseada em dados. Como se faz política pública? Como eu possa saber qual a mão-de-obra que Bauru precisa?*

Muito se critica que Bauru não tem emprego, mas é só olhar para o Emprega Bauru, que toda semana tem uma vaga em aberto. Será que as pessoas não estão se

formando, se capacitando em áreas que não estão condizentes com o que o mercado de trabalho está oferecendo?

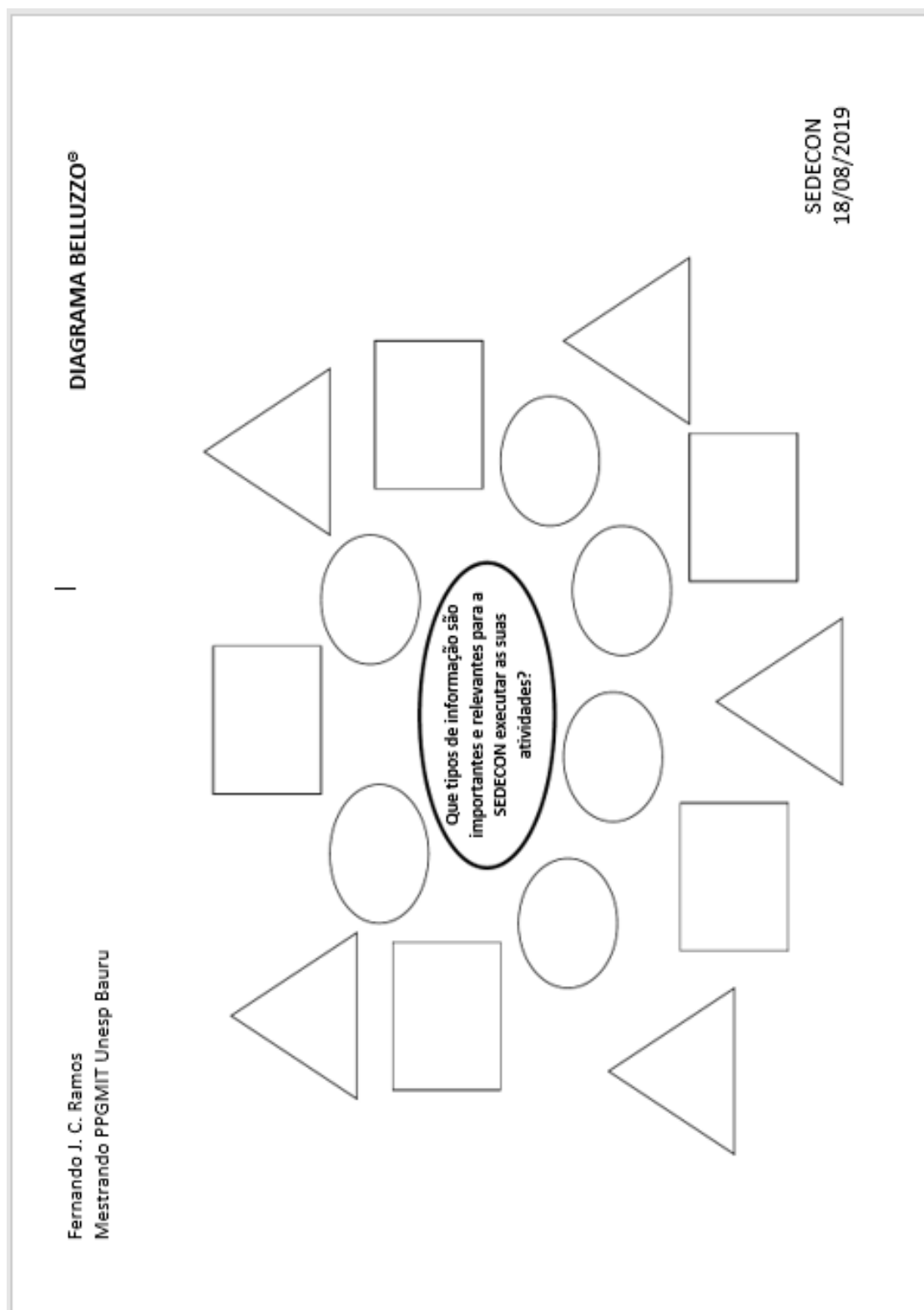
Então, eu acredito que uma Secretaria de Desenvolvimento estando bem equipada, tendo uma boa convergência de dados, bancos de dados atualizados, aplicar mais pesquisas – é isto que eu sinto falta. Adoraria chamar todo este contingente com quem temos relacionamento e levantar mais os números das indústrias com o comércio, as demandas, as necessidades, e converter tudo em políticas públicas. Porque eu acho que isso seria bom para a prefeitura, seria bom para a cadeia produtiva. O empresário que deseja se estabelecer ou expandir o seu negócio também sente medo, porque não sabe se terá a mão-de-obra apropriada. Ah, mas o que vocês estão fazendo com o poder público? É muito difícil, porque não temos recurso para trabalhar. Eu não posso parar tudo aqui, por exemplo, e colocar a minha equipe para fazer trabalho externo. Nós precisamos de mecanismos que me permita acionar as universidades, as entidades... Agora, tem a questão de recurso, tem a questão de orçamento, e uma série de outros “poréns”. Mas não vejo de outra forma que não seja melhorar a integração do sistema, investir mais em tecnologia, ter uma equipe mais capacitada, porque assim abrimos muitas outras frentes e compõe melhor a política pública municipal, pois a prefeitura é uma só, mas precisa ter esses “braços” operacionais trabalhando. E assim acredito que consigamos dar respostas melhores, não tenho dúvida.

Mas, a expectativa é muito positiva e espero que também consigamos, na medida do possível, também melhorar internamente, até para conseguir estes dados, lançar mão de algumas ferramentas de gestão, de rotina, de captação de dados. Acredito que assim fazemos um pacote completo.

* * *

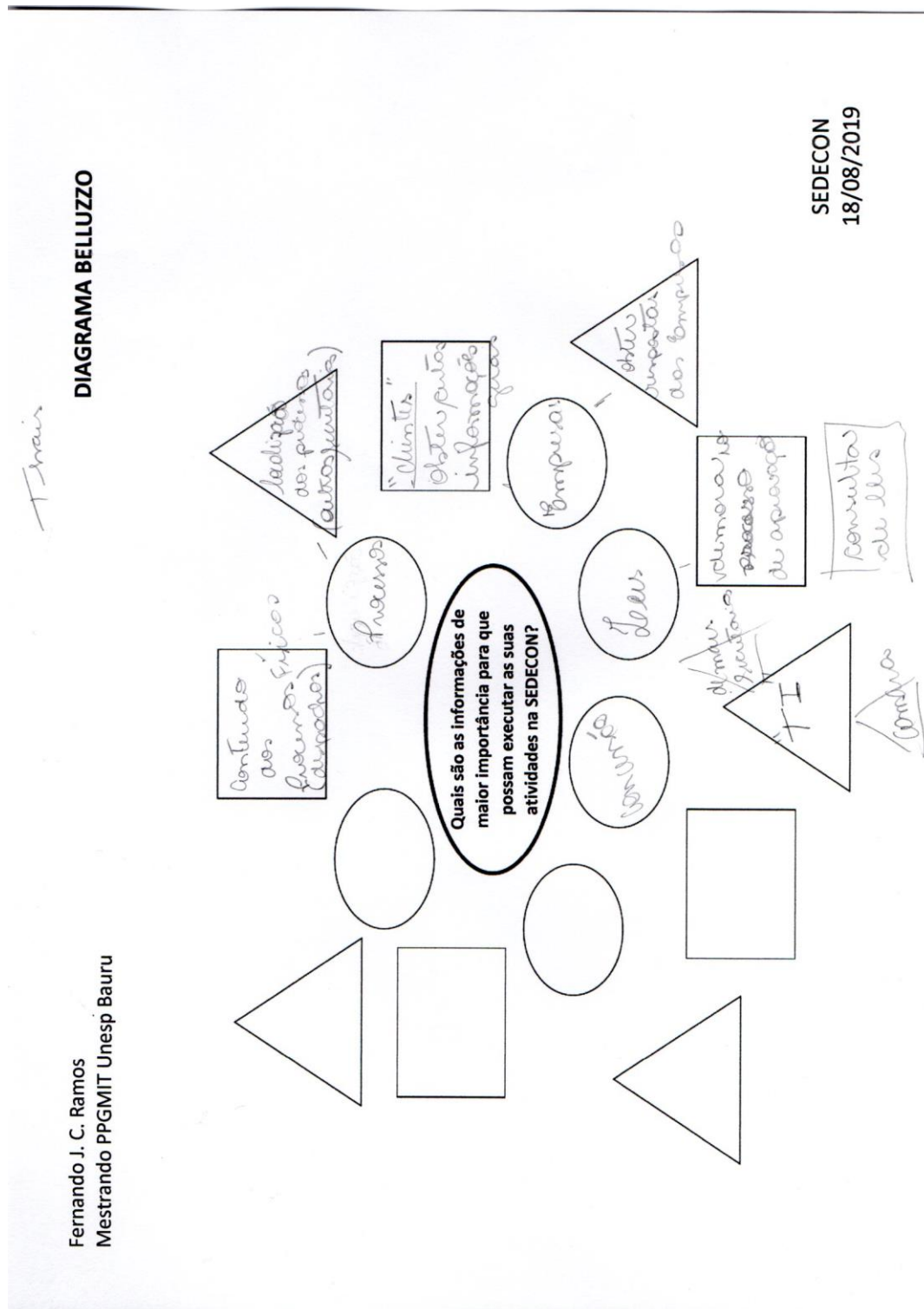
Apêndice B

Diagrama Belluzzo® utilizado na primeira reunião



Apêndice C

Diagrama Belluzzo® utilizado na primeira reunião – colaborador: Thais

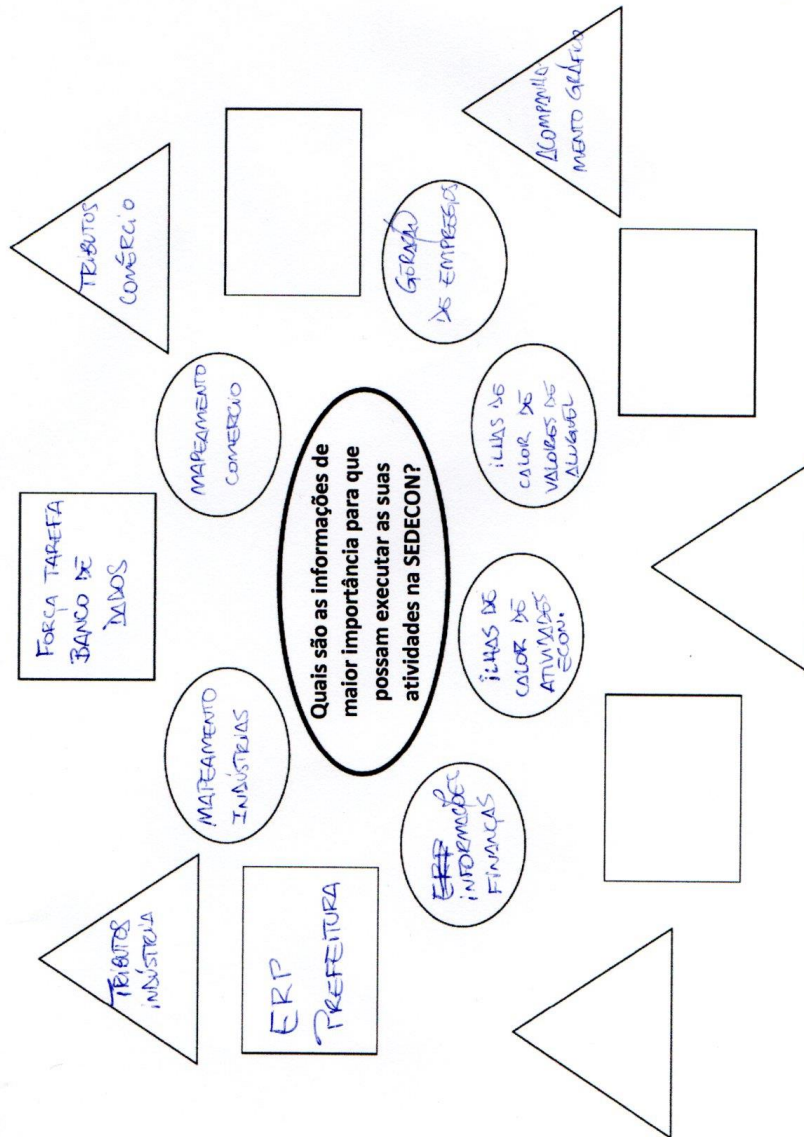


Apêndice D

Diagrama Belluzzo® utilizado na primeira reunião – colaborador: Alan

DIAGRAMA BELLUZZO

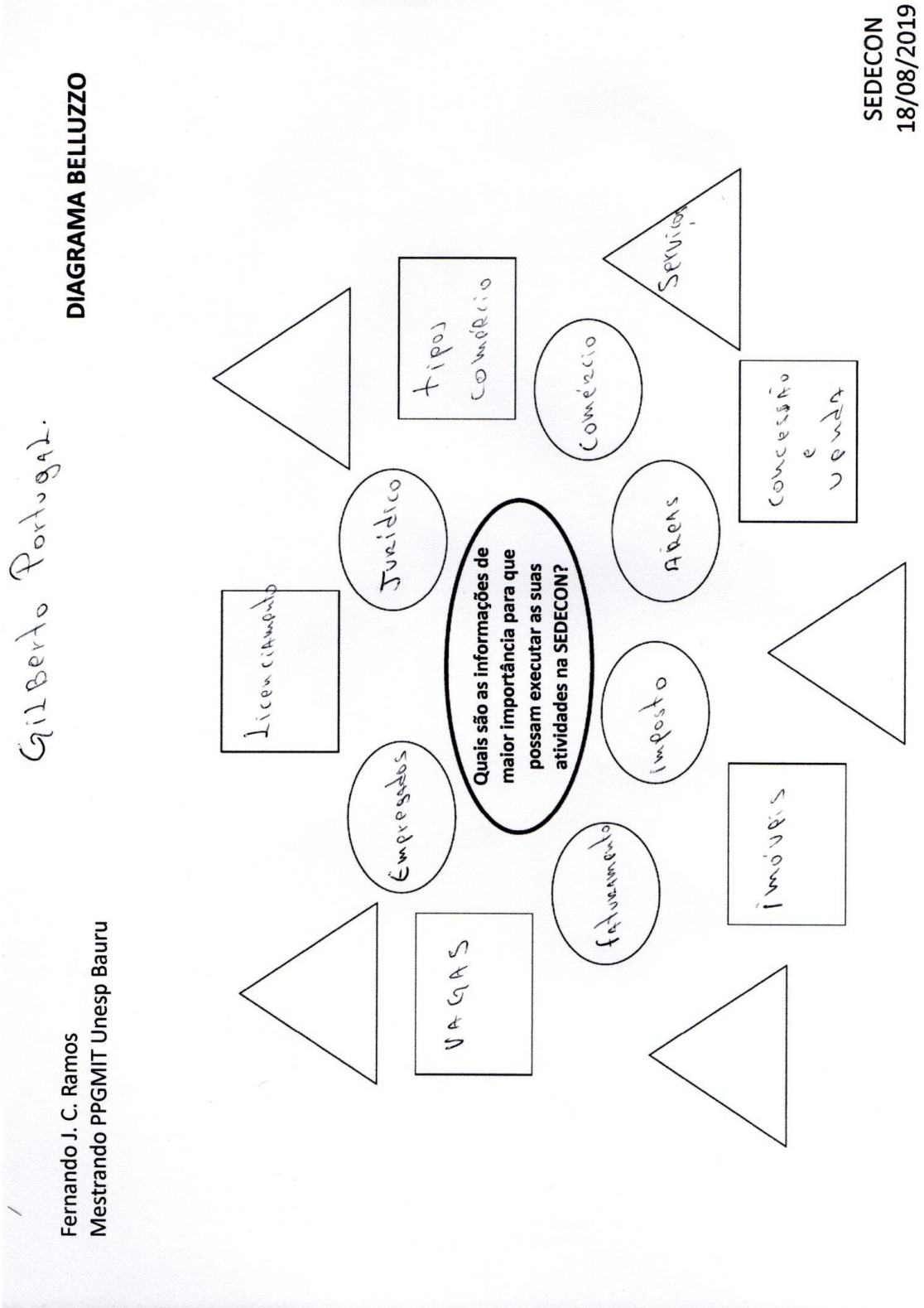
Fernando J. C. Ramos
Mestrando PPGMIT Unesp Bauru



Alan
SEDECON
18/08/2019

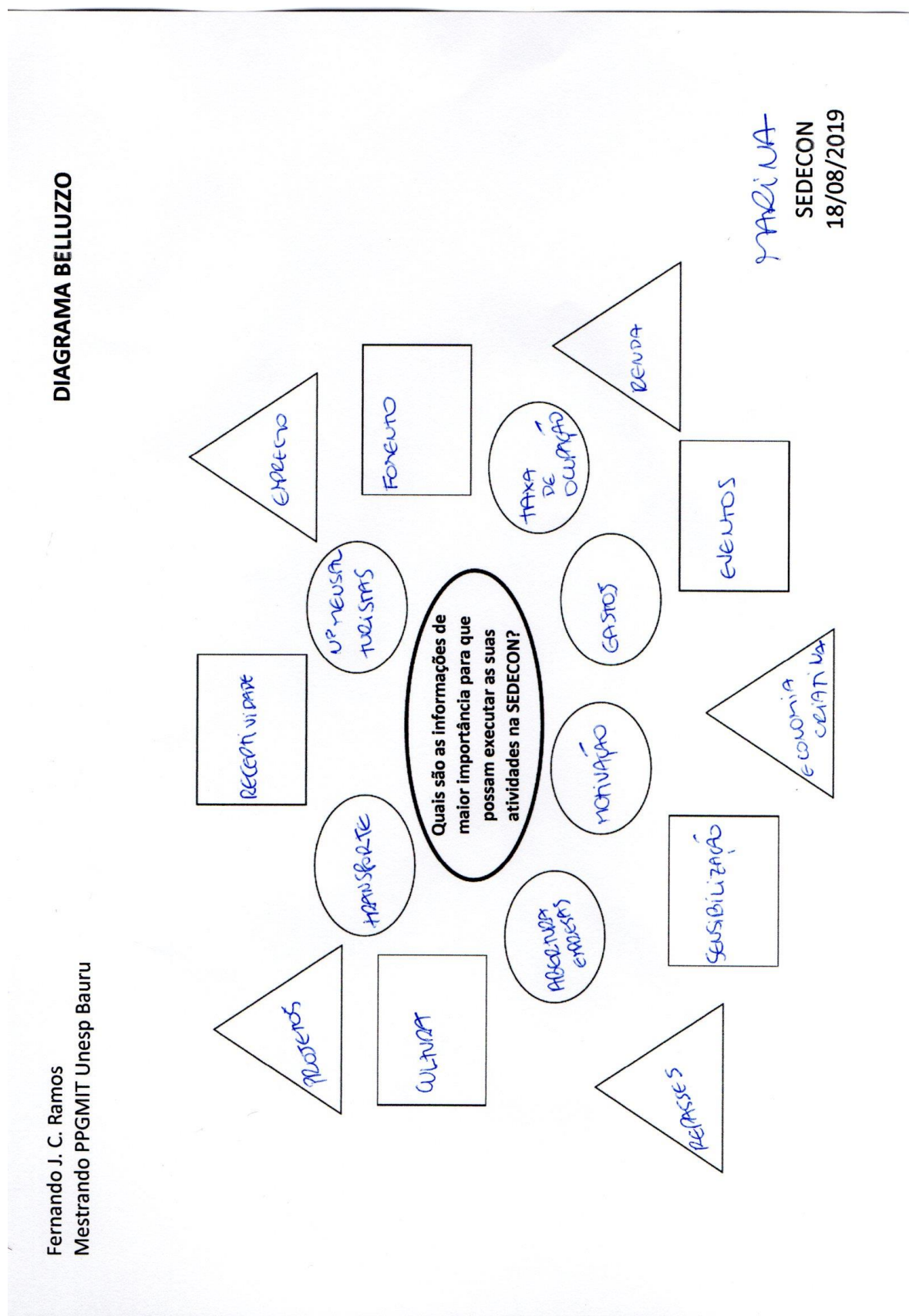
Apêndice E

Diagrama Belluzzo® utilizado na primeira reunião – colaborador: Gilberto



Apêndice F

Diagrama Belluzzo® utilizado na primeira reunião – colaborador: Marina



Apêndice G

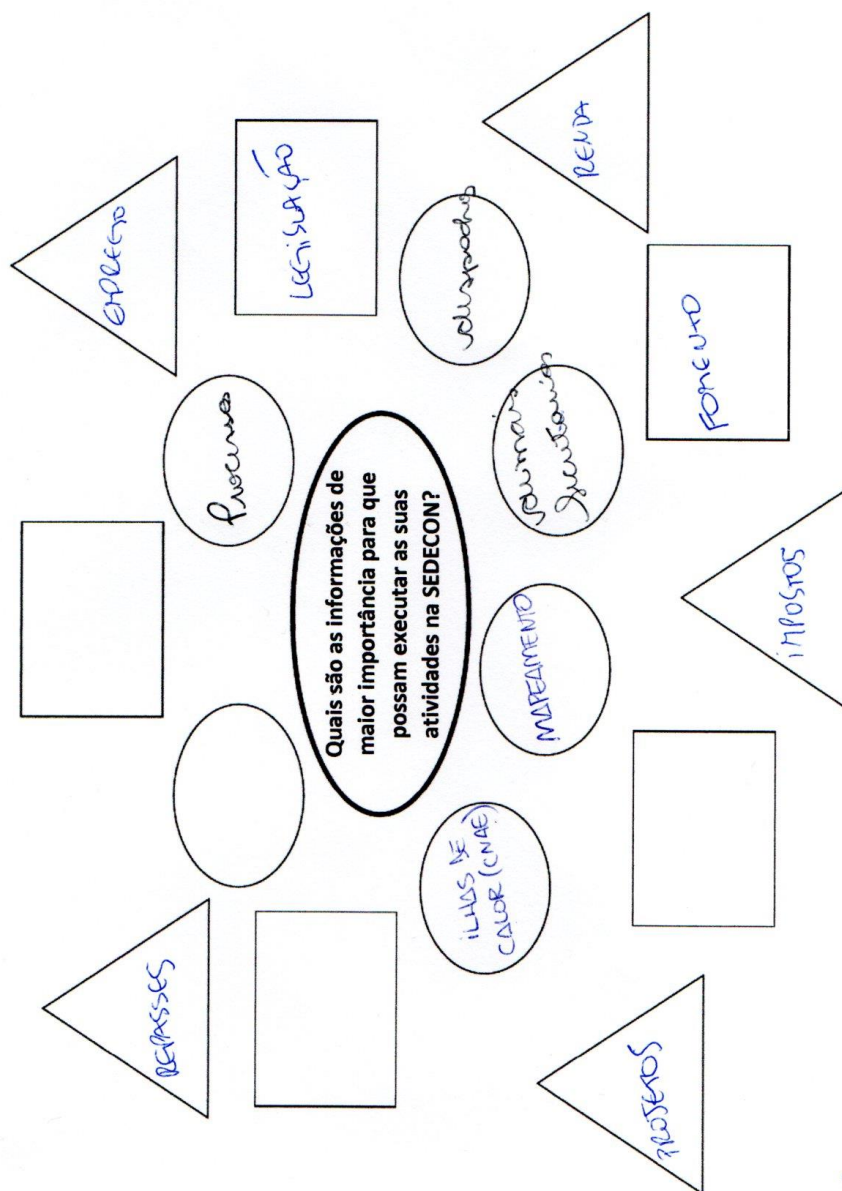
Diagrama Belluzzo® utilizado na primeira reunião – consolidação geral



Fernando J. C. Ramos
Mestrando PPGMIT Unesp Bauru

SEDECON
18/08/2019

GER 2



Apêndice H

Lista de presença – primeira reunião



PPG MÍDIA E TECNOLOGIA - UNESP - BAURU - REUNIÃO PARA PROJETO DE PESQUISA
 Mestrando: Fernando Jorge de Castro Ramos
 LOCAL: SEDECON - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
 DATA: 18/07/2019

Nome: MARINA MARTINS

Atividade / Função: DIRETORA DIVISÃO DE TURISMO

Nome: Thais Cristina Dias da Silva

Atividade / Função: Fiscal de Posturas

Nome: ALAN VINÍCIUS DE MORAIS

Atividade / Função: ESTAGIÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO

Nome: Gilberto Portugal Rodrigues Neto

Atividade / Função: Agente Administração

Nome: _____

Atividade / Função: _____

Nome: _____

Atividade / Função: _____

Nome: _____

Atividade / Função: _____

Nome: _____

Atividade / Função: _____

Nome: _____

Atividade / Função: _____

Apêndice I

Lista de presença – segunda reunião



PPG MÍDIA E TECNOLOGIA - UNESP - BAURU - REUNIÃO PARA PROJETO DE PESQUISA

Mestrando: Fernando Jorge de Castro Ramos

LOCAL: SEDECON - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda

DATA: 10/09/2019

Participantes:

Nome: Jaqueline Rodrigues dos Santos
Atividade / Função: Diretora de Divisão de Empreendedorismo e Trabalho

Nome: Rafael Rosari
Atividade / Função: Dir. Divisão Des. Indústria, Comércio e Serviços

Nome: Tatiana Rosária Rodrigues
Atividade / Função: Diretora Departamento
Tatiana Rodrigues
Diretora do Departamento
de Relações do Trabalho,
Emprego e Turismo

Nome: Aniel Lucas Bares
Atividade / Função: Diretor da Diretoria de Legislação e Assessoria Jurídica

Nome: Paulo Tebalde
Atividade / Função: Diretor de Depto Ind./Com.

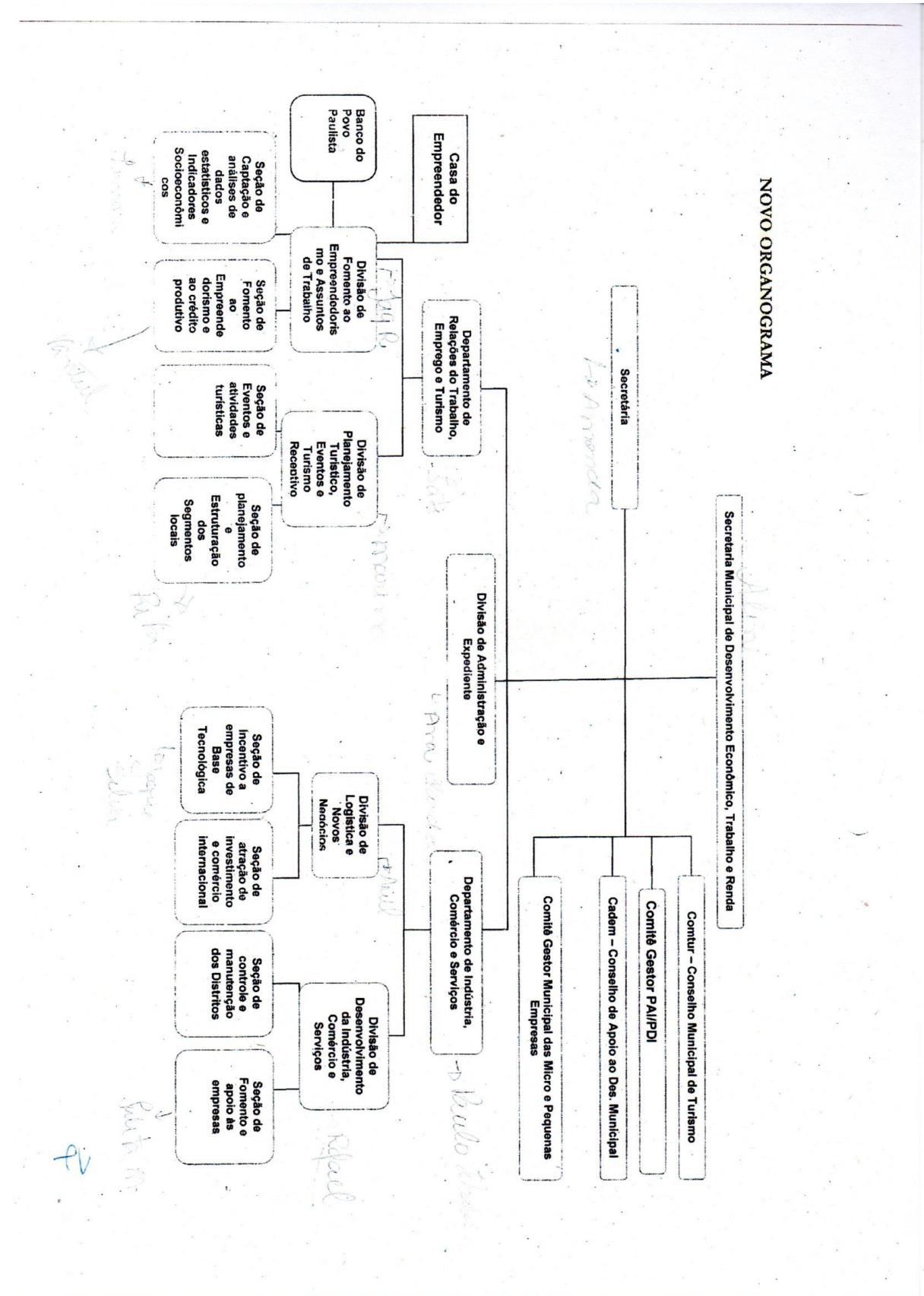
Nome: MARINA MARTINS
Atividade / Função: Dir. Div. Planejamento Turístico e Eventos

Nome: _____
Atividade / Função: _____

Nome: _____
Atividade / Função: _____

ANEXOS

ANEXO A – Documento com o Organograma SEDECON 1 de 2



ANEXO A – Documento com o Organograma SEDECON 2 de 2



Diário Oficial de Bauru

ANO XX - Edição 2.579

www.bauru.sp.gov.br

SÁBADO, 29 DE AGOSTO DE 2015

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PODER EXECUTIVO

Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça
Prefeito Municipal

Seção I Gabinete do Prefeito

Arnaldo Ribeiro
Chefe de Gabinete

LEIS MUNICIPAIS

LEI Nº 6.711, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

P. 22.087/13 Cria o artigo 204 e insere o inciso XII no artigo 9º da Lei Municipal nº 3.601, de 27 de julho de 1.993, apresentando nova estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAURU, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Município de Bauru, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Inclui no artigo 9º da Lei Municipal nº 3.601, de 27 de julho de 1.993 o inciso XII:

"Art. 9º ...

XII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda." (AC)

Art. 2º Cria o art. 20 - A e parágrafos 1º, 2º, 3º na Lei Municipal nº 3.601, de 27 de julho de 1.993, com a seguinte redação:

"Art. 20 - A

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda, com atribuição de realizar a política do desenvolvimento econômico do município, executando as atividades de coordenação, supervisão e demais ações administrativas voltadas à indústria, comércio, turismo, serviços, empregabilidade e renda.

§ 1º Integram a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda:

I - O Gabinete do Secretário Municipal, contendo:

a) Secretaria Executiva, unidade de atendimento, relacionamento, documentação e execução;

b) Os Conselhos Comtur - Conselho Municipal de Turismo; Cadem - Conselho de Apoio ao Desenvolvimento Municipal; Comitê Gestor PAI/PDI e Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, instituídos por lei e vinculados à Secretaria;

c) Divisão de Administração e Expediente.

II - Os Departamentos, unidades com responsabilidade de supervisão, orientação, ações administrativas específicas da Secretaria;

III - As Divisões, sub-unidades subordinadas aos Departamentos com responsabilidade de orientação, acompanhamento, controle e execução de ações administrativas específicas de cada Departamento;

IV - As Seções, setores subordinados às Divisões com responsabilidade de acompanhamento, controle e

execução de ações administrativas específicas de cada Divisão.

§ 2º O Departamento de Relações do Trabalho, Emprego e Turismo é integrado por:

I - Pela Divisão de Fomento ao Empreendedorismo e Assuntos de Trabalho, abrangendo:

a) Seção de Captação e Análise de Dados Estatísticos e Indicadores Socioeconômicos;

b) Seção de Fomento ao Empreendedorismo e ao Crédito Produtivo.

II - Pela Divisão de Planejamento Turístico, Eventos e Turismo Receptivo, abrangendo:

a) Seção de Eventos e Atividades Turísticas;

b) Seção de Planejamento e Estruturação dos Segmentos Locais.

§ 3º O Departamento de Indústria, Comércio e Serviços é integrado por:

I - Pela Divisão de Logística e Novos Negócios, abrangendo:

a) Seção de Incentivo a Empresas de Base Tecnológica;

b) Seção de Atração de Investimento e Comércio Internacional.

II - Pela Divisão de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, abrangendo:

a) Seção de Controle e Manutenção dos Distritos;

b) Seção de Fomento e Apoio às Empresas." (AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Lei Municipal nº 4.361, de 12 de janeiro de 1.999 e o Decreto Municipal nº 8.509, de 24 de maio de 1.999.

Bauru, 26 de agosto de 2015.

RODRIGO ANTONIO DE AGOSTINHO MENDONÇA

PREFEITO MUNICIPAL

MAURÍCIO PONTES PORTO

SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

LUIZ CÉLIO BUCCERONI

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projeto de iniciativa do

PODER EXECUTIVO

Registrada no Departamento de Comunicação e Documentação da Prefeitura, na mesma data.

ANDREA MARIA LIBERATO

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

LEI Nº 6.712, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

P. 73.570/14 Autoriza o Executivo a destinar uma área de terreno à Empresa CONCRE-FÁCIL PREPARAÇÃO DE ARGAMASSAS LTDA - ME em regime de Concessão de Direito Real de Uso.

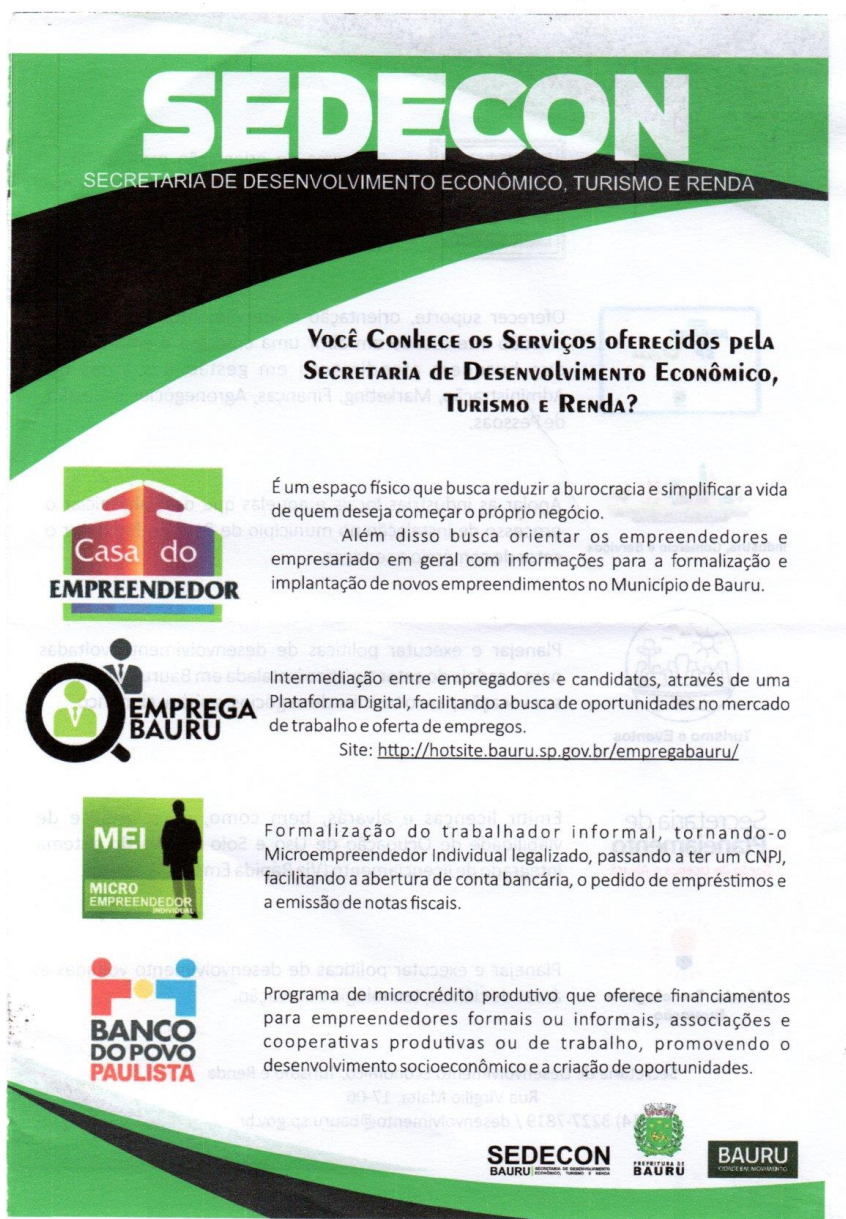
O PREFEITO MUNICIPAL DE BAURU, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica do Município de Bauru, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo autorizado a outorgar à Empresa CONCRE - FÁCIL PREPARAÇÃO DE ARGAMASSAS LTDA - ME pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO de uma área localizada no Distrito Industrial IV, com a seguinte descrição:

Setor 04, Quadra 2172, Lote 07 Distrito Industrial IV.

"Um terreno, correspondente ao terreno para fins industriais formado pela totalidade dos lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 da Quadra

ANEXO B – Panfleto de divulgação das atividades da SEDECON 1 de 2



SEDECON

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E RENDA

Você conhece os Serviços oferecidos pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E RENDA?



**Casa do
EMPREENDEDOR**

É um espaço físico que busca reduzir a burocracia e simplificar a vida de quem deseja começar o próprio negócio.
Além disso busca orientar os empreendedores e empresariado em geral com informações para a formalização e implantação de novos empreendimentos no Município de Bauru.



**EMPREGA
BAURU**

Intermediação entre empregadores e candidatos, através de uma Plataforma Digital, facilitando a busca de oportunidades no mercado de trabalho e oferta de empregos.
Site: <http://hotsite.bauru.sp.gov.br/empregabauru/>



MEI
MICRO
EMPREENDEDOR
INDIVIDUAL

Formalização do trabalhador informal, tornando-o Microempreendedor Individual legalizado, passando a ter um CNPJ, facilitando a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais.



**BANCO
DO POVO
PAULISTA**

Programa de microcrédito produtivo que oferece financiamentos para empreendedores formais ou informais, associações e cooperativas produtivas ou de trabalho, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades.



**SEDECON
BAURU**

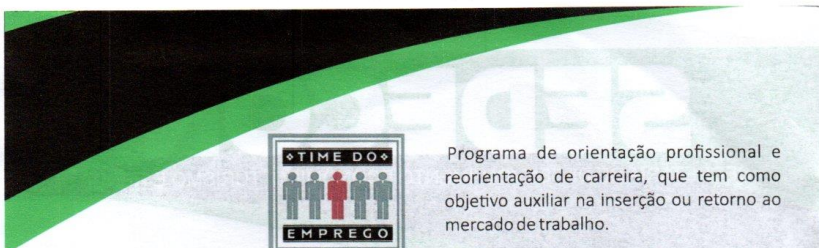


BAURU



BAURU

ANEXO B – Panfleto de divulgação das atividades da SEDECON 2 de 2



TIME DO EMPREGO

Programa de orientação profissional e reorientação de carreira, que tem como objetivo auxiliar na inserção ou retorno ao mercado de trabalho.

SEBRAE SP Aqui

Oferecer suporte, orientação e atendimento individual ao cidadão interessado em abrir uma empresa e empresários que busquem atendimento em gestão nas áreas de Administração, Marketing, Finanças, Agronegócios e Gestão de Pessoas.

Indústria, Comércio e Serviços

Apoiar as indústrias locais e aquelas que desejam iniciar o processo de instalação no município de Bauru e fomentar o setor de comércio e serviços.

Turismo e Eventos

Planejar e executar políticas de desenvolvimento voltadas para a cadeia do setor turístico instalada em Bauru e incentivar sua vocação para o turismo de negócios, saúde e científico.

Secretaria de Planejamento
Seção de Licença e Alvará

Emitir licenças e alvarás, bem como, gerar análise de viabilidade de Ocupação de Uso e Solo através do sistema integrado de licenciamento (Via Rápida Empresa).

Ciência, Tecnologia e Inovação

Planejar e executar políticas de desenvolvimento voltadas às áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
Rua Virgílio Malta, 17-06
(14) 3227-7819 / desenvolvimento@bauru.sp.gov.br

ANEXO C – Capa de Proposta de Organograma da Prefeitura Municipal de Bauru – 1993



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

P. 13.463/93

LEI Nº 3601, DE 27 DE JULHO DE 1993
Dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Bauru e dá outras providências.

TIDEI DE LIMA, Prefeito Municipal de Bauru, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

I - DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - Esta lei estabelece fundamentos para as ações administrativas, define estrutura organizacional e fixa atribuições gerais dos órgãos da Administração Municipal de Bauru.

II - DOS FUNDAMENTOS

Artigo 2º - As ações administrativas, dirigidas para realizar os objetivos do Município de Bauru, como enunciados pelo artigo 2º da Lei Orgânica Municipal, assentam-se nos seguintes fundamentos:

- I - planejamento municipal, visto como sistema integrado e harmônico de identificação de realidades locais e de seleção de mecanismos e instrumentos adequados para alterá-las favoravelmente;
- II - descentralização hierárquica, visto como sistema lógico e racional de repartição de atribuições e responsabilidades entre órgãos, unidades, sub-unidades, setores e serviços da Administração Municipal;
- III - acompanhamento e controle, visto como sistema eficiente e adequado de avaliação das ações administrativas para aferição, permanente e constante, de seus resultados.

III - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 3º - A Prefeitura Municipal de Bauru é integrada pelos seguintes órgãos, diretamente vinculados ao Prefeito Municipal:

-fls. 1 -

ANEXO D – Capa de Proposta de Organograma da Prefeitura Municipal de Bauru – 2019

	CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU Estado de São Paulo Diretoria de Apoio Legislativo Serviço de Procedimentos Legislativos
PROCESSO Nº 153/19	
iniciado em 22/07/2019	
RETIRADO	
LEI Nº	
Arquivado em 22/10/19	
Pasta nº A 070/19	
VOLUME I	
ASSUNTO Projeto de Lei nº 53/19, que cria a estrutura organizacional, transforma, extingue e cria cargos de livre nomeação e exoneração; e extingue e cria funções de confiança no âmbito da Prefeitura Municipal de Bauru, e dá outras providências.	
AUTORIA PREFEITO MUNICIPAL	

ANEXO E – Ofício de autorização de uso de informações pertinentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda de Bauru (SEDECON).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda

Of. SEDECON. Nº 080/2020

Bauru, 01 de abril de 2020

Ao Sr. Fernando Jorge de Castro Ramos

Ref.: Autorização

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda de Bauru, AUTORIZA, por meio deste, a divulgação de informações constantes em trabalho de dissertação intitulado “Indicadores Socioeconômicos Locais para a cidade de Bauru: um diagnóstico sob a ótica da Competência em Informação e Midiática”, que será publicado após submissão e aprovação de banca examinadora, devidamente outorgada pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), unidade Bauru.

Esta autorização, refere-se única e exclusivamente ao referido trabalho acadêmico, citações e exposições decorrentes do mesmo, sem qualquer imposição de ônus ou despesas para o município.

Atenciosamente,

Aline Prado Fogolin
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico Turismo e Renda

Aline Prado Fogolin
Secretária Municipal da Secretaria
de Desenvolvimento Econômico,
Turismo e Renda